



Número: **0800739-79.2019.8.15.0001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **2ª Vara Cível de Campina Grande**

Última distribuição : **18/01/2019**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
AUGUSTO TRIGUEIRO DOS SANTOS (AUTOR)		INACIO BRUNO SARMENTO (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)		SUELIO MOREIRA TORRES (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
18712 841	18/01/2019 15:10	Petição Inicial	Petição Inicial
18712 902	18/01/2019 15:10	Petição Inicial	Outros Documentos
18712 899	18/01/2019 15:10	Procuração	Procuração
18712 893	18/01/2019 15:10	Doc. Pessoais e Comp. de Residência	Documento de Identificação
18712 886	18/01/2019 15:10	BO e Negativa Administrativa	Outros Documentos
18712 882	18/01/2019 15:10	Doc. Médica 1	Outros Documentos
18712 875	18/01/2019 15:10	Doc. Médica 2	Outros Documentos
21461 846	25/05/2019 15:31	Despacho	Despacho
21621 733	31/05/2019 10:38	Mandado	Mandado
21621 734	31/05/2019 10:38	Carta	Carta
22286 215	27/06/2019 15:50	Contestação	Contestação
22286 221	27/06/2019 15:50	KIT_SEGURADORA_LIDER-otimizado_1	Procuração
22286 223	27/06/2019 15:50	KIT_SEGURADORA_LIDER-otimizado_2	Procuração
22286 227	27/06/2019 15:50	DOCS COMPROBATORIOS-email	Documento de Comprovação
22286 232	27/06/2019 15:50	CONTESTACAO E SUBS	Outros Documentos
22354 088	01/07/2019 15:12	Mandado	Mandado
22377 722	02/07/2019 10:47	Impugnação à Contestação	Petição
22377 724	02/07/2019 10:47	Impugnação à Contestação	Outros Documentos
22416 575	03/07/2019 11:36	Mandado	Mandado

22416 577	03/07/2019 11:36	Mandado	Mandado
22451 160	04/07/2019 09:22	Petição	Petição
22451 162	04/07/2019 09:22	Petição de Provas	Outros Documentos
22717 836	15/07/2019 16:29	AR SEG LIDER	Certidão
22717 839	15/07/2019 16:29	AR SEG LIDER	Aviso de Recebimento
22843 766	19/07/2019 10:53	Petição	Petição
22843 767	19/07/2019 10:53	PETICAO_DE_PROVAS	Outros Documentos
24386 121	17/09/2019 18:52	Despacho	Despacho
24627 236	21/09/2019 13:25	Mandado	Mandado
24627 237	21/09/2019 13:25	Mandado	Mandado
25156 810	09/10/2019 13:07	Petição	Petição
25156 813	09/10/2019 13:07	2614452_PETICAO_DE_QUESITOS_JUR_01	Outros Documentos
25404 973	17/10/2019 15:21	Petição	Petição
25404 975	17/10/2019 15:21	2614452_JUNTADA_DE_HONORARIOS_PERICIAIS_JUR_01	Outros Documentos
25404 977	17/10/2019 15:21	2614452_JUNTADA_DE_HONORARIOS_PERICIAIS_JUR_Anexo_02	Outros Documentos
25427 725	18/10/2019 09:49	Ofício BB	Certidão
25427 728	18/10/2019 09:49	OFÍCIO BB 0800739	OFÍCIO
25539 298	22/10/2019 18:38	Mandado	Mandado
25617 932	24/10/2019 17:15	Certidão Oficial de Justiça	Certidão Oficial de Justiça
25618 281	24/10/2019 17:15	Dr Carlos Alberto Figueiredo Filho	Devolução de Mandado
25932 976	05/11/2019 14:58	Perícia designada 28/11	Certidão
25932 980	05/11/2019 14:58	Ofício perito 0800739	OFÍCIO
26029 851	07/11/2019 17:05	Mandado	Mandado
26029 852	07/11/2019 17:05	Mandado	Mandado
26029 853	07/11/2019 17:05	Mandado	Mandado
26572 570	27/11/2019 12:16	Certidão Oficial de Justiça	Certidão Oficial de Justiça
26935 054	10/12/2019 14:34	Laudo pericial	Certidão
26935 059	10/12/2019 14:34	Laudo Pericial 0800739	Laudo Pericial
26935 608	10/12/2019 14:39	Mandado	Mandado
26935 609	10/12/2019 14:39	Mandado	Mandado
26977 704	11/12/2019 15:20	Petição	Petição
26977 708	11/12/2019 15:20	Petição de Manifestação de Laudo Pericial	Outros Documentos
27551 078	20/01/2020 11:32	Petição	Petição
27551 080	20/01/2020 11:32	2614452_IMPUGNACAO_AO_LAUDO_PERICIAL_JUR_Anexo_02	Outros Documentos

27551 081	20/01/2020 11:32	2614452_IMPUGNACAO_AO_LAUDO_PERICIAL_JUR_01	Outros Documentos
29688 851	07/04/2020 11:43	Despacho	Despacho
29704 453	07/04/2020 16:11	Mandado	Mandado
30033 264	21/04/2020 13:21	Devolução de Mandado	Devolução de Mandado
32973 697	06/08/2020 11:39	Petição	Petição
32974 149	06/08/2020 11:39	2614452_PETICAO_DE_QUESITOS_02	Outros Documentos
36189 490	03/11/2020 15:25	Mandado	Mandado
36581 521	12/11/2020 12:12	Certidão Oficial de Justiça	Certidão Oficial de Justiça
36581 527	12/11/2020 12:12	CARLOS ALBERTO FIGUEIREDO FILHO	Devolução de Mandado
36898 406	20/11/2020 10:45	Perícia designada 02/02/2021	Certidão
37218 957	28/11/2020 21:25	E-mail recebido	Certidão
37511 373	06/12/2020 09:05	Mandado	Mandado
37511 374	06/12/2020 09:05	Mandado	Mandado
37511 375	06/12/2020 09:05	Mandado	Mandado
38069 391	21/12/2020 10:30	Diligência	Diligência
38439 001	15/01/2021 16:03	Petição	Petição
38439 002	15/01/2021 16:03	2614452_PET_PROSSEGUIMENTO_DO_FEITO_01	Outros Documentos
40939 678	22/03/2021 15:10	Certidão	Certidão
41395 071	06/04/2021 10:41	Despacho	Despacho
41683 771	12/04/2021 18:17	Mandado	Mandado
43212 299	17/05/2021 18:53	Sentença	Sentença
43299 947	18/05/2021 20:28	Mandado	Mandado
43299 948	18/05/2021 20:28	Mandado	Mandado
43650 776	26/05/2021 15:21	Ofício	Ofício
43730 895	27/05/2021 15:34	Ofício enviado ao BB	Certidão
43923 403	01/06/2021 14:00	Comprovante BB	Certidão
43923 409	01/06/2021 14:00	of 128 0800739	Documento de Comprovação
44330 763	10/06/2021 09:51	Certidão Trânsito em Julgado	Certidão Trânsito em Julgado
44330 789	10/06/2021 09:53	Mandado	Mandado
44384 923	11/06/2021 09:54	Cumprimento de Sentença	Petição
44384 946	11/06/2021 09:54	Cumprimento de Sentença	Outros Documentos
44384 948	11/06/2021 09:54	CÁLCULOS	Outros Documentos

Petição Inicial em anexo.



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA ____ VARA CIVEL
DA COMARCA DE CAMPINA GRANDE-PB.**

AUGUSTO TRIGUEIRO DE SANTOS, solteiro, segurança, portador do RG sob o nº 3797681 e CPF sob o nº 132.853.927-03, residente e domiciliado na Rua Gonçalves Dias, nº 596 Bairro Monte Castelo na cidade de Campina Grande/PB, por intermédio do seu bastante procurador que esta subscreve, com escritório profissional localizado no endereço que consta no preâmbulo desta, onde deverá receber as intimações, vem perante V. Ex^a, propor o presente:

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT.

Em face de: **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGUROS DPVAT**, podendo ser citada através de seu representante legal na Rua Senador Dantas nº 74, 5º andar, Rio de Janeiro - RJ, CEP-20.031.201, CNPJ 09.248.608.0001-04 expondo e ao final requerendo o seguinte:

PRELIMINARMENTE

DO DIREITO AO BENEFÍCIO DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA

O Requerente declara em sua consciência que não tem condições de arcar com as custas e despesas processuais sem prejuízo do seu próprio sustento e de sua família.

É de ordem pública o princípio da gratuidade da justiça àqueles que não tem condições de arcar com as custas e despesas processuais sem prejuízo do sustento próprio e de sua família nos termos da Lei nº 1.060, de 05 de Fevereiro de 1950, nos seus artigos 2º, parágrafo único; 3º e 4º.

Diante do exposto, o benefício da assistência judiciária gratuita, é garantido constitucionalmente, portanto, o Requerente desde já requer este benefício, uma vez que não tem condições econômico-financeiras de arcar com as custas processuais, sem prejuízo do sustento próprio e de sua família.



DA AUDIÊNCIA DE MEDIAÇÃO OU DE CONCILIAÇÃO

Considerando a necessidade de produção de provas no presente feito, bem como a política atual de acordo zero adotada pela parte Ré, a parte autora vem manifestar, em cumprimento ao **art. 319, inciso VII do NCPC/2015**, que não há interesse na realização de audiência de conciliação ou mediação, haja vista a iminente ineficácia do procedimento e a necessidade de que **ambas as partes** dispensem a sua realização, conforme previsto no **art. 334, §4º, inciso I, do NCPC/2015**.

DOS FATOS

O autor foi vítima de acidente automobilístico - fato ocorrido no dia 28/10/2017, quando conduzia a motocicleta Honda/CG 150 TITAN MIXES, ano/modelo 2010/2010, cor vermelha, Placa NPX-2558/PB, chassi de nº 9C2KC1620AR048481, quando trafegava no Sítio Gravatá dos Trigueiros, município de Queimadas-PB, momento em que um animal (cachorro), atravessou uma via, tendo o autor tentado desviar do mesmo, tendo o perdido o controle de direção da moto, vindo cair ao solo e sofrido lesões graves como: **FRATURA DE CLAVÍCULA DO LADO DIREITO, ONDE FOI SUBMETIDO VÁRIAS CIRURGIAS DE OSTEOSÍNTESE (PLACAS/PINOS/PARAFUSOS)**, o que sem dúvidas realizou comprometimento do membro, sendo socorrido e encaminhado ao Hospital de Emergência e Trauma de Campina Grande, onde o mesmo submetido a tratamentos médicos, o que ocasionou incapacidade permanente na parte autora, conforme descrito em prontuário médico, atestado médico e no Boletim de Ocorrência em anexo, da Polícia.

DA NEGATÓRIA NA VIA ADMINISTRATIVA

M.M, Julgador, a parte autora solicitou administrativamente o pagamento do seguro DPVAT, apresentando para tanto todos os documentos pertinentes. Entretanto, para sua surpresa, **TEVE O BENEFÍCIO NEGADO AO ARGUMENTO DE QUE NÃO HOUVE LESÃO A INDENIZAR.**

Ora, Excelência, a autora sofreu diversas lesões físicas, as quais deixaram seqüelas permanentes, fazendo jus, portanto, ao recebimento do seguro ora pleiteado, não devendo prosperar a negativa administrativa.

Nesse sentido Excelência, em decorrência do acidente sofrido pelo autor e da negatória administrativa, este busca a tutela jurisdicional do Estado com o intuito de receber o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre da seguradora Requerida, uma vez ser esta, integrante do grupo de seguradoras que operam o seguro DPVAT instituído pela Resolução 1/75 do Consórcio Nacional de Seguros Privados (CNPS).

O Seguro Obrigatório DPVAT foi criado pela Lei nº 6.194/74, com o objetivo de garantir às vítimas de acidentes causados por veículos, ou por suas cargas,



indenizações em caso de morte e invalidez permanente, e o reembolso de despesas médicas.

As indenizações do DPVAT são obrigatórias porque foi criado por lei, em 1974. Essa lei determina que todos os veículos automotores de via terrestre, sem exceção, paguem o seguro. A obrigatoriedade do pagamento garante às vítimas de acidentes com veículos o recebimento de indenizações, ainda eu os responsáveis pelos acidentes não arquem com essa responsabilidade.

Tendo em vista as previsões legais da Lei nº 6.194/74, alterada pela Lei nº 11482/2007 (art. 8º), que criou o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causadores por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT), o Autor faz *jus* à indenização financeira pelas seqüelas decorrentes do acidente de trânsito, ou seja, da invalidez permanente, conforme atesta os documentos médicos em apenso, no valor estabelecido conforme o art. 3º, inciso II e III, *in verbis*:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

A parte autora, através de seu procurador, munira-se de todos os documentos exigidos pela legislação susomencionada, tais como laudo médico dos danos físicos que acometem e o registro de ocorrência no órgão policial competente, estritamente de acordo com o art. 5º, conforme segue:

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.



Assim, instruído de todos os documentos hábeis à sua pretensão, têm o requerente direito à indenização. Dessa forma, o Autor busca junto aos braços do Poder Judiciário o reconhecimento de sua justa indenização.

Ademais, a matéria resta exaustivamente analisada e pacificada:

APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. DPVAT. INDENIZAÇÃO CORRESPONDENTE A VALOR CERTO E DETERMINADO - TARIFADO EM LEI PARA OS CASOS DE INVALIDEZ PERMANENTE. MEDIDA PROVISÓRIA 340/2006. PAGAMENTO PARCIAL. COMPLEMENTAÇÃO DO VALOR DEVIDO. 1. Não há que se falar em graduar a invalidez permanente com base na Resolução n.º 1/75 de 03/10/75, editada pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, pois, em se tratando de norma regulamentar, não pode esta dispor de modo diverso da Lei n.º 6.194/74, de hierarquia superior. 2. A percepção dos valores referentes ao seguro DPVAT na esfera administrativa a título de liquidação de sinistro não importa em abdicar do direito de receber indenização tarifada, havendo saldo a ser satisfeito, resultante da diferença entre o valor recebido e aquele efetivamente devido em face do previsto em lei. 3. A parte autora possui direito à complementação do valor da indenização tarifado em R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), devendo ser abatido o valor atinente ao pagamento parcial efetuado na esfera administrativa, montante este que deve ser corrigido monetariamente pelo IGP-M, a contar daquele termo, acrescidos de juros moratórios a partir da citação. 4. Honorários advocatícios. Majoração para 15% do valor da condenação. Dado parcial provimento aos recursos. (Apelação Cível Nº 70028013035, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Luiz Lopes do Canto, Julgado em 21/01/2009).

Nota-se claramente que a lei foi criada para a indenização de vítimas de acidentes de trânsito, tudo nos termos da Lei nº 6.194/74,

Toda via é indiscutível a especificação da % da perda dentro da tabela da Lei 11.482/2007 , devido a quantificação de perda seja ela parcial ou total, pois quem possui aptidão e capacidade técnica para tal é um médico com especialidade em ortopedia para quantificar a lesão e sua invalidez permanente, porém o autor não possui capacidade econômica para arcar



com tais despesas, motivo pelo qual requer a perícia judicial para resguardar direito do autor de acesso à justiça conforme prevê a Constituição Federal de 1988 no artigo 5º, XXXV : "a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;"

É cediço que a Lei nº 11.482/2007 deu nova redação ao art. 3º da Lei de Regência, estabelecendo novo valor para indenização por invalidez permanente, qual seja, o quantum de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Por outro lado, não se pode olvidar que com o advento da Lei nº 11.945/2009, o pagamento de indenização do seguro DPVAT para os casos de invalidez do beneficiário passou a ser feito com estrita observância ao grau de lesão experimentado pelo segurado, grau esse que só poderá ser objetivamente mensurado com a perícia médica judicial.

DO REQUERIMENTO:

Pelo Exposto, requer a V.Ex.a., com fundamento no art. 186 do Código Civil Pátrio, c/c, no art. 5º, da Lei n. 6.194/74, requerer a procedência da presente, para o fim de condenar a requerida a indenizar o promovente ao pagamento da indenização em epígrafe, **fundada no valor Máximo 13.500,00 (treze mil e quinhentos) referente ao DPVAT**, face a invalidez sofrida pelo autor, que veio a comprometer a função do adquirida através de acidente de trânsito, requerendo ainda o seguinte:

01- que Seja citada a Promovida, no endereço declinado na exordial, para contestar no prazo legal, sob pena de revelia e confissão;

02- Seja designada audiência de conciliação, não havendo proposta de acordo em ato contínuo em conformidade com **o rito especial imposto a lide**, tenha início a instrução e julgamento;

03 - Protesta provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitidos especialmente nas provas documentais, que serão apresentadas independentemente de intimação;

04- seja intimado o autor para ser inquirido nos autos, e com base na Súmula 54 do STJ, que o valor da condenação seja acrescido de juros e correção monetária retroativo a data do sinistro;

05- com fundamento no Art. 246, I do Novo Código de Processo Civil Pátrio, seja a promovida, citada através de AR- (Correios e Telégrafos);



06- seja a demandada condenada em 20%, sobre o valor da condenação, referente à honorários advocatícios, e, sejam intimadas as testemunhas arroladas a prestarem depoimento sob as penas da lei;

07- não necessitando que seja oficiado a SEGURADORA LIDER para remeter copia do processo administrativo, pois seguem e anexo copias das documentações;

08 – Não precisando que seja intimada a direção da casa hospitalar onde o autor, ora paciente, foi atendido para disponibilizar prontuário, pois os mesmos já encontra-se em anexo;

09 – **requer a produção de prova pericial**, oficiando MEDICO PERITO desta localidade, visto que tal exame torna-se imprescindível para o julgamento da presente demanda;

19 – requer que a promovida faça juntar ao caderno processual, o processo administrativo com todos os documentos originais que foram entregues a mesma, especialmente a documentação médica completa;

Finalmente requer a gratuidade da Justiça nos termos do art.2º da Lei n. 1060/50, por ser o mesmo pobre na forma da lei;

Dá-se a presente o valor de **R\$13.500(treze mil e quinhentos reais)**, para efeitos meramente fiscais.

Nestes termos,

Pede e Espera Deferimento.

Campina Grande - PB, em 18 de Janeiro de 2019.

Inácio Bruno Sarmiento
-Advogado-
OAB/PB 21.472



QUESITOS PARA INFORMAÇÃO SOBRE INVALIDEZ PERMANENTE

Conforme o Código de Ética Médica nos seus artigos 59; 83; 102; 112, Para fins de perícia médico-legal e no resguardo dos interesses da Justiça e do próprio paciente, presta as seguintes informações:

PACIENTE: _____.

1) O PACIENTE FOI ATENDIDO NO DIA ____/____/____, por volta das _____ horas, apresentando ferimento produzido por ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO.

2) DAS LESÕES SOFRIDAS HOVE PERIGO DE VIDA (), de que forma?

_____.

3) DAS LESÕES SOFRIDAS HOVE SEQÜELAS PERMANENTES, QUANTIFICAR A INVALIDEZ DO PONTO DE VISTA FUNCIONAL? (MENCIONAR O MEMBRO, SENTIDO, ÓRGÃO OU FUNÇÃO PERMANENTEMENTE DEBILITADOS): _____

_____.

4) EXISTEM SEQUELAS RESIDUAIS?

_____.

5) SE A INVALIDEZ OU DEBILIDADE DO AUTOR É EM GRAU - MÍNIMO, MÉDIO, OU, GRAVE?

_____.

Sem mais, em ____/____/_____.

(Assinatura – carimbo – CRM)



PROCURAÇÃO AD JUDICIA E EXTRA JUDICIAL

OUTORGANTE: Augusto Trigueiro dos Santos, brasileiro (a),
solteiro, segurado portador da Cédula de Identidade nº:
3797681, inscrito no CPF nº: 132.1853.1927.103, residente e domiciliado
na Rua Gonçalves Dias, Nº 596, Bairro, Monte Castelo,
na Cidade de Campina Grande /PB.

OUTORGADO: INÁCIO BRUNO SARMENTO, brasileiro, casado, advogado inscrito na
OAB/PB sob nº 21.472, com endereço profissional na Rua: **Dinamarca Alves Correia,**
1020, loja 02, Dinâmica, na Cidade de Campina Grande/PB, 3334-1289/99988-
5048/98769-2274.

PODERES: Poderes para o foro em geral, a fim de defender os interesses e direitos do
Outorgante perante qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, inclusive perante esta Douta
Vara, propondo Ações competentes em que o Outorgante seja autor ou reclamante,
defendendo-o quando for Réu, Interessado ou Requerido, podendo reclamar, conciliar,
desistir, transigir, acordar, recorrer, receber e dar quitação, confessar, firmar
compromisso, prestar declarações, renunciar direitos, bem como substabelecer a
presente com ou sem reservas de poderes, se assim lhes convier, praticarem todos os
atos necessários para o bom e fiel desempenho deste mandato, ao qual dar como firme
e valioso, enfim praticar todos os atos previstos no art. 105 do Novo Código de Processo
Civil com redação dada pela Lei nº 8.952 de 13.12.94 e art. 5º, § 2º da Lei nº 8906, de
04.07.94 (Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil).

CONTRATO: O Outorgante obriga-se a pagar ao outorgado, a título de verba honorária
advocatória remuneratória pelos serviços prestados, ora contratados, a importância de 30%,
calculados sobre o valor da causa, da condenação ou do acordo celebrado.

DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIENCIA DE RENDIMENTOS

A parte outorgante, conhecedora dos termos da Lei nº 1.060/50, declara que é pobre
na forma da lei e que não tem condições de dar prosseguimento à demanda judicial sem
comprometimento da subsistência de sua vida e de sua família.

Campina Grande/PB, 18 de Janeiro de 2019.

x Augusto Trigueiro dos Santos

ASSINATURA DO OUTORGANTE

Rua: Dinamarca Alves Correia, nº 1020, loja 02,
Dinâmica, Campina Grande - PB, CEP: 58400-000.
Fones: (83) 3334-1289 / 99988-5048 / 987692274
E-mail: inaciobrunoadv@gmail.com



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME
AUGUSTO TRIGUEIRO DOS SANTOS

DOC IDENTIDADE / ORG. EMISSOR UF
3797681 SSP PB

CPF
132.853.927-03 DATA NASCIMENTO
08/05/1991

FILIAÇÃO
FRANCICLEIDE TRIGUEIRO
DOS SANTOS

PERMISSÃO ACC CAT. HAB.
AB

Nº REGISTRO
05173498313 VALIDADE
30/03/2021 1ª HABILITAÇÃO
30/03/2011

OBSERVAÇÕES

Assinatura do Portador

LOCAL
CAMPINA GRANDE, PB DATA EMISSÃO
01/04/2016

Assinatura do Emissor

48640160189
PB032376090

DEFIAN - PB (PARAIBA)

VÁLIDA EM TODOS
OS TERRITÓRIOS NACIONAIS
1169458290

PROIBIDO PLASTIFICAR
1169458290



Emissao: 08/11/2017 Referencia: Nov / 2017
Classe/Subcls: RESIDENCIAL / RESIDENCIAL 60000-0000
Roteiro: 3-401-210-4780 Nº medidor: 00008003722

ENERGISA BORBOREMA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
 Rua Sudceste - Três Irmãos - Campina Grande / PB - CEP 58423-700
 CNPJ 08.826.596/0001-95 Insc. Est. 16.003.838-1

Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica Nº000.030.209
Cód. para Déb. Automático: 00000471193

Conta referente a	Apresentação	Data prevista da próxima leitura	CPF/ CNPJ/ RANI
Nov / 2017	08/11/2017	07/12/2017	50460200410 Insc. Est.

UC (Unidade Consumidora): 4/47119-3

**-CONVOCAÇÃO DA JUSTIÇA ELEITORAL-
CADASTRO BIOMÉTRICO**
A IDENTIFICAÇÃO BIOMÉTRICA É OBRIGATORIA E GRATUITA.
O TRIB. REGIONAL ELEITORAL DA PARAIBA ALERTA QUANTO
AO CADASTRAMENTO. PROCURE UM CARTÓRIO ELEITORAL
MAIS PRÓXIMO PARA EFETUAR O SEU CADASTRO.

Média últimos meses (kWh)	VENCIMENTO 26/11/2017	TOTAL A PAGAR R\$ 105,31									
88											
Histórico de Consumo (kWh)											
98	108	135	96	79	94	34	3	72	112	103	124
Out/17	Set/17	Ago/17	Jul/17	Jun/17	Mai/17	Abr/17	Mar/17	Fev/17	Jan/17	Dez/16	Nov/16

9952.0204.ecb3.ec44.aa28.0a8a.483f.a8cc.

Indicadores de Qualidade			9/2017 - Carmo da Grande I		Composição de Custos		
	Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)		Discriminação	Valor (R\$)	%
DIC MENSAL	9,31	0,00			Serviços de Dist. da Energia/BO	17,55	16,88
DIC TRIMESTRAL	11,27				Compra de Energia	29,40	27,92
DIC ANUAL	21,25		NOMINAL	220	Serviços de Transmissão	0,97	0,92
DIC MENSAL	9,30	0,00	CONTRATADA		Encargos Setoriais	6,71	7,08
DIC TRIMESTRAL	11,20		LIMITE INFERIOR	231	Impostos Diretos e Encargos	42,90	40,74
DIC ANUAL	21,20		LIMITE SUPERIOR	232	Outros Serviços	7,43	7,06
DMIC	12,23	0,00			Total	105,31	100,00
DICRI	12,22						

Valor E/USD (Ref. 9/2017) R\$ 23,05

Valor do EUSD (Ref. 9/2017) R\$ 23,05

- Leitura confirmada

Faturas em atraso

BORBOREMA

Roteiro: 3-401-210-4780
Matrícula: 47119-2017-11-2

VENCIMENTO
26/11/2017

TOTAL A PAGAR
R\$ 105.31

83620000001-3 05310147000-2 00471192017-5 11200401019-8





BOLETIM DE OCORRÊNCIA
Nº00172.01.2018.2.00.420

OCORRÊNCIA(S)

Suposto(s) Autor(es):

Tipificação 1: LESÃO ACIDENTAL DE TRÂNSITO

Data da Ocorrência: 28/10/2017

Hora: 13:58:00

Forma da Comunicação: Verbal

Endereço: Sítio Gravatá dos Trigueiros, [Indeterminado], Queimadas, PB.

Ponto de referência: Perto das Piscinas de Mário

PARTE(S)

VITIMA	Nome: Augusto Trigueiro dos Ramos
	Conhecido por: Não informado
	Filiação: Francicleide Trigueiro dos Santos e Não Declarado
	Idade: 27 Data de Nascimento: 08/05/1991 Identidade de Gênero: masculino
	Nacionalidade: brasileira Naturalidade: Campina Grande
	Estado Civil: casado(a)
	Escolaridade: Ensino médio completo Profissão: Segurança
	Cargo: Não informado Matrícula: Não informado
	Documentos(s) de Identificação: CPF nº 132.853.927-03
	Endereço: Rua Gonçalves Dias, 596, Monte Castelo, Campina Grande, PB
TESTEMUNHA	Complemento: Não informado
	Ponto de referência: Perto do Pé de Tambor
	Telefone: (83) 98704-1422
	Nome: Jair de Araújo Silva
	Conhecido por: Não informado
	Filiação: Josefa Alexandrina da Silva e João de Araújo Silva
	Idade: 40 Data de Nascimento: 07/07/1977 Identidade de Gênero: masculino
	Nacionalidade: brasileira Naturalidade: Campina Grande
	Estado Civil: casado(a)
	Escolaridade: Ensino fundamental completo Profissão: Agricultor
	Cargo: Não informado Matrícula: Não informado
	Documentos(s) de Identificação: CPF nº 007.559.804-33
	Endereço: Sítio Gravatá, [Indeterminado], Queimadas, PB
	Complemento: Não informado
	Ponto de referência: Perto das Piscinas de Mário
	Telefone: Não informado

Procedimento Policial: 00172.01.2018.2.00.420





TESTEMUNHA

Nome: Giovane de Souza Costa
Conhecido por: Não informado
Filiação: Ana Lúcia de Souza Costa e Gilberto Pereira da Costa
Idade: 21 **Data de Nascimento:** 12/11/1996 **Identidade de Gênero:** masculino
Nacionalidade: brasileira **Naturalidade:** Itabaiana
Estado Civil: casado(a)
Escolaridade: Ensino médio completo **Profissão:** Autonomo
Cargo: Não informado **Matrícula:** Não informado
Documentos(s) de Identificação: CPF nº null
Endereço: Rua Horácio de Souza Cavalcante, 389, Monte Castelo, Campina Grande, PB
Complemento: Não informado
Ponto de referência: Perto da Igreja Católica
Telefone: Não informado

OBJETO(S) ENVOLVIDO(S)

(1) Moto, marca Honda, modelo CG 150 Titan MIXES, tipo de veículo Motocicleta, cor vermelha, ano 2010, placa NPX-2558, chassi 9C2KC1620AR048481, renavam 0022777698-4

DILIGÊNCIAS ADOTADAS/EXAMES REQUISITADOS

HISTÓRICO

Informa o comunicante/vítima, que no dia, hora e local já descritos, conduzia a motocicleta Honda/CG 150 TITAN MIXES, Ano/Modelo 2010/2010, cor vermelha, Placa NPX-2558-PB, Chassi de Nº 9C2KC1620AR048481, licenciada em nome de Alex Júnior da Silva, quando trafegava no Sítio Gravatá dos Trigueiros, Município de Queimadas/PB, momento em que um animal (Cachorro), atravessou na via, tendo o comunicante tentado se desviar do mesmo, tendo perdido o controle de direção da moto, vindo a cair ao solo e sofrido fratura da Clavícula do lado direito, sendo socorrida por populares e encaminhado ao Hospital de Emergência e Trauma, nesta cidade. Na ocasião do acidente o tempo apresentava-se bom, com via seca e boa visibilidade, não se encontrando o envolvido sob a influência de bebidas alcoólicas. Não compareceram os Policiais Militares do CPTRAN, razão pela qual não foi elaborado o Boletim de Acidente de Trânsito.

ADENDOS:

Usuário: Ademir da Costa Vilar

Data e Hora: 11/06/2018 09:07

Delegacia: Delegacia Especializada de Acidentes de Veículos de Campina Grande

Descrição: Por erro de digitação, no presente Boletim onde se ler o nome da vítima Augusto Trigueiro dos Ramos, LEIA-SE AUGUSTO TRIGUEIRO DOS SANTOS. O referido é verdade e dou fê, dato e assino.

Nada mais disse. Encerrado está o presente termo.



SECRETARIA DE ESTADO DA
SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL
Delegacia Geral da Polícia Civil
2ª Superintendência Regional de Polícia Civil
Delegacia Especializada de Acidentes de
Veículos de Campina Grande




**POLÍCIA
CIVIL**
PARAÍBA

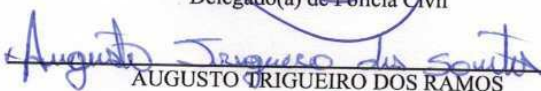


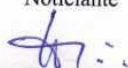
**GOVERNO
DA PARAÍBA**
Secretaria de Estado da
Segurança e da Defesa Social



Campina Grande/PB, 06 de junho de 2018.


SEVERINO DE CARVALHO LOPES
Delegado(a) de Polícia Civil


AUGUSTO TRIGUEIRO DOS RAMOS
Noticiante


ADEMIR DA COSTA VILAR
Escrivão de Polícia

Procedimento Policial: 00172.01.2018.2.00.420

3/3



Rio de Janeiro, 08 de Agosto de 2018

Aos Cuidados de: **AUGUSTO TRIGUEIRO DOS SANTOS**

Nº Sinistro: **3180334218**

Vítima: **AUGUSTO TRIGUEIRO DOS SANTOS**

Data do Acidente: **28/10/2017**

Cobertura: **INVALIDEZ**

Procurador **INACIO BRUNO SARMENTO**

Assunto: NEGATIVA TÉCNICA - SEM SEQUELAS

Senhor(a),

Após a análise dos documentos apresentados no seu pedido de indenização (sinistro número **3180334218**), esclarecemos que não foram identificadas sequelas permanentes em razão do acidente ocorrido em **28/10/2017**. Por esse motivo, o seu pedido de indenização foi **negado**.

Qualquer dúvida, é só ir até o nosso site **www.seguradoralider.com.br**, ou ligue através do telefone **0800 022 12 04** (ligação gratuita) ou **0800 022 12 06** que atende apenas aos deficientes auditivos e de fala. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 01057/01068 - carta_04 - INVALIDEZ



Carta nº 13210277





HOSPITAL ANTONIO TARGINO
SISTEMA DE CONTROLE CLÍNICO
REGISTRO DE INTERNAÇÃO

DATA: 02/11/2017
HORA: 08:37:53



2262520

Prontuário	Nome do Paciente	Nascimento	Idade	Sexo	Cor	Naturalidade	Religião
210778	AUGUSTO TRIGUEIRO DOS SANTOS	08/05/1991	26	M			
Estado Civil	CPF	RG	Grau de instrução	Profissão	Fone Residencial	Fone Trabalho	
	132.853.927-03	3797681					
Filiação	Mãe: FRANCIEIDE TRIGUEIRO DOS SANTOS	Pai: SEM PAI					
Endereço	R.GONCALVES DIAS, 596 - N BRASÍLIA, CAMPINA GRANDE-PB CEP: CEP: 58103430						
Atendimento	Data	Hora	Sector	Tipo Atendimento			
2262520	02/11/2017	08:32	3008-SECRETARIA CONVENIOS	5-INTERNAÇÃO CIRURGICA			
Médico Atendente	2305-RAILTON MARINHO DA COSTA			Motivo Atendimento	4-INTERNAÇÃO/URGÊNCIA		
Plano / Convênio	Nº Carteira	Validade	Nº CNS				
37-PACOTE/1-PACOTE							
Posto	Acomodação	Leito					
ALA MARIA DAS NEVES 1 ANDAR	201023 APARTAMENTO 88	AP88-1					
Guia	Procedimento						
INTERNAÇÃO	9999666 INTERNAÇÃO						

TERMO DE RESPONSABILIDADE

O paciente (ou responsável), Sr(a) AUGUSTO TRIGUEIRO DOS SANTOS, aqui declarado, dá plena autorização ao seu médico assistente _____ CRM _____, Estado do(a) PB, para fazer as investigações necessárias ao diagnóstico, e executar tratamentos, operações, anestésias, transfusões de sangue, ou outras condutas médicas que venham de encontro às necessidades clínico-cirúrgicas do caso, bem como comprometendo-se a respeitar as instruções que lhe forem fornecidas, inclusive quanto a imprevistos oriundos da eventualidade ou da não observância das orientações médicas.

Estou ciente das complicações inerentes ao ato cirúrgico abaixo.

- 1) _____
- 2) _____
- 3) _____

Responsável: AUGUSTO TRIGUEIRO DOS SANTOS
Endereço: R.GONCALVES DIAS, 596 Bairro N BRASÍLIA, CAMPINA GRANDE-PB
Telefone: 98704-1422

CAMPINA GRANDE, 02 de Novembro de 2017

POLIANA SILVA DOS SANTOS
Responsável pelo Atendimento

AUGUSTO TRIGUEIRO DOS SANTOS
Responsável pelo Paciente

PRÓ-SANGUE

COLETA REALIZADA

RX DE CONTROLE
REALIZADO EM
Lucimar da Silva
Téc. Enfermagem
COBEN-412588
Téc. Radiologia - RTR 01991-1

EVOLUÇÃO DE ENFERMAGEM

NOME:

Augusto T. dos Santos

ALA:

MN

LEITO: 88-1

MÉDICO:

Dr. Raulton

IDADE:

26

DATA:

03/11/17

MANHÃ

Paciente evoluí estável, higiene adequada, recebeu alta hospitalar às 10:30'

[Assinatura]
Enfermeiro(a) Responsável
EL DE ENFERMAGEM

TARDE

NOITE



EVOLUÇÃO DE ENFERMAGEM

NOME: Papato Tiquiano

IDADE: 26

ALA: HN

LEITO: 88.6

MÉDICO: Dr. Raiton

DATA: 02/11/17

MANHÃ

Paciente admitido, procedente da emergência, consciente e orientado, colado exames laboratoriais, mgsu alergia, data zus, aguarda procedimento a'urgico.

*Lucimar F. B. Araújo
Téc. de Enfermagem
COREN-PB 846306*

TARDE

Paciente avalii em P.O.I realizado RX de controle, medicado com dieta libera da apos efeito anestésico segue consci te orientado afebril normotensado segue as cuidados da enfermagem

*Lucimar F. B. Araújo
Téc. de Enfermagem
COREN-PB 846306*

NOITE

Pac. avalii estável acordado afebril e apnéil segue as cuidados da enfermagem.

*Jucara Andrade de Oliveira
Téc. de Enfermagem
COREN-PB 709726 PB*



PRESCRIÇÃO MÉDICA

NOME: Augusto Trigueiro dos Santos
ALA: MN LEITO: 88-1 CONVÊNIO: Parto

DIAGNÓSTICO:

DATA: 02/11/17

MEDICAMENTOS	HORÁRIO			
<u>02/11/17</u>				
<u>Diur 200</u>				
<u>S. Paracetamol 1000</u>	<u>11</u>	<u>23</u>		
<u>Cefotaxima 1x IV 616</u>	<u>11</u>	<u>28</u>	<u>24</u>	<u>6</u>
<u>Alprazolam 10618</u>	<u>11</u>	<u>28</u>	<u>24</u>	<u>6</u>
<u>Citronela AS 16:00h</u>	<u>16</u>			
<u>Diur 1000</u>				
<u>Paracetamol 40 e 10</u>	<u>18</u>			
<u>Tramadol 100 1x 818 (5x)</u>				
<u>Paracetamol 10 818 (5x)</u>				
<u>Omeprazol 10</u>	<u>6</u>			
<u>O. G. 100</u>				

Railton Marinho Costa
CRM-PB 3985

EVOLUÇÃO MÉDICA

Doentes com dores
Amalgam clivado
interferência por furo
superficial

02/11/17

RECEITAS
RECEITAS

Dr. Railton
Odontologista
1995-PB



DESCRIÇÃO CIRÚRGICA

NOME DO PACIENTE: <u>Augusto Felipe SCS</u>	
Nº DO PRONTUÁRIO: <u> </u>	Nº DO ATENDIMENTO: <u> </u>
DATA DA OPERAÇÃO: <u>2 / 11 / 17</u>	ENFERMARIA: <u> </u>
LEITO: <u> </u>	
OPERADOR: <u>Wilton</u>	
1º AUXILIAR: <u> </u>	2º AUXILIAR: <u> </u>
3º AUXILIAR: <u> </u>	INSTRUMENTADOR: <u> </u>
ANESTESISTA: <u> </u>	TIPO DE ANESTESIA: <u> </u>
DIAGNÓSTICO PRÉ-OPERATÓRIO: <u> </u>	
TIPO DE OPERAÇÃO: <u> </u>	
DIAGNÓSTICO PÓS-OPERATÓRIO: <u> </u>	
RELATÓRIO IMEDIATO DA PATOLOGIA: <u> </u>	
EXAME RADIOLÓGICO NO ATO: <u> </u>	
ACIDENTE DURANTE A OPERAÇÃO: <u> </u>	

RELATÓRIO DE OPERAÇÃO

VIA DE ACESSO-TÁTICA E TÉCNICA-LIGADURAS-DRENAGEM-SUTURA-MAT.EMPREGADO-ASPECTO - VICERAS

semelhante a um
sempre a um
com a um
no a um
Aerofor
Redes a um de h.A.C.
Semelhante a um
a um de a um
a um
a um
a um



PRESCRIÇÃO MÉDICA.

VOLUME:

NOME: Augusto Trigueiro dos Santos

SLB:

4.2

LEITO:

88.1

CONVÊNIO:

Pacote

DIAGNÓSTICO:

DATA:

03/11/17

MEDICAMENTOS

HORÁRIO

62/11/1

Just hied
S. Krouhard row
Ceph up 10 14 6 16

10616

90010
90010

CURATORIAL

CHM-1. 3882

EVOLUÇÃO MÉDICA

Planer, mo 1:50 h
D.O. mo 2:00 h

Adex



Num. 18712882 - Pág. 7

☒ ELETIVA ☐ URGÊNCIA

IV III II I

DATA:

80	11	1
----	----	---

/3° Auxiliares)

100

Códigos

--

10

The image shows a grid of graph paper. The left side features a 10x10 square grid. The right side features a 10x10 columnar grid, where each column is 10 units high and 1 unit wide.

PACIENTE: Augusto Trigueiro dos Santos
CONVÊNIO: Particular SUS ☐ PRONTUÁRIO: 210778-2262520
DATA: 02.10.17 CIRURGIÃO: Dr. Raiton
AUXILIAR: _____
ANESTESISTA: Dr.ª Vanera
CIRCULANTE: Diego N.º CADRÃO: Sala 09 HORÁRIO: INÍCIO: 15:30 FINAL: 16:30

CÓD.	MEDICAMENTO	QUANT.
1880	ÁGUA DESTILADA	04
28819	RANITIDINA	
2070	ATROPINA	
2020	DIPIRONA	02+01
70181	PROSTIGMINE	
2062	METOCLOPRAMIDA	
1961	EFEDRINA	
4286	GARAMICINA	
5304	DEXAMETASDONA	01
5398	HEPARINA	
1929	ARAMIN	
1899	AMINOFILINA	
70971	TRANSAMIN	
70033	NAUSEDRON	01
70572	TILATIL 40mg	
5380	HIDROCORTISONA	
5339	FENERGAN	
2038	FUROSEMIDA	
4650	CEFALOTINA 1g	02
70238	QUELICIM	
1872	ADRENALINA	
5673	DOPAMINA	
2003	CLORETO DE SÓDIO	
1910	CLORETO DE POTÁSSIO	
2046	GLICOSE 50%	
1767	CEFTRIAXONA	
70335	SOLU-MEDROL 500mg	
1902	BICARBONATO DE SÓDIO	
2054	GLUCONATO DE CÁLCIO	
403792	TORADOL	
4855	DICLOFENACO SÓDICO	
CÓD.	PSICOTRÓPICOS	QUANT.
73210	TRAMAL	
46850	FENOBARBITAL	
8885	DIEMPAX 10mg	
3034	DIMORF 0.2mg	
3026	DIMORF 1.0mg	
3982	DOLANTINA	
8869	HIDANTAL	
69655	DORMONID	01
9962	KETALAR	
70254	ALFENTANILA	
CÓD.	ANESTÉSICOS	QUANT.
126233	NIMBIUM	
2216	PANCURON	
82031	PROPOFOL	01 ml
3042	FENTANIL	
70548	TRACUR	
8834	HALOTANO	
128872	SEVORANO	
2780	ISOFLURANO	
8958	TIOPENTAL	
2160	NEOCAINA 0,5% C/V	
70750	NEOCAINA 0,5% S/V	
9024	NILPERIDOL	
	ETOMIDATO	

CÓD.	MATERIAL	QUANT.
9091	LIDOCAINA GELEIA	
2119	LIDOCAINA 2% S/V	01
2801	LIDOCAINA 2% C/V	01
1996	NEOCAINA PESADA	
CÓD.	MATERIAL	QUANT.
	AGULHA RAQUI N°	
	DRENO PENROSE N°	
	DRENO TÓRAX N°	
	AGULHA PERIDURAL N°	
40112	AGULHA DESCARTÁVEL N°	04
	ESCOVA DESCARTÁVEL	02
25X28	COMPRESSAS Steri	04
	CATETER PERIDURAL N°	
2356	BOLSA COLOSTOMIA	
138096	CATETER OXIGÊNIO	01
22381	COLETOR URINA FECHADO	
27880	COLETOR URINA ABERTO	
59587	ELETRODO	05
2585	EQUIPO MACROGOTAS	01
2577	EQUIPO MICROGOTAS	
69752	MICROPOROS LARGO	
3379	MICROPOROS FINO	
	JELCO N° 18	01
	LÂMINA BISTURI N° 29	01
	DRENO SUÇÃO N°	
2259	ALGODÃO HIDRÓFILO	06
9113	ALGODÃO ORTOPÉDICO	
	ATADURA GESSADA	
3700	SERINGA DE 03cc	
3689	SERINGA DE 10cc	03
3719	SERINGA DE 05cc	02
3697	SERINGA DE 20cc	03
341797	SERINGA DE 60cc (Bico Longo)	01
3735	SERINGA DE 01cc	
	SCALPS N° 21	02
	SONDA FOLEY N°	
4081	TORNEIRA 03 VIAS	
	SONDA NELATON	
	SONDA RETAL	
2615	ESPARADRAPO	6cm
3468	INTRA-CATH	
20117	FITA GLICEMIA	
60917	GILETE	
	TUBO ENDOTRAQUEAL N°	
	ATADURA CREPOM N° 10	02
	GNEDEL N°	
40126	LUVAS 7.5	02
3522	LUVAS 8.0	
149870	LUVAS 8.5	
	SONDA NSG	
3425	GELFOAN	
2500	GAZES 07x07cm	15P.
3549	LUVAS PROCEDIMENTO	04P.
3417	GEL CONDUTOR	5cm
53937	SURGICEL	
	CÂNULA TRAQUEOSTOMIA N°	

CÓD.	FIOS	QUANT.
	ACIFLEX N°	
	ETHIBOND N°	
0143-0	MONONYLON N° 30	02
	CROMADO S/A N°	
0144-0	CROMADO C/A N° 1	01
0144-0	VICRYL N° 1	01
	MONOCRYL N°	
	PROLENE N°	
	ALGODÃO C/A N°	
	ALGODÃO S/A N°	
3360	FITA CARDIACA	
CÓD.	SOLUÇÕES	QUANT.
149217	ÁLCOOL	2g/ml
2631	ÉTER	2g/ml
3611	PVPI TÓPICO	
3603	PVPI DEGERMANTE	
2330	ÁGUA OXIGENADA	
4111	VASELINA	
304000	CLOREXIDINA Alcolica 90ml	
CÓD.	GASES HOSPITALARES	QUANT.
	AR COMPRIMIDO	
	OXIGÊNIO	24h/24h
	OXÍDO NITROSO	
	VÁCUO	
	NITROGÊNIO	
	APARELHOS	
	BISTURI ELÉTRICOS	1pc
	CAPNOGRAFO	
	MICROSCÓPIO CIRÚRGICO	
	MONITOR CARDÍACO	1pc
	OXÍMETRO DE PULSO	1pc
	ASPIRADOR ELÉTRICO	
CÓD.	SOROS	QUANT.
	SORO FISIOLÓGICO 500ml	02
	SORO GLICOSADO 500ml	
	SORO RINGER 500ml	02
	HISOCCEL	
	MANITOL	
CÓD.	OUTROS	QUANT.
	Bextra	01
	Adaptador de soro	02
	Fio de Kinchenner N° 24	02
	Fio de Colagen	01





ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE CAMPINA GRANDE
2ª VARA CÍVEL

Processo nº 0800739-79.2019.8.15.0001

AUTOR: AUGUSTO TRIGUEIRO DOS SANTOS

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

Vistos etc.

Defiro a gratuidade, na forma requerida.

1. A atual sistemática adotada pelo Código de Processo Civil estabelece, como regra, a designação de audiência de conciliação ou de mediação como ato subsequente ao recebimento da petição inicial das ações de procedimento comum, nos termos do art. 334, *caput*, do CPC/2015;
2. Nada obstante, o § 4º do mesmo dispositivo legal traz duas hipóteses em que a sobredita audiência não será realizada, a saber:
a) se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual; b) quando não se admitir a autocomposição;
3. Assim sendo, **excepcionalmente, a sessão conciliatória poderá ser dispensada pelo juízo**, caso se enquadre em uma das duas hipóteses elencadas acima, ou, ainda, em casos de procedimentos especiais, regidos por legislações específicas e pelo próprio CPC/2015;
4. A presente demanda se insere nos casos em que, de acordo com a nova orientação do NUPEMEC, deve-se procurar evitar remeter aos CEJUSC's "feitos que demandem ações repetitivas, conhecidamente sem chance de conciliação, tais como revisionais de contrato, DPVAT, em que se tem conhecimento que as empresas tradicionalmente não fazem acordos" (Des. Leandro dos Santos, Ofício Circular 003/2018).
5. Desse modo, ainda que se tratem de direitos disponíveis, observa-se de outros processos análogos em tramitação nas varas cíveis desta comarca que **a designação da audiência de conciliação em ações envolvendo a empresa promovida vem se revelando como ato processual inútil**;
6. Por tais fundamentos, e ainda tendo por base os princípios da celeridade e da efetividade processual, insculpidos nos arts. 4º e 6º do CPC/2015, e, ainda, utilizando por analogia o art. 334, § 4º, do mesmo código, **deixo, por ora, de designar a audiência de conciliação no presente caso**;



7. Ressalte-se, por oportuno, que a não designação da audiência nesta fase processual não impede que uma sessão conciliatória seja marcada em momento posterior, a requerimento das partes ou até mesmo de ofício por este juízo, caso as circunstâncias do caso demonstrem haver utilidade na sua realização, nos termos do art. 139, V, do CPC/2015;

8. Diante do exposto, **intime-se a parte autora do teor deste despacho** e, em seguida, **cite-se a parte demandada para oferecer contestação**, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data prevista no art. 231 do CPC/2015, de acordo com o modo como for feita a citação, conforme determina o art. 335, *caput* e inciso III, do CPC/2015;

9. Advirta-se que caso a parte ré não ofereça contestação, será considerada revel e presumir-se-ão verdadeiros os fatos alegados pela parte autora (art. 344 do CPC/2015), salvo as exceções previstas no art. 345 do CPC/2015;

10. Apresentada a contestação, e caso esta venha instruída com prova documental e/ou se alegue quaisquer das matérias constantes dos arts. 350 e 351 do CPC/2015, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar impugnação.

Campina Grande, data e assinatura do Sistema.







PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
2ª VARA CÍVEL – COMARCA DE CAMPINA GRANDE

MANDADO DE INTIMAÇÃO

Processo nº 0800739-79.2019.8.15.0001
AUTOR: AUGUSTO TRIGUEIRO DOS SANTOS

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

Advogado: INACIO BRUNO SARMENTO OAB: PB21472 Endereço:
desconhecido

Em cumprimento a determinação proferida no processo supra indicado, **INTIMO** o(a) parte **promovente** na pessoa de seu procurador(a) e advogado(a) acima nominado(a), do teor do despacho/decisão abaixo transcrito:

Vistos etc.

Defiro a gratuidade, na forma requerida.

1. A atual sistemática adotada pelo Código de Processo Civil estabelece, como regra, a designação de audiência de conciliação ou de mediação como ato subsequente ao recebimento da petição inicial das ações de procedimento comum, nos termos do art. 334, *caput*, do CPC/2015;
2. Nada obstante, o § 4º do mesmo dispositivo legal traz duas hipóteses em que a sobredita audiência não será realizada, a saber:
a) se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual; b) quando não se admitir a autocomposição;
3. Assim sendo, **excepcionalmente, a sessão conciliatória poderá ser dispensada pelo juízo**, caso se enquadre em uma das duas hipóteses elencadas acima, ou, ainda, em casos de procedimentos especiais, regidos por legislações específicas e pelo próprio CPC/2015;
4. A presente demanda se insere nos casos em que, de acordo com a nova orientação do NUPEMEC, deve-se procurar evitar remeter aos CEJUSC's "feitos que demandem ações repetitivas, conhecidamente sem chance de conciliação, tais como revisionais de contrato, DPVAT, em que se tem conhecimento que as empresas tradicionalmente não fazem acordos" (Des. Leandro dos Santos, Ofício Circular 003/2018).



5. Desse modo, ainda que se tratem de direitos disponíveis, observa-se de outros processos análogos em tramitação nas varas cíveis desta comarca que **a designação da audiência de conciliação em ações envolvendo a empresa promovida vem se revelando como ato processual inútil;**

6. Por tais fundamentos, e ainda tendo por base os princípios da celeridade e da efetividade processual, insculpidos nos arts. 4º e 6º do CPC/2015, e, ainda, utilizando por analogia o art. 334, § 4º, do mesmo código, **deixo, por ora, de designar a audiência de conciliação no presente caso;**

7. Ressalte-se, por oportuno, que a não designação da audiência nesta fase processual não impede que uma sessão conciliatória seja marcada em momento posterior, a requerimento das partes ou até mesmo de ofício por este juízo, caso as circunstâncias do caso demonstrem haver utilidade na sua realização, nos termos do art. 139, V, do CPC/2015;

8. Diante do exposto, **intime-se a parte autora do teor deste despacho** e, em seguida, **cite-se a parte demandada para oferecer contestação**, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data prevista no art. 231 do CPC/2015, de acordo com o modo como for feita a citação, conforme determina o art. 335, *caput* e inciso III, do CPC/2015;

9. Advirta-se que caso a parte ré não ofereça contestação, será considerada revel e presumir-se-ão verdadeiros os fatos alegados pela parte autora (art. 344 do CPC/2015), salvo as exceções previstas no art. 345 do CPC/2015;

10. Apresentada a contestação, e caso esta venha instruída com prova documental e/ou se alegue quaisquer das matérias constantes dos arts. 350 e 351 do CPC/2015, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar impugnação.

Campina Grande, data e assinatura do Sistema.

Campina Grande-PB, 31 de maio de 2019

De ordem, SILVIA FERNANDA AIRES BENJAMIN

ANALISTA/TÉCNICO JUDICIÁRIO

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]





Poder Judiciário da Paraíba

2º Vara Cível

Comarca de Campina Grande - PB.



Processo nº 0800739-79.2019.8.15.0001

DESTINATÁRIO(A):

Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

Endereço: Rua Senador Dantas nº 74, 5º andar, Rio de Janeiro - RJ, CEP- 20.031.201

REMETENTE:

UNIDADE JUDICIÁRIA: 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAMPINA GRANDE - PB

RUA VICE PREFEITO ANTÔNIO DE CARVALHO, S/N

BAIRRO DA LIBERDADE

CIDADE: CAMPINA GRANDE - PB

CEP: 58410-050

FONE: (083) 3310-2437







PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
2ª VARA CÍVEL – COMARCA DE CAMPINA GRANDE

CARTA DE CITAÇÃO

Processo nº 0800739-79.2019.8.15.0001

AUTOR: AUGUSTO TRIGUEIRO DOS SANTOS

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

De ordem do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito desta 2ª Vara Cível da Comarca de Campina Grande, PB, em seu cumprimento e em conformidade com o despacho/decisão proferida no processo acima indicada, **CITO** a parte promovida **Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A, através de seu Representante Legal**, dos termos da ação acima nominada, e, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias apresentar contestação, cujo termo inicial será a data prevista no art. 231 do CPC/2015, de acordo com o modo como for feita a citação, conforme determina o art. 335, caput e inciso III, do CPC/2015, restando advertido(a) que não sendo contestada a ação, será considerada revél e presumir-se-ão verdadeiros os fatos alegados pela parte autora (NCPC, art. 344), salvo as exceções previstas no art. 345 do NCPC.

Campina Grande-PB, 31 de maio de 2019

De ordem, SILVIA FERNANDA AIRES BENJAMIN

ANALISTA/TÉCNICO JUDICIÁRIO

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]

PARA VISUALIZAR A PETIÇÃO INICIAL E DOCUMENTOS ACESSE O LINK

:<https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO:

Documentos associados ao processo

Título	Tipo	Chave de acesso**
--------	------	-------------------

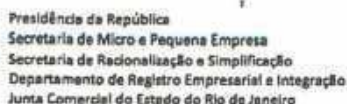


Petição Inicial	Petição Inicial	19011815090509000000018209403
Petição Inicial	Outros Documentos	19011815084236400000018209464
Procuração	Procuração	19011815083212600000018209461
Doc. Pessoais e Comp. de Residência	Documento de Identificação	19011815081573000000018209455
BO e Negativa Administrativa	Outros Documentos	19011815075388600000018209448
Doc. Médica 1	Outros Documentos	19011815074026700000018209444
Doc. Médica 2	Outros Documentos	19011815072092200000018209437
Despacho	Despacho	19052515315399400000020854472



SEGUE ANEXO.





NIKE (A SEDE OU DA FILIAL) QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF

33.3.0028479-6

Types Particles

Sociedade anônima

Boite à Embarcadere

Normal

NO An Dentrolin

00-2018/017153-4

26/01/2018 - 10:52:13

JUCERJA

Ultima Arguementor

0000313101 - 18/12/2017

NWRE: 33.3.0028479-6

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

Boleto(s): 102595004

Hash: ECC52023-D73D-4232-8033-7CC9943DA9D4

Órgão	Calculado	Pago
Junta	570,00	570,00
DREI	21,00	21,00



REQUERIMIENTO


Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

[illegible]

Representante legal da empresa

Local	Nome:	
	Assinatura:	
	Telefone de contato:	
Data	E-mail:	
	Tipo de documento:	Híbrido
	Data de criação:	24/01/2018
	Data da 1ª entrada:	



00-2018/017153-4

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149058 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD69743867A48220CFDE64B56AFAD85ECFBFFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.

Page 2/13



JUCEFLIA



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 27/06/2019 15:50:53

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19062715505242200000021633609>

Número do documento: 19062715505242200000021633609

Num. 22286221 - Pág. 1

**SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.**

NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

1. DATA, HORA E LOCAL: Aos 14 (quatorze) dias do mês de dezembro de 2017, às 10 horas, na Rua da Assembleia, nº 100 - 26º andar - Sala de Reunião do Conselho de Administração, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

2. CONVOCAÇÃO: Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 07 de dezembro de 2017.

3. PRESENÇA: Presentes os conselheiros titulares: Roberto Barroso, Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre, Rosana Techima Salsano, Ivan Luiz Gontijo Júnior, Alfredo Lalia Neto, Marcelo Goldman, Bernardo Dieckmann, João Gilberto Possiede, Nicolás Jesus Di Salvo, Paulo de Oliveira Medeiros, João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo e Paulo Augusto Freitas de Souza, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia. Presentes, ainda, os conselheiros suplentes Leonardo F. Semenovitch, Sidney Aparecido Pariz, Anderson Fernandes Peixoto e Maurício Bernardes, que, por força da presença dos respectivos Conselheiros titulares, atenderam à reunião sem direito a voto nas matérias da ordem do dia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia.

4. MESA: Presidente: Roberto Barroso; Secretária: Isabella Maria Azevedo da Cunha.

5. ORDEM DO DIA: deliberar sobre:

- (i) reeleição de Diretores Estatutários; e
- (ii) eleição de membro para o Comitê de Auditoria.

6. DELIBERAÇÕES: Iniciados os trabalhos pelo item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, reeleger para um mandato de 01 (um) ano os seguintes membros da Diretoria da Companhia: (a) **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor Presidente da Companhia; (b) **HELIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor sem designação específica da

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 1 de 3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro	
Empresa: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A	
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018	
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.	
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56AFAD5ECP8FPD5CF68740F233E496AFDA8021F88	
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital , informe o nº de protocolo. Pág. 3/13	



JUCERJA
Secretaria de Registro



Companhia; e (c) **CRISTIANE FERREIRA DA SILVA**, brasileira, solteira, securitária, titular do documento de identidade nº 16.482.014-0, expedido pela SSP-SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 060.179.048-09, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretora sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia, permanecendo nos respectivos cargos até a investidura dos seus sucessores. Os Diretores ora eleitos aceitaram e declararam, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer o comércio ou a administração de sociedade mercantis em virtude de condenação criminal, tampouco estão impedidos, por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, não estando incurso em quaisquer dos crimes previstos em lei ou nas restrições legais que possam impedi-los de exercer atividades mercantis, em desacordo com o disposto no art. 37, inciso II, da Lei nº. 8.934, 18 de dezembro de 1994 e no art. 147 da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, ciente de que qualquer declaração falsa importará em responsabilidade criminal. Os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, retirar o item (ii) da ordem do dia de pauta. Em decorrência do item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, reafirmar as funções específicas perante a SUSEP atribuídas aos membros da Diretoria Executiva, conforme segue. Deixa-se de atribuir as funções de que tratam os itens 1.2.1.5, 1.2.1.6, e 1.2.1.7, da Carta Circular nº 1/2016/Susep-Cgrat, tendo em vista inexistirem as referidas atividades na Companhia:

N	MEMBRO	RCA	MANDATO	FUNÇÃO ESPECÍFICAS PERANTE À SUSEP
1	José Ismar Alves Tôrres	14.12.2017	13.12.2018	Diretor Presidente
2	Helio Bitton Rodrigues	14.12.2017	13.12.2018	sem função específica
3	Cristiane Ferreira da Silva	14.12.2017	13.12.2018	Diretor responsável técnico (Circular SUSEP nº 234/03 e Resolução CNSP nº 321/15) (executiva ou operacional)
4	Milton Bellizia	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelas relações com a SUSEP (executiva ou operacional)
				Diretor responsável administrativo-financeiro (executiva ou operacional)
				Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade (executiva ou operacional)
5	Andrea Louise Ruano Ribeiro	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Circulares SUSEP nº 234/03 e 445/12) (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes (fiscalização ou controle)

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 2 de 3

Handwritten signatures and initials.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018
CERTIFICADO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56APADE5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8
Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pág. 4/13



7. ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA: Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes.

8. ASSINATURAS: A presente ata foi assinada por: Roberto Barroso – Presidente (ass.), Isabella Maria Azevedo da Cunha – Secretária (ass.), Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre (ass.), Rosana Techima Salsano (ass.), Ivan Luiz Gontijo Junior (ass.), Alfredo Lalia Neto (ass.), Marcelo Goldman (ass.), Bernardo Dieckmann (ass.), João Gilberto Possiede (ass.), Nicolás Jesus Di Salvo (ass.), Paulo de Oliveira Medeiros (ass.), João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo (ass.) e Paulo Augusto Freitas de Souza (ass.).

Certifico que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada no Livro de Atas do Conselho de Administração da Companhia.


Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


Roberto Barroso
Presidente


Isabella Maria Azevedo da Cunha
Secretária

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 3 de 3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro	
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A	
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018	
CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de Autenticação.	
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4856AFAD5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8	
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital , informe o nº de protocolo. Pág. 5/13	



SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.
NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Rua Presidente Alfonso Lopes, nº 25, apto 402 – Lagoa, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22071-050, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


JOSE ISMAR ALVES TORRES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro	
Empresa: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A	
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018	
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.	
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56AFAD5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8	
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital , informe o nº de protocolo. Pag. 8/13	



SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.
NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

HÉLIO BITTON RODRIGUES, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Rua Visconde de Pirajá, 228, apto 203, Ipanema, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22410-000, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


HÉLIO BITTON RODRIGUES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro	
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A	
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 60-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018	
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.	
Autenticação: PD6974386FA48220CFDE4B56AFAD5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA30E1FB8	
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital/ , informe o nº de protocolo: Pág. 10/13	



RETIFICAÇÃO

No artigo 1º da Portaria Sesp/Diag n. 721, de 2 de janeiro de 2018, publicada no Diário Oficial do Estado, de 3 de janeiro de 2018, página 168, artigo 1, inciso III: "... no âmbito do Conselho de administração realizada em 31 de novembro de 2017"; e, item: "... Na assembleia geral extraordinária realizada em 1º de novembro de 2017".

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA,
QUALIDADE E TECNOLOGIA

PORTARIA Nº 38, DE 19 DE JANEIRO DE 2018

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE AEROTECNOLÓGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - DIMETRO, se uniu de suas atribuições, conferidas no § 3º do art. 4º da Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973, nos incisos I e IV do art. 3º da Lei nº 8.933, de 20 de dezembro de 1999, e no inciso V do art. 18 da Estrutura Regimental da Autarquia, aprovada pelo Decreto nº 8.235, de 28 de novembro de 2002:

Considerando o Decreto Federal nº 96.044, de 18 de maio de 1958, que aprova o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos;

Considerando a Portaria Interam n.º 18, de 14 de janeiro de 2014, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Tanques de Carga Rodoviários Destinados ao Transporte de Produtos Perigosos, publicada no Diário Oficial da União de 15 de janeiro de 2014, seção 01, página 48;

Considerando que o limite da unidade por ele aceita, conforme o disposto no § 1º do art. 7º de Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos, deve ser a adequação dos veículos e das equipagens rodoviárias destinadas a este fim;

Considerando a necessidade de submissão do Certificado de Inspeção para o Transporte de Produtos Perigosos (CIPP) pelo novo Certificado para o Transporte de Produtos Perigosos (CTPP), aplicável somente à modalidade de construção de tanques de carga rodoviários.

Considerando a necessidade de ajuste dos Requisitos de Avaliação da Conformidade aprovados pela Portaria Interam n.º 16/2016, resolve:

Art. 1º Ficam aprovados os ajustes dos Requisitos de Avaliação de Conformidade para Tanques de Carga Reduzidos destinados ao Transporte de Produtos Perigosos, publicados pela Portaria Interam 16, de 14 de janeiro de 2016, conforme

Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia

Divisão de Avaliação da Conformidade - Deconf
Rua Santa Alexandrina, nº 466 - 3º andar - Rio Com-
prida

CIRCULAR Nº 4 DE 11 DE JANEIRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR INSTITUIU, DO MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, os atos de arquivamento, conforme se constata do Anexo, as propostas de modificação da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM e da Tarifa Externa Comum em análise pelo Departamento de Negociações Internacionais (DEINT), nos seguintes casos:

a) Proposta para alteração da denominação de governo brasileiro na lista da classificação do Comércio Exterior nº 1, da Tarifa, Nomenclatura e Classificação de Mercadorias, do Mercosul (CT-1) sob o código 0607.90.00, Brasil (ID). As correspondências deverão ficar referência no nome da Comissão e ser encaminhadas no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação desta Circular no Diário Oficial da União.

b) As informações relativas às propostas deverão ser encaminhadas mediante e-governabilidade integral do modelo padrão, disponível na página deste Ministério no Internet, no endereço <http://www.mec.gov.br/seggestor/interfacedeenvio.aspx?TC=262>, dentro do prazo estabelecido. O formulário também pode ser solicitado pelos telefones (At) 202-7-3283 ou 202-7-3282, no setor unidade de controle eletrônico CT-1.

c) Os encaminhamentos sobre a análise das propostas poderão ser realizados por meio do endereço eletrônico <http://www.mec.gov.br/gestao/planocontrole/interfacedeenvio.aspx?TC=262>.

d) Caso haja, posteriormente, ajustes de texto finalizados pela última em nomeação do CT-1, eventuais modificações a respeito deverão ser encaminhadas à esta Secretaria mediante os procedimentos previstos nesta Circular.

RENATO AGOSTINHO DA SILVA

ANEXO			
SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO PROPOSTA	
2917.20.00	- Ácidos policarboxílicos, ciclílicos, ciclílicos ou cícloarílicos, seus anídridos, halogênios, peróxidos, peróxidos e seus derivados	2917.20	Ácidos Policarboxílicos, ciclílicos, ciclílicos ou cícloarílicos, seus anídridos, halogênios, peróxidos, peróxidos e seus derivados
		2917.20.1	Interno de todos policarboxílicos ciclílicos
		2917.20.15	Ciclohexaneno de dicloro
		2917.20.90	Outros
			Outros

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/assessoria/licitacao.html>, pelo código 00012018712300014

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/04/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Para validar o documento acesse <http://www.juceria.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o n° de protocolo.





4996507

ANEXO I À ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., REALIZADAS EM 17 DE MARÇO DE 2016

12/1

"SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º – A SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A. (a "Companhia") é uma sociedade por ações, de capital fechado, que se rege por este Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

Artigo 2º – A Companhia tem por objeto operar nos ramos de seguros de danos e de pessoas, podendo participar de consórcios como líder, como previsto na regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Artigo 3º – A Companhia tem sede na cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14 e 15 andares, podendo criar, modificar e encerrar, mediante decisão da Diretoria, filiais, agências, sucursais, escritórios e representações em qualquer localidade do País.

Artigo 4º – A Companhia terá prazo indeterminado de duração.

CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Artigo 5º – O capital social é de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), totalmente subscrito e integralizado, sendo dividido em 15.000.000 (quinze milhões) de ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro – Cada ação ordinária confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Artigo 6º – Respeitadas as disposições legais aplicáveis, a Companhia poderá efetuar resgate total ou parcial de ações de qualquer espécie ou classe ou adquiri-las para mantê-las em Tesouraria, pelo valor patrimonial da ação do último balanço auditado, cabendo ao Conselho de Administração fixar as demais características da operação.

CAPÍTULO III – ASSEMBLEIA GERAL

ARTIGO 7º – A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento, sempre por maioria absoluta de votos, excetuados os casos expressos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 1 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE920B296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996508

ARTIGO 8º – A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 3 (três) primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem.

Parágrafo Primeiro – A Assembleia Geral será convocada na forma da lei. Independentemente das formalidades de convocação, também será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas.

Parágrafo Segundo – A mesa da Assembleia Geral será presidida por um acionista, diretor ou não, escolhido dentre os presentes por aclamação para dirigir os trabalhos, o qual poderá nomear até 2 (dois) secretários, que poderão ser acionistas ou não, para assessorá-lo a dirigir os trabalhos, manter a ordem, suspender, adiar e encerrar as reuniões e reduzir a termo o que foi deliberado, produzindo a competente ata.

Parágrafo Terceiro – Os representantes legais e os procuradores constituídos, para que possam comparecer às Assembleias, deverão fazer a entrega dos respectivos instrumentos de representação ou mandato na sede da Companhia, até 48 (quarenta e oito) horas antes da reunião acontecer.

Parágrafo Quarto – Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, ¼ (um quarto) do capital social com direito a voto, e em segunda convocação instalar-se-á com qualquer número.

Parágrafo Quinto – As decisões da Assembleia Geral serão formalizadas através de ata que deverá conter a transcrição das deliberações tomadas. Da ata tirar-se-ão certidões ou cópias autenticadas para os fins legais.

Parágrafo Sexto – Somente será aprovada a modificação do objeto social da Companhia com a aprovação de 2/3 (dois terços) das ações ordinárias.

CAPÍTULO IV - ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

ARTIGO 9º – A Companhia terá um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva.

Parágrafo Primeiro – Os Conselheiros e os Diretores serão investidos, após a aprovação de sua eleição pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, em seus cargos mediante assinatura do termo de posse no Livro de Atas do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva, conforme o caso.

Parágrafo Segundo – O prazo de gestão dos Conselheiros e dos Diretores estender-se-á até a investidura dos respectivos sucessores.

Parágrafo Terceiro – As atas das reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva serão lavradas em livro próprio e serão assinadas pelos Conselheiros e pelos Diretores presentes, conforme o caso.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 2 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C81B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996509

Parágrafo Quarto – Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva ficam dispensados de prestar caução como garantia de sua gestão.

Parágrafo Quinto – Caberá à Assembleia Geral fixar o montante global da remuneração dos Administradores, a qual será distribuída e destinada conforme deliberação do Conselho de Administração.

CAPÍTULO V - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ARTIGO 10 – A Companhia será administrada por um Conselho de Administração, composto por, no mínimo, 9 (nove) membros, e no máximo, 15 (quinze) membros, e igual número de suplentes, todos acionistas, residentes no País ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, e com mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição.

Parágrafo Primeiro - Os membros do Conselho de Administração terão as seguintes denominações: Conselheiro Presidente, Conselheiro Vice-Presidente e demais conselheiros sem designação específica.

Parágrafo Segundo – O membro do Conselho de Administração, que tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia, não poderá ter acesso a informações nem participar e exercer o direito de voto nas deliberações do Conselho de Administração que configurem tal impedimento. Poderá, todavia, ser substituído por seu suplente, desde que este não esteja igualmente impedido.

Parágrafo Terceiro – O primeiro mandato dos membros do Conselho de Administração poderá ser superior a 1 (um) ano, se estendendo até a Assembleia Geral Ordinária que se realizar em 2009, referente ao exercício de 2008.

ARTIGO 11 – Eleito pela Assembleia Geral o Conselho de Administração, caberá a este a eleição do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho, por maioria de votos. O Vice-Presidente substituirá o Presidente nas suas ausências e impedimentos temporários.

ARTIGO 12 – Na hipótese de ausências e impedimentos temporários de membro do Conselho de Administração, caberá ao seu suplente substituí-lo, e, no caso de vacância de cargo do Conselho de Administração, o conselheiro ausente será substituído por seu suplente até que seja eleito novo membro e seu respectivo suplente pela primeira Assembleia Geral.

ARTIGO 13 – Todas as deliberações do Conselho de Administração, feitas nas competentes reuniões e devidamente lavradas em atas, serão tomadas pela maioria de votos dos presentes.

Parágrafo Primeiro – O Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração terão direito a voto, cabendo, ainda, ao Presidente em exercício, na hipótese de empate nas deliberações, o voto de desempate.

Parágrafo Segundo - Para que as reuniões do Conselho de Administração possam se instalar e validamente deliberar será necessário a presença da maioria de seus membros em exercício (titulares ou suplentes), desde que a reunião tenha sido regularmente

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 3 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



convocada.



4996510

Parágrafo Terceiro - Caberá ao Presidente do Conselho de Administração presidir as reuniões do aludido Conselho de Administração, e escolher o secretário da reunião, que poderá não ser membro do Conselho de Administração.

ARTIGO 14 - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, quando necessário, mediante convocação de seu Presidente ou, conjuntamente, por 3 (três) de seus membros.

Parágrafo Primeiro - Os membros da Diretoria Executiva participarão das reuniões do Conselho de Administração, quando convocados pelo Presidente do Conselho de Administração a pedido de qualquer de seus membros, para esclarecer sobre quaisquer assuntos de interesse da Companhia.

Parágrafo Segundo - As reuniões do Conselho de Administração deverão ser convocadas, por escrito, mediante carta, telegrama ou e-mail a cada um dos seus membros, e dos membros da Diretoria Executiva quando for o caso, com 5 (cinco) dias úteis de antecedência da data de sua realização. O local de realização das reuniões do Conselho de Administração deverá constar do competente anúncio de convocação, juntamente com o horário, a data de realização e a ordem do dia.

Parágrafo Terceiro - Independentemente das formalidades relativas à convocação, considerar-se-á regular a reunião a que comparecerem todos os membros titulares do Conselho de Administração ou seus suplentes, expressamente autorizados pelos respectivos titulares.

ARTIGO 15 - Compete ao Conselho de Administração, além das atribuições que lhe são conferidas por lei:

- a) convocar as Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;
- b) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e aprovar as diretrizes políticas empresariais e objetivos básicos para todas as áreas principais da atuação da Companhia, bem como a sua política de investimentos financeiros;
- c) aprovar o orçamento anual, o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- d) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições através de um Regimento da Diretoria Executiva, bem como atribuir, dentro do montante global da remuneração fixada pela Assembleia Geral, os honorários mensais de cada um dos membros da Administração da Companhia;
- e) eleger, destituir e fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria da Companhia;
- f) fiscalizar a gestão dos Diretores, podendo examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitar informações sobre quaisquer atos celebrados ou em vias de celebração pela Diretoria Executiva;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 4 de 10

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C895
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996511

g) manifestar-se, previamente, sobre o relatório da Administração, as contas da Diretoria Executiva, as demonstrações financeiras do exercício e examinar os balancetes mensais;

h) por proposta da Diretoria Executiva, deliberar sobre a declaração de dividendos à conta de lucros apurados em balanços semestrais e submeter à Assembleia Geral a proposta de destinação do lucro líquido do exercício;

i) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, contratos de marketing, etc.), bem como contrato financeiro, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e de locação cujo valor exceder o limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

j) autorizar a concessão de qualquer garantia, pela Companhia, qualquer que seja o montante, vedada a concessão de garantias para negócios estranhos aos interesses sociais;

k) a aprovação de qualquer transação para pôr término a litígio de valor superior ao limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

l) estabelecer, por proposta da Diretoria Executiva, critérios gerais de remuneração e a política de benefícios, diretos e indiretos, do quadro de funcionários;

m) decidir sobre a aquisição das próprias ações da companhia para cancelamento ou permanência em tesouraria e, neste último caso, deliberar sobre a sua eventual alienação, observadas as disposições legais aplicáveis;

n) nomear e destituir os auditores independentes da Companhia, analisando e homologando os resultados de seus trabalhos;

o) contribuir para o desenvolvimento de modelos, metodologias e processos de gestão, recomendando à Diretoria Executiva o alinhamento da companhia às melhores práticas, atuando como agente de modernização;

p) analisar e aprovar as propostas para novos investimentos em equipamentos, os compromissos de parcerias e associações e os assumidos com colaboradores;

q) definir diretrizes para o planejamento estratégico;

r) aprovar dotações orçamentárias para cada área e projetos, avaliando e aprovando os resultados a serem atingidos e seus ajustes;

s) manter-se devidamente atualizado sobre os riscos dos negócios;

t) aprovar a contratação de serviços de regulação e de liquidação de sinistros.

u) aprovar e fazer cumprir o Código de Ética da Companhia; e

v) resolver sobre os casos omissos no Estatuto Social e exercer outras atribuições que a

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 5 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C895
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996512

lei ou este Estatuto não confirmam a outro órgão da Companhia.

ARTIGO 16 – São atribuições específicas do Presidente do Conselho de Administração:

- a) fixar as datas para as reuniões ordinárias e convocar as reuniões extraordinárias do Conselho;
- b) presidir as reuniões e supervisionar os serviços administrativos do Conselho;
- c) dar o voto de qualidade em caso de empate, além de seu próprio voto; e
- d) zelar pela preservação do estatuto social, e pelo cumprimento das atribuições que cabem ao Conselho de Administração;

Parágrafo Único – Incumbe ao Vice-Presidente do Conselho de Administração substituir o Presidente durante as suas ausências ou impedimentos.

CAPÍTULO VI - COMITÊ DE AUDITORIA

ARTIGO 17 – A Companhia terá um Comitê de Auditoria.

ARTIGO 18 - O Comitê de Auditoria será composto por 3 (três) membros e se regerá, em todos os seus aspectos, pelo previsto na legislação do Conselho Nacional de Seguros Privados e da Superintendência de Seguros Privados.

Parágrafo único - Os membros do Comitê de Auditoria serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a sua reeleição na forma da legislação em vigor, e receberão, a título de remuneração, o estabelecido pelo Conselho de Administração.

CAPÍTULO VI - DIRETORIA EXECUTIVA

ARTIGO 19 - A Diretoria Executiva é o órgão de representação da Companhia, a quem compete praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais e será composta pelo Diretor Presidente e por 4 (quatro) Diretores sem designação específica, dentre eles um responsável pelos controles internos e que terá as atribuições da Lei nº 9.613/98, outro que será o responsável técnico e responsável pela prevenção de fraudes, outro que será responsável pelo relacionamento com a SUSEP e, dentre eles, ainda, um diretor responsável administrativo-financeiro, que também será responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade, tudo conforme o que dispõe a regulamentação em vigor, com as demais atribuições estabelecidas pelo Conselho de Administração da Companhia

Parágrafo Primeiro – Os Diretores serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a reeleição.

Parágrafo Segundo – Na hipótese das ausências e impedimentos dos Diretores caberá ao Diretor-Presidente indicar, entre os demais Diretores, o substituto, sendo atribuição do Conselho de Administração tomar as medidas necessárias em caso de ausência

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 6 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996513

temporária do Diretor-Presidente, bem como deliberar sobre o preenchimento da vaga em caso de vacância de qualquer um dos Diretores.

ARTIGO 20 – Cabe aos integrantes da Diretoria Executiva, em conjunto, supervisionar e controlar todos os assuntos da Companhia, de acordo com as diretrizes e políticas determinadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral, competindo-lhe ainda:

- a) administrar os bens e serviços da Companhia;
- b) gerir as atividades da Companhia, obedecendo rigorosamente às diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;
- c) zelar pelo fiel cumprimento do presente estatuto social;
- d) cumprir e fazer cumprir as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- e) elaborar e apresentar anualmente, ao Conselho de Administração, relatório circunstanciado de suas atividades, balanço e prestação de contas do exercício findo, bem como a sua compatibilidade com o planejamento estratégico e orçamento plurianual da Companhia;
- f) preparar e submeter ao Conselho de Administração o orçamento anual e o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- g) elaborar e escriturar o balanço e os livros contábeis referentes às demonstrações do exercício findo, para oportuna manifestação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- h) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, convênios), bem como contratos financeiros, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e locação dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- i) aprovar qualquer transação para pôr término a litúgio dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- j) admitir e dispensar o pessoal administrativo;
- h) representar a Companhia em juízo ou fora dele.

ARTIGO 21 - Compete ao Diretor Presidente, além de coordenar a ação dos Diretores e de dirigir as atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia:

- a) convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- b) executar a política, as diretrizes e as atividades de administração da Companhia, conforme especificado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 7 de 10


Bernardo F.S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208295B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996514

c) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades da Companhia, através da apresentação mensal de balancete econômico-financeiro e patrimonial da Companhia;

d) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades do Seguro DPVAT e o andamento de suas operações;

e) propor um código de ética para a Companhia, consistente com o código de ética aprovado pelo órgão de representação sindical superior das empresas de seguro;

f) avaliar periodicamente o desempenho dos Diretores, informando a sua conclusão ao Conselho de Administração;

g) delegar para qualquer um dos Diretores a execução das atribuições que estejam dentro de sua alçada; e

i) exercer outras funções que lhe forem cometidas pelo Conselho de Administração.

ARTIGO 22 – Como regra geral, a Companhia se obrigará validamente sempre que representada por:

a) dois Diretores;

b) qualquer Diretor em conjunto com um procurador;

c) dois procuradores com poderes especiais.

Parágrafo Primeiro – Na constituição de procuradores, observar-se-ão as seguintes regras:

a) todas as procurações serão outorgadas pelo Diretor Presidente, em conjunto com outro Diretor. Na ausência do Diretor-Presidente, as procurações serão outorgadas por dois Diretores em conjunto;

b) quando a procuração tiver por objeto a prática de atos que dependam de prévia autorização da Diretoria Executiva, a sua outorga ficará sujeita ao disposto no Parágrafo Segundo desta Cláusula.

Parágrafo Segundo – O prazo de mandato contido nas procurações outorgadas pela Companhia não poderá exceder o prazo de mandato da Diretoria Executiva, exceto para as procurações judiciais, que terão o prazo correspondente à duração da respectiva ação judicial ou, se inaplicável, prazo indeterminado.

CAPÍTULO VIII - CONSELHO FISCAL

ARTIGO 23 – A Companhia terá um Conselho Fiscal cujos deveres, competências e responsabilidades serão os definidos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 8 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C88883B2947C61B477D798CBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2018





4996515

Parágrafo Primeiro – O Conselho Fiscal é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral.

Parágrafo Segundo – O Conselho Fiscal poderá reunir-se, sempre que necessário, mediante convocação de qualquer de seus membros, lavrando-se em ata suas deliberações.

CAPÍTULO IX – EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E LUCROS

ARTIGO 24 – O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei.

ARTIGO 25 – Em cada exercício, os acionistas terão direito a receber, a título de dividendos, um percentual do lucro líquido do exercício, obedecido o mínimo obrigatório de 25% sobre aquele lucro líquido, com os seguintes ajustes:

- a) o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas;
- b) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências;
- c) sempre que o montante do dividendo mínimo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Diretoria Executiva poderá propor, e o Conselho de Administração e a Assembleia Geral aprovarem, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (artigo 197 da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 10.303/01).

ARTIGO 26 – A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. A Companhia poderá ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

Parágrafo Único – Os dividendos distribuídos nos termos deste artigo poderão ser imputados ao dividendo obrigatório.

ARTIGO 27 – A Companhia poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio.

Parágrafo Único – A remuneração paga nos termos deste artigo poderá ser imputada ao dividendo obrigatório.

CAPÍTULO X - LIQUIDAÇÃO

ARTIGO 28 – A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, observadas as disposições contidas no artigo 68 e seguintes do Decreto nº 60.459, de 13

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 9 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 48F9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



de março de 1967.

10/11



4996516

XI – DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 29 - É vedado à Companhia conceder financiamento ou garantias de qualquer espécie a terceiros, sob qualquer modalidade, para negócios estranhos aos interesses sociais da Companhia.

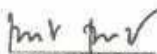
ARTIGO 30 - A Companhia observará todos os acordos de acionistas registrados na forma do artigo 118 da Lei nº 6.404/76, cabendo à administração abster-se de registrar as transferências de ações contrárias aos seus respectivos termos e cabendo ao Presidente da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, abster-se de computar os votos proferidos com infração dos mencionados acordos de acionistas.

ARTIGO 31 - A Companhia assegurará a seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais, presentes e passados, nos casos em que não houver incompatibilidade com os interesses da Companhia e na forma definida pela Diretoria Executiva a defesa em processos judiciais e administrativos contra eles instaurados pela prática de atos no exercício de cargo ou função na Companhia.

Parágrafo Único - Sem prejuízo para o disposto no caput, a Companhia manterá contrato de seguro de responsabilidade civil (seguro D&O) permanente em favor de seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais para resguardá-los de quaisquer atos ou fatos pelos quais eventualmente venham a ser responsabilizados, cobrindo todo o período de exercício de seus respectivos mandatos.

ARTIGO 32 - Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir todas as questões oriundas deste Estatuto Social com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja."

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 10 de 10


Bernardo F. S. Benwanger
Secretário Geral

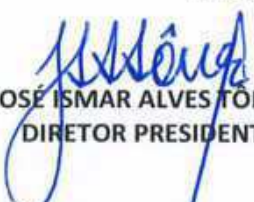
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002958803 - 11/10/2016



PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração a **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, parte, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20031-205, inscrita no CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seu Diretor Presidente, **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, CPF/MF nº 186.088.769-49, RG 2.237.060, SSP-DF, e por seu Diretor Jurídico, **HÉLIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, CPF/MF nº 990.536.407-20 e OAB/RJ nº 71.709; nomeia e constitui seus bastantes procuradores, os advogados **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, CPF/MF nº 082.587.197-26 e OAB/RJ nº 135.132; **THEREZINHA COIMBRA FRANÇA**, brasileira, CPF/MF nº 542.587.407-30 e OAB/RJ nº 62.420; **JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, CPF/MF nº 110.916.708-38 e OAB/SP nº 111.807; **ANA CAROLINA MARTINS GUIMARÃES DE SOUZA**, brasileira, CPF/MF nº 079.914.007-43 e OAB/RJ nº 111.545; **ANDRÉ SCHIESARI DE MIRANDA**, brasileiro, CPF/MF nº 012.941.857-99 e OAB/RJ nº 83.969; **FERNANDA JOSÉ DA SILVA FREIRE**, brasileira, CPF/MF nº 037.242.447-38 e OAB/RJ nº 161.160; **JULIO CEZAR DE AZEVEDO FARIA**, brasileiro, CPF/MF nº 532.246.397-68 e OAB/RJ nº 63.359; **LEILA MARCIA NOGUEIRA DA COSTA CAIRES**, brasileira, CPF/MF nº 034.062.507-42 e OAB/RJ nº 125.974; **PAULO LEITE DE FARIAS FILHO**, brasileiro, CPF/MF nº 029.186.977-70 e OAB/RJ nº 113.674; **JULIANA DANTAS BORGES**, brasileira, CPF/MF nº 055.255.997-08 e OAB/RJ nº 135.435; **DANIELA FERREIRA MENDES DE OLIVEIRA CASTRO**, brasileira, CPF/MF nº 088.398.387-75 e OAB/RJ nº 135.731; **DAVID SANTOS DA CRUZ**, brasileiro, CPF/MF nº 115.998.867-66 e OAB/RJ nº 174.217; todos com endereço profissional à Rua da Assembléia, nº 100, 26º andar, Centro, CEP 20011-904, no Município do Rio de Janeiro - RJ, conferindo os poderes da cláusula *Ad Judicia et Extra* para atuar no foro em geral, em qualquer Juízo, Instância, Tribunal e Órgãos de Proteção e Defesa do Consumidor, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, atuar em processos físicos e eletrônicos, realizar cadastro e acessar sistemas digitais, nomear prepostos, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos ao fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com reservas de poderes, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, autorizados, desde já, a receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, devendo todo e qualquer levantamento judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016, tendo prazo de validade indeterminado.

Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2018.


JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES
DIRETOR PRESIDENTE


HÉLIO BITTON RODRIGUES
DIRETOR

17º Ofício de Notas DA CAPITAL	Tabelião: Carlos Alberto Firmino Oliveira	AD528690
Reconheço por AUTÊNTICAÇÃO as firmas de: HÉLIO BITTON RODRIGUES e JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES (X00000524453)	Rua do Carmo, 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel: 21037-5000	088674
Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2018.	Conf. por: Serventia T. H. FUNDOS	CARTÓRIO 17º OFÍCIO DE NOTAS RJ
Em testemunho da verdade.	Total	Paula Cristina A. D. Gaspar
Paula Cristina A. D. Gaspar - Aut.		3.9% Escrevente
ETLP-56881 H01, ETLP-56882 H01		10796 48062 série 09077 ME
https://www3.tirri.jus.br/sitepublico		Aut. 20.5.3º Lei 8.936/94

SUBSTABELECIMENTO

Na qualidade de procurador da **SEGURADORA LIDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado pelo **Dr. JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 111.807 e no CPF/MF sob o nº 110.916.708-38, doravante denominada Outorgante, substabeleço, com reserva de iguais, nas pessoas dos **Drs. CARLOS EDUARDO DE SOUZA CABRAL**, brasileiro, casado, OAB/RJ 189.997; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, OAB/RJ 152.629; **JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, OAB/RJ 134.307; **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, casado, OAB/RJ 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, OAB/RJ 140.522; **RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO MENEZES**, brasileira, casada, OAB/RJ 185.681; **TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA JOÃO BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita na OAB/RJ sob o nº 32.203/2005, com escritório situado na Rua São José, número 90, oitavo andar, CEP: 20010-901 Tel.: (21) 3265-5600, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, conferem plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 105 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, tudo

Preocupada com o meio ambiente, a Seguradora Líder DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro.



com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, ficando, desde já, **VEDADO** receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1912-7, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº09. 248.608/0001-04 nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016.

Rio de Janeiro, 01 de abril de 2018.

JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA
OAB/SP 111.807



Rio de Janeiro, 24 de Julho de 2018

Aos Cuidados de: **AUGUSTO TRIGUEIRO DOS SANTOS**

Nº Sinistro: **3180334218**
Vítima: **AUGUSTO TRIGUEIRO DOS SANTOS**
Data do Acidente: **28/10/2017**
Cobertura: **INVALIDEZ**
Procurador: **INACIO BRUNO SARMENTO**

Assunto: EXIGÊNCIA DOCUMENTAL

Senhor(a),

Após a análise dos documentos apresentados no sinistro cadastrado sob o **número 3180334218**, identificamos a necessidade de regularizar a documentação apresentada, conforme a seguir:

- Comprovante de residência não conclusivo

A documentação deve ser entregue na **COMPREV SEGURADORA S/A**, onde o aviso de sinistro foi registrado, juntamente com cópia desta correspondência.

O prazo regulamentar de 30 dias para análise do pedido da indenização do Seguro DPVAT foi **interrompido** e terá sua contagem reiniciada a partir da entrega da documentação complementar na seguradora acima indicada.

Caso a documentação não seja entregue em até 180 dias, a contar do recebimento desta correspondência, ou não haja qualquer manifestação sua por escrito neste prazo, **o seu pedido de indenização será negado por ausência de comprovação documental**. Providencie a documentação o quanto antes para comprovar o seu direito à indenização do Seguro DPVAT.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 00647/00648 - carta_03 - INVALIDEZ



Carta nº 13137168



Rio de Janeiro, 08 de Agosto de 2018

Aos Cuidados de: **AUGUSTO TRIGUEIRO DOS SANTOS**

Nº Sinistro: **3180334218**

Vítima: **AUGUSTO TRIGUEIRO DOS SANTOS**

Data do Acidente: **28/10/2017**

Cobertura: **INVALIDEZ**

Procurador **INACIO BRUNO SARMENTO**

Assunto: NEGATIVA TÉCNICA - SEM SEQUELAS

Senhor(a),

Após a análise dos documentos apresentados no seu pedido de indenização (sinistro número **3180334218**), esclarecemos que não foram identificadas sequelas permanentes em razão do acidente ocorrido em **28/10/2017**. Por esse motivo, o seu pedido de indenização foi **negado**.

Qualquer dúvida, é só ir até o nosso site **www.seguradoralider.com.br**, ou ligue através do telefone **0800 022 12 04** (ligação gratuita) ou **0800 022 12 06** que atende apenas aos deficientes auditivos e de fala. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 01057/01068 - carta_04 - INVALIDEZ



Carta nº 13210277





AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE SINISTRO - CRÉDITO EM CONTA E REGISTRO DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS PESSOA FÍSICA - CIRCULAR SUSEP 445/12

Para mais esclarecimentos, acesse o site <http://www.seguradoralider.com.br> ou ligue para o SAC DPVAT 0800 0221204 ou 0800 221206 (exclusivo para pessoas com deficiência auditiva)

INFORMAÇÕES PARA PREENCHIMENTO:

É necessário o preenchimento completo de todos os campos com os dados do **BENEFICIÁRIO** ou do **REPRESENTANTE LEGAL**, sem rasuras, para correta análise do seu pedido de indenização. Dados incompletos ou incorretos impedem o banco de creditar o pagamento.

A conta informada precisa ser de titularidade do **BENEFICIÁRIO** ou do **REPRESENTANTE LEGAL**, deve estar regularizada, ativa, desbloqueada e sem impedimento para o crédito de indenização/reembolso.

É obrigatório Representante Legal para:

Beneficiário entre 0 a 15 anos (pai, mãe, tutor) ou o Incapaz com curador. O formulário deve ser preenchido com os dados do Representante Legal (Pai, Mãe, Tutor ou Curador). Apenas o Representante Legal precisará assinar o formulário (no campo 2 - "Assinatura do Representante Legal").

Beneficiário entre 16 e 17 anos - Necessário que o Beneficiário seja assistido por seu Representante Legal (Pai, Mãe, Tutor). O formulário deverá ser preenchido com os dados do beneficiário. Necessário que o formulário seja assinado pelo menor de idade (no campo 1 "Assinatura do Beneficiário") e seu Representante Legal (campo 2 "Assinatura do Representante legal").

Número do Sinistro ou ASL

CPF da Vítima

132.853.927-03

Nome completo da vítima

Augusto Inguimantes Santos

DADOS DO RECEBEDOR DA INDENIZAÇÃO: BENEFICIÁRIO OU REPRESENTANTE LEGAL

Nome completo	CPF titular da conta	Profissão
Augusto Inguimantes Santos	132.853.927-03	Seguradora
Endereço	Número	Complemento
Rua Generalistas	546	
Bairro	Cidade	Estado
Monte Castelo	Companhia Grande	PB
Email	CEP	Telefone (DDD)
maio Bruno adu@gmail.com	58060-000	83.3334/239

Declaro, sob as penas da lei e para fins de prova de residência junto a Seguradora Líder - DPVAT, residir no endereço acima. Segue, em anexo, cópia do comprovante de residência do endereço informado.

FAIXA DE RENDA MENSAL E DADOS BANCÁRIOS

<input checked="" type="checkbox"/> RECUSO INFORMAR	<input type="checkbox"/> SEM RENDA	<input type="checkbox"/> ATÉ R\$ 1.000,00	<input type="checkbox"/> R\$ 1.001,00 ATÉ R\$ 3.000,00
<input type="checkbox"/> R\$ 3.001,00 ATÉ R\$ 5.000,00	<input type="checkbox"/> R\$ 5.001,00 ATÉ R\$ 7.000,00	<input type="checkbox"/> R\$ 7.001,00 ATÉ R\$ 10.000,00	<input type="checkbox"/> ACIMA DE R\$ 10.000,00
<input type="checkbox"/> CONTA POUPANÇA (Somente para os bancos abaixo. Assinale uma opção)		<input checked="" type="checkbox"/> CONTA CORRENTE (todos os bancos)	
<input type="checkbox"/> BRADESCO (237) <input type="checkbox"/> BANCO DO BRASIL (001) <input type="checkbox"/> ITAÚ (341)		BANCO	
<input type="checkbox"/> CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (104)		Nome	
AGÊNCIA		Banco do Brasil	
NR		001	
D/V		NR	
(Informar dígito se existir)		(Informar dígito se existir)	
CONTA		AGÊNCIA	
NR		NR	
D/V		D/V	
(Informar dígito se existir)		(Informar dígito se existir)	

Declaro que os dados bancários são de minha titularidade e, comprovada a cobertura securitária para o sinistro, autorizo a Seguradora Líder a efetuar o pagamento da indenização do Seguro DPVAT, mediante o crédito na referida agência e conta. Após efetivado o crédito, reconheço e dou plena quitação do valor indenizado.

E. Grande 13 de julho de 2018

Local e Data

Augusto Inguimantes Santos

Campo 1 - Assinatura do Beneficiário

Campo 2 - Assinatura do Representante Legal

FAPPE.001 V001/2017





BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Nº00172.01.2018.2.00.420

OCORRÊNCIA(S)

Suposto(s) Autor(es):

Tipificação 1: LESÃO ACIDENTAL DE TRÂNSITO

Data da Ocorrência: 28/10/2017

Hora: 13:58:00

Forma da Comunicação: Verbal

Endereço: Sítio Gravatá dos Trigueiros, [Indeterminado], Queimadas, PB.

Ponto de referência: Perto das Piscinas de Mário

PARTE(S)

VITIMA

Nome: Augusto Trigueiro dos Ramos

Conhecido por: Não informado

Filiação: Francicleide Trigueiro dos Santos e Não Declarado

Idade: 27

Data de Nascimento: 08/05/1991

Identidade de Gênero: masculino

Nacionalidade: brasileira

Naturalidade: Campina Grande

Estado Civil: casado(a)

Escolaridade: Ensino médio completo

Profissão: Segurança

Cargo: Não informado

Matrícula: Não informado

Documentos(s) de Identificação: CPF nº 132.853.927-03

Endereço: Rua Gonçalves Dias, 596, Monte Castelo, Campina Grande, PB

Complemento: Não informado

Ponto de referência: Perto do Pé de Tambor

Telefone: (83) 98704-1422

TESTEMUNHA

Nome: Jair de Araújo Silva

Conhecido por: Não informado

Filiação: Josefa Alexandrina da Silva e João de Araújo Silva

Idade: 40

Data de Nascimento: 07/07/1977

Identidade de Gênero: masculino

Nacionalidade: brasileira

Naturalidade: Campina Grande

Estado Civil: casado(a)

Escolaridade: Ensino fundamental completo

Profissão: Agricultor

Matrícula: Não informado

Cargo: Não informado

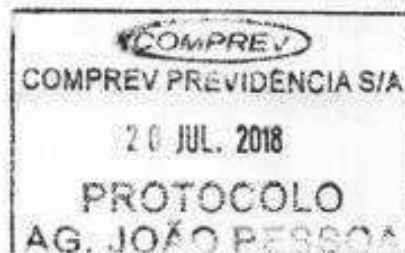
Documentos(s) de Identificação: CPF nº 007.559.804-33

Endereço: Sítio Gravatá, [Indeterminado], Queimadas, PB

Complemento: Não informado

Ponto de referência: Perto das Piscinas de Mário

Telefone: Não informado



Procedimento Policial: 00172.01.2018.2.00.420





TESTEMUNHA

Nome: Giovane de Souza Costa
Conhecido por: Não informado
Filiação: Ana Lúcia de Souza Costa e Gilberto Pereira da Costa
Idade: 21 **Data de Nascimento:** 12/11/1996 **Identidade de Gênero:** masculino
Nacionalidade: brasileira **Naturalidade:** Itabaiana
Estado Civil: casado(a)
Escolaridade: Ensino médio completo **Profissão:** Autônomo
Cargo: Não informado **Matrícula:** Não informado
Documentos(s) de Identificação: CPF nº null
Endereço: Rua Horácio de Souza Cavalcante, 389, Monte Castelo, Campina Grande, PB
Complemento: Não informado
Ponto de referência: Perto da Igreja Católica
Telefone: Não informado

OBJETO(S) ENVOLVIDO(S)

(1) Moto, marca Honda, modelo CG 150 Titan MIXES, tipo de veículo Motocicleta, cor vermelha, ano 2010, placa NPX-2558, chassi 9C2KC1620AR048481, renavam 0022777698-4

DILIGÊNCIAS ADOTADAS/EXAMES REQUISITADOS

HISTÓRICO

Informa o comunicante/vítima, que no dia, hora e local já descritos, conduzia a motocicleta Honda/CG 150 TITAN MIXES, Ano/Modelo 2010/2010, cor vermelha, Placa NPX-2558-PB, Chassi de Nº 9C2KC1620AR048481, licenciada em nome de Alex Júnior da Silva, quando trafegava no Sítio Gravatá dos Trigueiros, Município de Queimadas/PB, momento em que um animal (Cachorro), atravessou na via, tendo o comunicante tentado se desviar do mesmo, tendo perdido o controle de direção da moto, vindo a cair ao solo e sofrido fratura da Clavícula do lado direito, sendo socorrida por populares e encaminhado ao Hospital de Emergência e Trauma, nesta cidade. Na ocasião do acidente o tempo apresentava-se bom, com via seca e boa visibilidade, não se encontrando o envolvido sob a influência de bebidas alcoólicas. Não compareceram os Policiais Militares do CPTRAN, razão pela qual não foi elaborado o Boletim de Acidente de Trânsito.

ADENDOS:

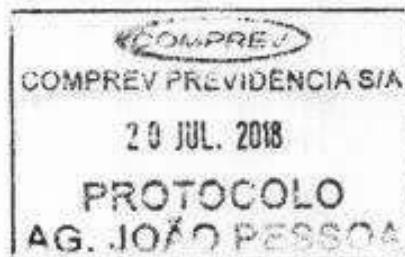
Usuário: Ademir da Costa Vilar

Data e Hora: 11/06/2018 09:07

Delegacia: Delegacia Especializada de Acidentes de Veículos de Campina Grande

Descrição: Por erro de digitação, no presente Boletim onde se ler o nome da vítima Augusto Trigueiro dos Ramos, LEIA-SE AUGUSTO TRIGUEIRO DOS SANTOS. O referido é verdade e dou fé, dato e assino.

Nada mais disse. Encerrado está o presente termo.



Procedimento Policial: 00172.01.2018.2.00.420



SECRETARIA DE ESTADO DA
SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL
Delegacia Geral da Polícia Civil
2ª Superintendência Regional de Polícia Civil
Delegacia Especializada de Acidentes de
Veículos de Campina Grande




**POLÍCIA
CIVIL**
PARAÍBA



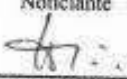
**GOVERNO
DA PARAÍBA**
Secretaria de Estado da
Segurança e da Defesa Social

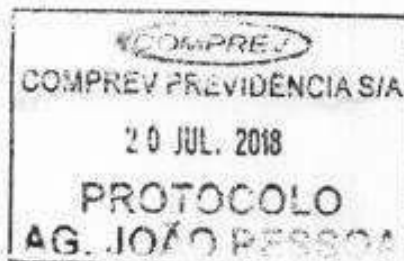


Campina Grande/PB, 06 de junho de 2018,


SEVERINO DE CARVALHO LOPES
Delegado(a) de Polícia Civil


AUGUSTO TRIGUEIRO DOS RAMOS
Noticiante


ADEMIR DA COSTA VILAR
Escrivão de Polícia



Procedimento Policial: 00172.01.2018.2.00.420

3/3



Para mais esclarecimentos, acesse o site <http://www.seguradoralider.com.br> ou ligue para o SAC DPVAT 0800 0221204 ou 0800 0221206 (exclusivo para pessoas com deficiência auditiva e de fala)

INFORMAÇÕES PARA PREENCHIMENTO:

É necessário o preenchimento completo de todos os campos com os dados da VÍTIMA e do seu REPRESENTANTE LEGAL* (caso seja aplicável) sem rasuras. O Representante Legal* é obrigatório para os seguintes casos:

Casos com vítima entre 0 a 15 anos - O Representante Legal é representado pelo pai, mãe ou tutor. Apenas o Representante deverá assinar a declaração no campo 2 ("Assinatura do Representante Legal");

Casos com vítima entre 16 e 17 anos - Neste caso, é necessário que a vítima seja assistida por um Representante Legal (pai, mãe ou tutor). O formulário deverá ser assinado pela vítima menor de idade no campo 1 ("Assinatura da Vítima") e também por seu Representante Legal no campo 2 ("Assinatura do Representante Legal").

Casos com vítima interditada com curador - Neste caso em específico, apenas o Representante Legal deverá assinar a declaração no campo 2 ("Assinatura do Representante Legal").

Nome Completo da Vítima

Augusto Trigueiro dos Santos

CPF da Vítima

13.285392-03

Data do Acidente

28/10/2017

REPRESENTANTE LEGAL DA VÍTIMA

Nome completo do Representante Legal

CPF do Representante legal

Email

Telefone (DDD)

Declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal (IML) para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT (Lei nº 6.194/74), uma vez que:

Assinilar uma das opções abaixo:

- ☐ Não há estabelecimento do IML que atenda a região do acidente ou da minha residência; ou
- ☐ O estabelecimento do IML que atende a região do acidente ou da minha residência não realiza perícias para fins de prova do Seguro DPVAT; ou
- ☒ O estabelecimento do IML que atende a região do acidente ou da minha residência realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do respectivo pedido.

Com o objetivo de permitir o exame do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, para a cobertura de invalidez permanente causada diretamente por veículo automotor de via terrestre, solicito que esta declaração permita o prosseguimento da análise da minha documentação sem a apresentação do laudo do Instituto Médico Legal-IML, concordando, desde já, em me submeter à perícia médica às custas da Seguradora Líder DPVAT para a correta avaliação da existência e aferição do grau da lesão, ou lesões, para os fins do §1º do art. 3º da Lei nº 6.194/74.

Declaro ainda estar ciente de que a autorização para a realização dessa perícia não significa prévia renúncia ao direito de contestá-la, caso discorde do seu conteúdo.



C. Grande 13 de julho de 2018
Local e Data

Augusto Trigueiro dos Santos
Campo 1 - Assinatura do Beneficiário

Campo 2 - Assinatura do Representante Legal



MARIA ZILDA BRITO NOBREGA
RUA DONALDO DAS DAVS 185-VILAS CASTELO
CAMPINA GRANDE / PB CEP: 59444-332 (A0: 402)
Emissão: 08/11/2017 Referência: Nov/2017
Consumo: RESIDENCIAL/RESIDENCIAL 50480200410
Retorno: 3-401-210-4782 SF Medidor: 0030800722

energisa
ENERGISA BORBORIMA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Campina Grande - PB CEP: 59444-332
CNPJ: 06.226.566/0001-95 Ins. Est. 10.935.528-1

Não Focal: Conta de Energia Pública Nº 000.000.000
Cód. para Dto. Autenticação: 8000047193

Atendimento ao Cliente **ENERGISA 0800 023 0196** Acesse: www.energisa.com.br

Conta referente a **Nov / 2017** Apresentação **08/11/2017** Data prevista da próxima leitura **07/12/2017** CPF/ CNPJ/ RANI **50480200410**

UC (Unidade Consumidora): **4/47119-3**

Canal de contato

RECONVOCAÇÃO DA JUSTIÇA ELEITORAL
CADASTRO ELEITORAL
A CREDENCIAMENTO E OBRIGATORIA E GRATUITA
O TRIB. REGIONAL ELEITORAL DA PARAIBA ALEZIA GUARATO
AO CADASTRAMENTO. PROCURE UM CARTÃO ELEITORAL
MÁS PRÓXIMO PARA EFETUAR O CADASTRO.

Anterior	Atual	Constante	Consumo	Dias
Data	Letura	Data	Letura	
08/10/17	5717	08/11/17	5925	
Demonstrativo				
Quantidade Tarifas Valor por Consumo Valor por Consumo Valor por Consumo Valor por Consumo				
Tarifa por Consumo Valor por Consumo Valor por Consumo Valor por Consumo				
0001 Consumo em kWh	19.000.000000	72.83	72.83	21
0001 Rót. 8 / 2017	0.00	0.00	0.00	0.00
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS				
0001 CONTRA EM PUBLICO	0.00	0.00	0.00	0.00
0002 CUSTO DE REGULAÇÃO NORMAL 10/2017	7.42	0.00	0.00	0.00
0004 JUROS DE MORA 09/2017	7.85	0.00	0.00	0.00
0004 JUROS DE MORA 10/2017	0.74	0.00	0.00	0.00
0004 JUROS DE MORA 10/2017	0.00	0.00	0.00	0.00
0005 MULTA 09/2017	7.85	0.00	0.00	0.00
0005 MULTA 10/2017	1.46	0.00	0.00	0.00
0005 MULTA 10/2017	1.27	0.00	0.00	0.00
0005 ATUALIZAÇÃO MONETARIA 09/2017	0.44	0.00	0.00	0.00
0005 ATUALIZAÇÃO MONETARIA 09/2017	0.04	0.00	0.00	0.00
TOTAL				
CC: Carga de Classificação do Rót. TOTAL	108.31	82.31	82.31	0.00

Média últimos meses (kWh) **22** **VENCIMENTO 26/11/2017** **TOTAL A PAGAR R\$ 105,31**

Histórico de Consumo (kWh)											
08	108	135	90	79	94	94	9	72	112	103	124
Out/17	Set/17	Ago/17	Jul/17	Jun/17	Maio/17	Abr/17	Mar/17	Fev/17	Jan/17	Dez/16	Nov/16

RECEITA Nº 9952.0204 ecb3 ec44.aa28.0a8a 483f a8cc

Indicadores de Qualidade			
Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)	
DC-MENSAL	0.00	100V	220
DC-TRIMESTRAL	0.00	100V	220
DC-ANUAL	0.00	100V	220
DC-TRIMESTRAL	0.00	100V	220
DC-ANUAL	0.00	100V	220
DC-TRIMESTRAL	0.00	100V	220
DC-ANUAL	0.00	100V	220

Descrição	Valor (R\$)
Serviço de Distribuição de Energia	17.44
Compra de Energia	28.80
Imposto de Transmissão	0.07
Encargos de Energia	7.00
Serviço de Distribuição de Energia	43.00
Outros Serviços	7.92
Total	105.23

Atenção: Leia o conteúdo da fatura antes de pagar. Faturas em atraso.

Atenção: Leia o conteúdo da fatura antes de pagar. Faturas em atraso.

Atenção: Leia o conteúdo da fatura antes de pagar. Faturas em atraso.

Atenção: Leia o conteúdo da fatura antes de pagar. Faturas em atraso.

Atenção: Leia o conteúdo da fatura antes de pagar. Faturas em atraso.

Atenção: Leia o conteúdo da fatura antes de pagar. Faturas em atraso.

Atenção: Leia o conteúdo da fatura antes de pagar. Faturas em atraso.

Atenção: Leia o conteúdo da fatura antes de pagar. Faturas em atraso.

Atenção: Leia o conteúdo da fatura antes de pagar. Faturas em atraso.

Atenção: Leia o conteúdo da fatura antes de pagar. Faturas em atraso.

Atenção: Leia o conteúdo da fatura antes de pagar. Faturas em atraso.

Atenção: Leia o conteúdo da fatura antes de pagar. Faturas em atraso.

COMPREV PREVIDENCIA S/A
20 JUL. 2018
PROTOCOLO
AG. JUD. DE FISC. 004

VENCIMENTO 26/11/2017 **TOTAL A PAGAR R\$ 105,31**

VENCIMENTO 26/11/2017 **TOTAL A PAGAR R\$ 105,31**

VENCIMENTO 26/11/2017 **TOTAL A PAGAR R\$ 105,31**

VENCIMENTO 26/11/2017 **TOTAL A PAGAR R\$ 105,31**

VENCIMENTO 26/11/2017 **TOTAL A PAGAR R\$ 105,31**

VENCIMENTO 26/11/2017 **TOTAL A PAGAR R\$ 105,31**

VENCIMENTO 26/11/2017 **TOTAL A PAGAR R\$ 105,31**

VENCIMENTO 26/11/2017 **TOTAL A PAGAR R\$ 105,31**





Nota Fiscal/Conta de Energia Elétrica nº 000 000 136
Cód. para Emissão Automática: 000000000000

Conta referente a	Apresentação	Data prevista da próxima leitura	CPF/ CNPJ/ RANI
Mar / 2018	23/03/2018	24/04/2018	8833589442

Canal de contacto

- Furtos de energia é a maior roubada. Pode provocar acidentes graves, além de ser crime e dar cadeia. E ainda prejudica os quem não fura: o furto prejudica a qualidade do fornecimento, pode causar queda de energia, queima de equipamentos e até incêndios.

• Chama-sevidualhos e arregos e entre no combate ao maquis
tendencioso da dengue, Zika e chikungunya. Ministério da Saúde
Governo Federal

CC - Código de Classificação do Item	TOTAL	130,90	130,29	22,55	130,39	1,51	0,00
--------------------------------------	-------	--------	--------	-------	--------	------	------

VENCIMENTO

TOTALA PAGAR

219

16/04/2018

R\$ 130,90

Histórias de Consumo (ICM)

86	83	77	33	9	10	15	0	48	10	0	43
Mar17	Apr17	May17	Jun17	Jul17	Aug17	Sep17	Oct17	Nov17	Dec17	Jan18	Feb18

c310.2a40.t9b2.a8cb.dba0.89c2.b9e5.271f

Empirical Evidence

Discriminacao	Valor (R\$)	%
Servicos de Out de Energia	27,05	19,29
Tempo de Entrega	44,34	36,77
Servicos de Transmissao	8,57	4,42
Garantia Selo	11,45	7,70
Impostos Ombro e Entrega	28,31	39,81
Outros Servicos	0,00	0,00
Total	149,02	100,00

Valores de R^2 y p -value: $R^2 = 0.99$, $p = 0.000$.

ATENÇÃO

Resposta Tarefa-Vigência 04/03/18-Res. ANEEL nº 2.367-Ann Tensão: 21,54% sendo
Resposta Tarefa-Vigência 04/03/18-Res. ANEEL nº 2.367-Barra Tensão: 18,82% Médio
-Leitura confirmada

Estimated sum of squares

COMPREV
COMPREV PREVIDENCIA S/A
20 JUL 2008
PROTOCOLO
AG. JOAO PESSOA



DOCUMENTO PARA PAGAMENTO

Documento sem valor fiscal.

Documento não é segunda-via de conta.

Recibo para simples pagamento da nota fiscal/conta de energia elétrica Nº 001.359.108



ENERGISA BORBOREMA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
BR 230 - KM 156 - Alça Sudoeste - Três Irmãs - Campina Grande / PB - CEP 58423-700
CNPJ 08.828.596/0001-85 Insc. Est. 18.003.838-1

DADOS DO CLIENTE			CDC - CÓDIGO DO CONSUMIDOR	
MARIA ZILDA BRITO NOBREGA RUA GONCALVES DIAS 595 CAMPINA GRANDE			4/47119-3	
REFERÊNCIA	APRESENTAÇÃO	CONSUMO	VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
JUL/2018	10/07/2018	116	26/07/2018	R\$ 110,20

Acesse: www.energisa.com.br

DADOS DO CLIENTE			CDC - CÓDIGO DO CONSUMIDOR	
MARIA ZILDA BRITO NOBREGA Roteiro: 03-401-210-4780 83800000001-5 10200147000-8 00471192018-3 07800401019-1			4/47119-3	
VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR	MATRÍCULA	BARRAS	
26/07/2018	R\$ 110,20	47119-2018-07-8		



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 27/06/2019 15:50:55

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19062715505476700000021633615>

Número do documento: 19062715505476700000021633615

Num. 22286227 - Pág. 11

DECLARAÇÃO DE PREVENÇÃO A LAVAGEM DE DINHEIRO
CIRCULAR SUSEP 445/12

Para mais esclarecimentos, acesse o site <http://www.seguradoralider.com.br> ou ligue para o SAC DPVAT 0800 0221204 ou 0800 221206 (exclusivo para pessoas com deficiência auditiva)

INFORMAÇÕES IMPORTANTES:

O preenchimento deste Formulário é parte integrante do processo de liquidação de sinistro, conforme estabelece a Circular número 445/12, disponível no endereço eletrônico:

<http://www2.SUSEP.GOV.BR/BIBLIOTECASWEB/DOCORIGINAL.ASPX?TIPO=1&CODIGO=29636>

A Circular SUSEP¹ nº 445/12, que trata da prevenção à lavagem de dinheiro no mercado segurador, determina que todas as Seguradoras são obrigadas a constituir cadastro das pessoas envolvidas no pagamento de indenizações. Este cadastro deve conter, além dos documentos de identificação pessoal, informações acerca da profissão e da faixa de renda mensal, além da respectiva documentação comprobatória.

A recusa em fornecer as informações de **profissão e renda**, neste formulário, não impede o pagamento da indenização do Seguro DPVAT, contudo, por determinação da referida Circular, **esta recusa é passível de comunicação ao COAF**².

¹ Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, órgão responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguro, previdência privada aberta, capitalização e resseguro.

² Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF, órgão integrante da estrutura do Ministério da Fazenda, tem por finalidade disciplinar, aplicar penas administrativas, receber, examinar e identificar as ocorrências suspeitas de atividades ilícitas previstas na Lei nº9.613/98.

Pelo exposto, eu Inácio Bruno Sarmiento inscrito (a) no CPF 030781814 / CG na qualidade de Procurador (a) / Intermediário (a) do Beneficiário Augusto Travenço dos Santos inscrito (a) no CPF sob o Nº 132855922 / 03 do sinistro de DPVAT cobertura Dano Moral da Vítima Augusto Travenço dos Santos inscrito (a) no CPF sob o Nº 132855922 / 03, conforme determinação da Circular Susep 445/12:

☐ Declaro Profissão: _____ Renda: _____ e apresento os documentos comprobatórios:

☒ Recuso informar

Declaro ainda, sob as penas da lei e para fins de prova de residência junto a Seguradora Líder-DPVAT, residir no endereço abaixo, anexando a cópia do comprovante de residência do endereço informado.

Estou ciente de que a falsidade da presente declaração implicará na sanção penal prevista no art. 299 do Código Penal.

Endereço <u>Rua Pinheiro Alves 100</u>		Número <u>800</u>	Complemento <u>B</u>
Bairro <u>Pinheiro</u>	Cidade <u>Comodoro Grande</u>	Estado <u>PE</u>	CEP <u>58100-000</u>
Email <u>inacio.bruno.oda@gmail.com</u>		Telefone comercial(DDD) <u>8333341284</u>	Telefone celular (DDD) <u>83994885048</u>

C. Grande, 13 de Julho de 2013.
Local e Data

Inácio Bruno Sarmiento
Assinatura do Declarante

DLDR1.001 V001/2017



DECLARAÇÃO DE PREVENÇÃO A LAVAGEM DE DINHEIRO
CIRCULAR SUSEP 445/12

Para mais esclarecimentos, acesse o site <http://www.seguradoralider.com.br> ou ligue para o SAC DPVAT 0800 0221204 ou 0800 221206 (exclusivo para pessoas com deficiência auditiva)

COMPREV PREVIDENCIA S/A

INFORMAÇÕES IMPORTANTES:

O preenchimento deste Formulário é parte integrante do processo de liquidação de sinistro, conforme estabelece a Circular número 445/12, disponível no endereço eletrônico:

<http://www2.SUSEP.GOV.BR/BIBLIOTECAWEB/DOCORIGINAL.ASPX?TIPO=3&CODIGO=29686>

A Circular SUSEP¹ nº 445/12, que trata da prevenção à lavagem de dinheiro no mercado segurador, determina que todas as Seguradoras são obrigadas a constituir cadastro das pessoas envolvidas no pagamento de indenizações. Este cadastro deve conter, além dos documentos de identificação pessoal, informações acerca da profissão e da faixa de renda mensal, além da respectiva documentação comprobatória.

A recusa em fornecer as informações de **profissão e renda**, neste formulário, não impede o pagamento da indenização do Seguro DPVAT, contudo, por determinação da referida Circular, **esta recusa é passível de comunicação ao COAF**².

¹ Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, órgão responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguro, previdência privada aberta, capitalização e resseguro.

² Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, órgão integrante da estrutura do Ministério da Fazenda, tem por finalidade disciplinar, aplicar penas administrativas, receber, examinar e identificar as ocorrências suspeitas de atividades ilícitas previstas na Lei nº9.613/98.

Pelo exposto, eu Moisés Bruno Sarmiento inscrito (a) no CPF 036781814 / 06, na qualidade de Procurador (a) / Intermediário (a) do Beneficiário Augusto Triguero dos Santos inscrito (a) no CPF sob o Nº 132853927 / 03, do sinistro de DPVAT cobertura Invalidiz da Vítima Augusto Triguero dos Santos, inscrito (a) no CPF sob o Nº 132853927 / 03, conforme determinação da Circular Susep 445/12:

☐ Declaro Profissão: _____ Renda: _____ e apresento os documentos comprobatórios:

☒ Recuso informar

Declaro ainda, sob as penas da lei e para fins de prova de residência junto a Seguradora Líder-DPVAT, residir no endereço abaixo, anexando a cópia do comprovante de residência do endereço informado.

Estou ciente de que a falsidade da presente declaração implicará na sanção penal prevista no art. 299 do Código Penal.

Endereço <u>Rua Dinameneo Luis Conza</u>		Número <u>800</u>	Complemento <u>B</u>
Bairro <u>Dinameneo</u>	Cidade <u>Compiene Gnomel</u>	Estado <u>PA</u>	CEP <u>5800-000</u>
Email <u>moisesbrunowd@gmail.com</u>		Telefone comercial(DDD) <u>8333741289</u>	Telefone celular (DDD) <u>8399985548</u>

C. Gnomel, 13 de julho de 2018
Local e Data

Moisés Bruno Sarmiento
Assinatura do Declarante

DLDR1.001 V001/2017

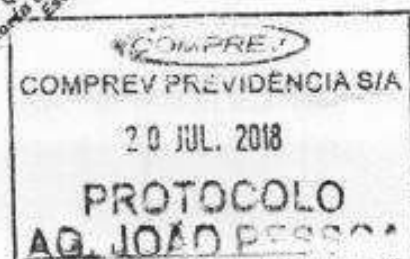


Declaração do Proprietário do Veículo

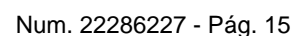
Eu, Alex Junior da Silva,
RG nº 3.449.804, data de expedição 13/05/2006,
Órgão PB, portador do CPF nº 094.301.234/6, com
domicílio na cidade de Queimadas, no Estado de
Pernambuco, onde resido na (Rua/Avenida/Estrada)
Rua Antonio Junior da Silva, nº 91N,
complemento casa, declaro, sob as penas da Lei, que o veículo abaixo
mencionado é(era) de minha propriedade na data do acidente ocorrido com a
vítima Augusta Trigueiras da Santa, cujo o condutor era
Augusta Trigueiras da Santa.
Veículo: MOTOCICLETA Honda 150 titom
Modelo: 2010
Ano: 2010
Placa: PEX 2558/1PB
Chassi: 9C2KCI620 ARO48481
Data do Acidente: 28/10/2017
Local e Data: Queimadas, 15 de junho de 2018

Alex Junior da Silva
Assinatura do Declarante

Assinatura do Condutor (caso seja um terceiro que não a vítima reclamante do sinistro)



COMPREV
COMPREV PREVIDENCIA S/A
20 JUL. 2018
PROTOCOLO
AG. JOÃO PESSOA



SELO DIGITAL: AF144766-7036

Consulte a autenticidade em <http://portal.digital.tjpb.jus.br>



CARTÓRIO DO 8º OFÍCIO DE NOTAS

Rua Marques do Heróis, 53 - Centro-Feira: 5341-5005

CNPJ: 09.365.845/0001-76

Dir. Pedro Oliveira de Lucena

Certifico a deu fe e a presente cópia fotostática
é a Reprodução fiel do original que me foi exibido
Campina Grande

28 06 17

Bel. Pedro Oliveira de Lucena
Tabelião

TEM FE PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 12768720

USO OBSERVADOR
SERVIDOR
AUT. 11.04.14


ASSINATURA DO PORTADOR
Suelio Moreira Torres


OBSERVAÇÕES



ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL

CONSELHO SECCIONAL DA PARÁIBA
IDENTIDADE DE ADOGADO

INACIO BRUNO SARGENTO

FRANCISCO BRUNO E SILVA
MARCIA APARELHADA SARGENTO

OLHO P/ADUA-28

251933 - 06/198

21472

INSCRIÇÃO

2017/06/28

2017/06/28

2017/06/28

2017/06/28

COMPREV
COMPREV PREVIDENCIA S/A
20 JUL. 2018
PROTOCOLO
AG. JOÃO PESSOA



INFORMAÇÕES SOBRE O VEÍCULO

NPX2558

2017

ALEX JUNIOR DA

Imprimir Consulta

NPX2558

PASSA / MOTOCICLET

ALCO/GASOL

HONDA/CG 150 TITAN
MIXES

2010 2010

PARTICULAR VERMELHA

31/10/2018

Último Licenciamento: 2017

Proprietário: ALEX JUNIOR DA

Placa: NPX2558

Combustível: ALCO/GASOL

Marca/Modelo: HONDA/CG 150 TITAN
MIXES

Espécie/Tipo: PASSA / MOTOCICLET

Ano de Fabricação: 2010

Ano Modelo: 2010

Categoria: PARTICULAR

Cor Predominante: VERMELHA

Vencimento Licenciamento: 31/10/2018

Observação:

Restrição:

Financeira:

Município: CAMPINA GRANDE

Situação: EM CIRCULACAO

Data da Consulta: 13/07/2018

CAMPINA GRANDE

13/07/2018



PROCURAÇÃO

OUTORGANTE

NOME:	Augusto Trigueiro dos Santos
NACIONALIDADE:	Brasileiro
PROFISSÃO:	Seguradora
IDENTIDADE:	3797687
ENDEREÇO:	gançalves diaz n: 596

OUTORGADO

NOME:	Inácio Bruno Sarmiento
NACIONALIDADE:	Brasileiro
PROFISSÃO:	Advogado OAB/PB-21472
IDENTIDADE:	2131933 CPF: 056781-814-06
ENDEREÇO:	Rua Dinâmica Afonso Costa - 1000 Top 02 - Campina Grande - PB

Pelo presente instrumento Particular de Procuração, nomeio e constituo meu bastante procurador e outorgado, acima qualificado, a quem confio poderes para representar-me perante as SEGURADORAS que constitui o CONSÓRCIO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT.

Campina Grande, 03 de julho de 2018.

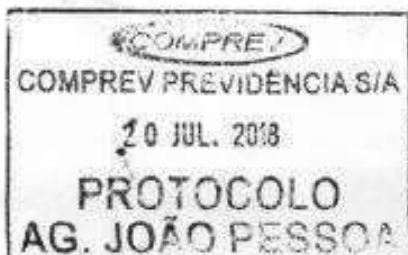
LOCAL E DATA

5º Ofício

Augusto Trigueiro dos Santos

ASSINATURA DO OUTORGANTE

(RECONHECER FIRMA POR AUTENTICIDADE)



Regina França dos Santos
SUBSTITUTA





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAMPINA GRANDE/PB

Processo: 08007397920198150001

AUSÊNCIA DE COBERTURA

SÚMULA 474 STJ: "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez."

SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado por seus advogados que esta subscrevem nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT**, que lhe promove **AUGUSTO TRIGUEIRO DOS SANTOS**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem, *mui* respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar

CONTESTAÇÃO

Consoante às razões de fato e de direito que passa a expor

BREVE SÍNTESE DA DEMANDA

Alega a parte Autora em sua peça vestibular que foi vítima de acidente automobilístico na data de **28/10/2017**, restando permanentemente inválida.

Destaca-se que a parte apenas procedeu com o registro na Delegacia de Polícia na data **11/06/2018**.

Após análise detida dos documentos apresentados, verificou-se a ausência de cobertura, vez que a parte autora não restou inválida, pressuposto necessário para o pagamento da indenização pleiteada.

Portanto, em que pese o requerimento da indenização na via administrativa, houve a NEGATIVA da Seguradora responsável pela regulação, haja vista, a ausência de sequelas.



A pretensão esposada na inicial não merece prosperar, visto que sua argumentação afigura-se totalmente contrária à orientação jurisprudencial traçada pelo Superior Tribunal de Justiça, bem como preceitua a legislação vigente sobre o DPVAT. É o que se demonstrará em seguida.

DO DESINTERESSE NA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PRELIMINAR DE CONCILIAÇÃO

A parte Autora sustenta que encontra-se inválida permanentemente devido as supostas lesões sofridas decorrentes de acidente de trânsito.

Acontece Exa., que toda documentação médica apresentada aos autos não corrobora com o alegado, pelo contrário comprova cabalmente que NÃO HÁ INVALIDEZ e/ou DEBILIDADE PERMANENTE, OU SEJA, NÃO HÁ COBERTURA DO SEGURO DPVAT.

Assim, a parte Autora, deixou de comprovar de maneira precisa que é portador de invalidez permanente, não fazendo jus à indenização referente ao Seguro Obrigatório DPVAT, desse modo, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação e visto não haver meios comprobatórios do alegado, devendo a demanda ser julgada improcedente, em consonância com o disposto no artigo 487, inciso I do Código de Processo Civil.

DO MÉRITO

DO REQUERIMENTO DE DEPOIMENTO PESSOAL DA PARTE AUTORA

DAS DIVERGÊNCIAS DE INFORMAÇÕES NO BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Conforme dispõe o art. 385, NCPC/15, caberá à parte interessada pugnar pela realização da prova de depoimento pessoal, quando não determinada de ofício pelo magistrado.

A Ré informa a necessidade de ser ouvida, pessoalmente, a parte autora sobre os fatos narrados na inicial, bem como toda documentação juntada aos autos, em especial o BOLETIM DE OCORRÊNCIA, haja vista que a narrativa os fatos, não foi exposta de forma clara, não constou o depoimento da testemunha informada, constando apenas realtos totalmente unilaterais da parte Autora para sua própria conveniência, 7 meses após o alegado acidente.

Portanto, para que não paire qualquer dúvida sobre a autenticidade do Boletim de Ocorrência apresentado aos autos, a Ré pugna a este d. Juízo que seja expedido ofício à Delegacia de Polícia na qual fora registrada a ocorrência, a fim de que sejam prestados os devidos esclarecimentos pelos responsáveis, sem prejuízo do colhimento do depoimento pessoal da autora.

DA VALIDADE DO REGISTRO DE OCORRÊNCIA

Verifica-se Nobre Magistrado que o boletim de ocorrência policial acostado aos autos, trata-se de mera certidão, a qual foi comunicada pelo próprio autor, documento este produzido unilateralmente, a conveniência do interessado, assim, não tem validade alguma para a presente lide.

Há de ser considerado que o boletim de ocorrência policial anexo aos autos, somente foi registrado após 7 meses da data do alegado acidente noticiado.



Ademais, o boletim de ocorrência policial foi relatado pelo próprio autor a sua conveniência, sem testemunhas, e sem a presença da autoridade competente no local.

Em análise ao presente feito, verifica-se com estranheza que não foi apresentado Boletim de Ocorrência da data do sinistro supostamente ocorrido em 28/10/2017, não podendo ser considerado o registro de ocorrência policial apresentado como prova cabal do acidente noticiado nesta demanda.

Destarte, cabe alertar ao Nobre Julgador que, além de não ter sido apresentado o Registro de ocorrência da época do acidente, o comunicante CONVENIENTEMENTE É A VÍTIMA E AUTOR da presente lide o que causa grande espanto!!!

Ressalta-se ainda o fato de que além de a vítima ser comunicante do suposto acidente, foi elaborado através dos fatos narrados pelo mesmo de forma unilateral, sem que nenhuma testemunha ou outro vitimado prestassem depoimento.

Não há justificativa para delonga tão grande, qualquer parente, amigo do autor, poderia ter comunicado o acidente a época do sinistro na delegacia competente.

No caso em apreço, exigir da ré o pagamento da indenização sem a existência de comprovação da veracidade do acidente, descaracteriza a atividade definida como seguro. Essa prova documental incumbe à parte Autoral, em razão de ser constitutiva do seu direito, de conformidade com o que estabelece o art. 373, I, do NCPC/15.

DESTA FORMA A RÉ REQUER A IMPROCEDENCIA TOTAL DO PEDIDO INICIAL, COM FULCRO NOS ARTIGOS 487, I, DO NCPC/15.

**DO REQUERIMENTO DE DEPOIMENTO PESSOAL DA PARTE AUTORA
DA AUSÊNCIA DE BOLETIM DE ATENDIMENTO MÉDICO COM A DATA DO ALEGADO ACIDENTE**

Conforme dispõe o art. 343, CPC, caberá à parte interessada pugnar pela realização da prova de depoimento pessoal, quando não determinada de ofício pelo magistrado.

A RÉ INFORMA A NECESSIDADE DE SER OUVIDA, PESSOALMENTE, A PARTE AUTORA SOBRE OS FATOS NARRADOS NA INICIAL, BEM COMO TODA DOCUMENTAÇÃO JUNTADA AOS AUTOS, EM ESPECIAL DIANTE DA AUSÊNCIA DO BOLETIM DE ATENDIMENTO MÉDICO COM A DATA DO ALEGADO ACIDENTE.

Ressalta-se a importância da juntada dos documentos médicos já que é através deles que se confirmará a existência das lesões sofridas pela vítima, de modo que sua ausência impossibilita a apuração do nexo de causalidade.

Portanto, para que não paire qualquer dúvida sobre a veracidade dos fatos narrados na exordial, bem como autenticidade do Boletim de Ocorrência apresentado aos autos, a Ré pugna a este d. Juízo que seja expedido ofício ao Hospital onde foi prestado o primeiro atendimento, a fim de que sejam prestados os devidos esclarecimentos pelos responsáveis, sem prejuízo do colhimento do depoimento pessoal da autora.



DO REQUERIMENTO DE DEPOIMENTO PESSOAL DA PARTE AUTORA

DA AUSÊNCIA DE INFORMAÇÕES SOBRE O SINISTRO NOS DOCUMENTOS MÉDICOS

Conforme dispõe o art. 343, CPC, caberá à parte interessada pugnar pela realização da prova de depoimento pessoal, quando não determinada de ofício pelo magistrado.

A Ré informa a necessidade de ser ouvida, pessoalmente, a parte autora sobre os fatos narrados na inicial, bem como toda documentação juntada aos autos, em especial DOS DOCUMENTOS MÉDICOS JUNTADOS AOS AUTOS.

Conforme se verifica nos documentos médicos, não ficou devidamente comprovado que as lesões aduzidas sejam decorrentes do sinistro noticiado, isto se observa uma vez que inexistem nestes documentos qualquer menção ao acidente ou até mesmo quanto ao socorro prestado.

Portanto, para que não paire qualquer dúvida sobre a autenticidade dos documentos médicos apresentados aos autos, a Ré pugna a este d. Juízo que seja expedido ofício ao Hospital, no qual foi prestado o primeiro atendimento, a fim de que sejam prestados os devidos esclarecimentos pelos responsáveis, sem prejuízo do colhimento do depoimento pessoal da autora.

DA AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML QUANTIFICANDO A LESÃO - ÔNUS DA PROVA DO AUTOR

Pode-se observar que a parte autora não apresentou qualquer documento conclusivo no que tange ao direito de receber a íntegra do teto indenizatório no que se refere à invalidez de caráter permanente, vez que não trouxe aos autos laudo do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar a indenização.

Com efeito, a parte Autora deixou de juntar aos autos o Laudo do Instituto Médico Legal, furtando-se de provar o percentual de invalidez e o grau de redução funcional do membro supostamente afetado, em inobservância ao art. 373, I, CPC¹.

Logo, tendo a parte autora deixado de comprovar suas alegações, impõe-se a improcedência total dos pedidos Autorais.

Caso este não seja o entendimento deste Douto Juízo, prossegue a Ré em suas argumentações apenas por amor ao debate.

DA FALTA DE NEXO DE CAUSALIDADE

A Lei que regula a indenização pleiteada pela parte Autoral é a Lei n.º 6.194/74, a qual determina que deve existir nexo de causalidade e efeito entre a invalidez e o acidente noticiado.

Em que pese à parte autora ter juntado aos autos documentos médicos e uma comunicação policial unilateral, não há elementos capazes de comprovar **que a lesão apresentada seja em decorrência do acidente de trânsito.**

¹“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. AUSÊNCIA DE PROVA DA INVALIDEZ PERMANENTE. LAUDO INDIRETO DO IML. INSUFICIÊNCIA. ÔNUS DA PROVA DO AUTOR. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. 1 - O pagamento de indenização com base no seguro obrigatório se restringe às hipóteses de morte da vítima ou de invalidez permanente, ainda que parcial, além da possibilidade de reembolso por despesas médicas que se fizerem necessárias em razão do acidente. 2 - Não se desincumbindo o Autor do ônus de comprovar a invalidez permanente decorrente de acidente automobilístico, conforme exigem os artigos 5º da Lei 6.194/74 e 333, I, do Código de Processo Civil, deve ser julgado improcedente o pleito indenizatório.” (TJ-MG - AC: 10342120045667001 MG, Relator: José Marcos Vieira, Data de Julgamento: 13/03/2014, Câmaras Cíveis / 16ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 24/03/2014)



Constata-se, pela simples leitura dos documentos acostados aos autos, que os mesmos atestam que inexistente o nexo causal entre o acidente e a suposta invalidez da vítima, não podendo de forma alguma o i. julgador ficar indiferente a estes documentos.

Como é de sabença não só é necessário, mas obrigatória, a comprovação do nexo entre a ocorrência do dano e o fato gerador do mesmo.

Portanto, como não há nexo de causalidade entre a invalidez e o suposto acidente noticiado, confia no alto grau de competência de Vossa Excelência, sendo certo que a presente demanda deverá ser julgada totalmente improcedente, com fundamento no artigo 487, inciso I, da Lei Processual Civil.

DO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO

DA INEXISTÊNCIA DE INVALIDEZ PERMANENTE

É incontroverso que a parte autora não apresentou qualquer documento conclusivo no que tange ao direito de receber o Seguro Obrigatório DPVAT no que se refere à cobertura de invalidez permanente, uma vez que o próprio laudo médico acostado nos autos pelo autor constata a ausência de lesões de caráter permanente.

Verifica-se, outrossim, que a parte autora ingressou com o requerimento administrativo, o qual foi negado pela Seguradora Reguladora, ante a ausência de lesões indenizáveis.

Frisa-se que nem todas as lesões ocasionadas por acidente automotor são passíveis de indenização, pois para caracterizar invalidez permanente passível de indenização imprescindível que haja perda definitiva ou redução da funcionalidade de um membro ou órgão, ou seja, quando a recuperação ou reabilitação da área afetada é dada como inviável, ao fim do tratamento médico.

Deste modo, a Lei 6194/74 considera invalidez permanente quando a funcionalidade do órgão ou membro é afetada integralmente ou em parte. Por essa razão, lesões meramente estéticas, temporárias, ou que de qualquer forma não venham acarretar comprometimento de órgão ou função, não serão passíveis de indenização. E é exatamente o caso dos autos.

Em análise ao processo administrativo e aos documentos médicos juntados pela própria parte autora, conclui-se que o acidente ocasionou ao autor lesões que não acarretaram incapacidade funcional ou para realização de atividades ordinárias, portanto, não são passíveis de indenização.

Assim, verificada a inexistência de invalidez permanente, deverá o pedido autoral ser julgado IMPROCEDENTE, nos termos do art. 487, I, CPC.

DA AUSÊNCIA DE COBERTURA

O seguro obrigatório DPVAT é regido pela Lei n.º 6.194/74, tendo sido alterada pela Lei n.º 11.945/09, e discute matéria referente à modalidade de seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não.

Assim, temos que o seguro DPVAT dá cobertura apenas às indenizações ocasionadas por morte, invalidez e reembolso de despesas de assistências médicas e suplementares, não tendo abrangência sobre qualquer outra indenização que não seja as especificadas na letra da lei.



Verifica-se, porém, que as provas produzidas nos autos, demonstram e comprovam o contrário do que alega o Autor, o **LAUDOS MÉDICOS** atestam que a lesão apresentada é apenas temporária/recuperável, o que, por certo, não pode ser considerada INVALIDEZ, não havendo previsão de cobertura pela Lei do DPVAT.

Vale ressaltar que o convenio/seguradoras é responsável apenas pelo pagamento das indenizações dispostas na Lei 11.945/09, não podendo ter interpretação extensiva a pretensões de cunho particular por parte do Autor, que não tenham qualquer ligação com a matéria em questão.

Conclui-se assim ser impossível juridicamente o pedido do Autor, e, por ser impossível juridicamente o pedido, requer que a presente demanda seja julgada **IMPROCEDENTE**.

DA APLICABILIDADE DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Com advento da Medida Provisória nº 451/08, convertida na Lei nº 11.945/2009, estabeleceu-se percentuais indenizatórios aos danos corporais, subdividindo-os em totais e parciais, de modo que se impõe a graduação da lesão para fins indenizatórios.

Em continuidade, tem-se a aludida Lei prevê graus diferenciados de invalidez permanente, classificando-a em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, o que de certo deverá ser observado por esse Nobre Magistrado.

A referida inovação legal trouxe a figura da invalidez parcial incompleta. Portanto, para dirimir o percentual indenizável no caso concreto, é imprescindível a realização de prova pericial, ocasião em que se verificará se a lesão suportada pela parte autora é parcial incompleta, apontando sua respectiva repercussão geral².

No mesmo sentido, o Superior Tribunal de justiça editou a Súmula 474 pacificando o entendimento que no caso de invalidez a indenização do Seguro Obrigatório DPVAT deverá ser paga em conformidade com o grau da invalidez da vítima³.

Frisa-se que a Suprema Corte firmou posicionamento sobre a constitucionalidade da inovação legal trazida originariamente pela MP 451/08, conforme se verifica no julgamento da ADI 4627/DF.

Assim, para se chegar ao valor indenizável devido, na hipótese de invalidez parcial incompleta, devem ser observadas duas etapas:

Identifica-se o tipo de dano corporal segmentar na Tabela, aplicando-se o respectivo percentual de perda; e

Sobre o valor encontrado, aplica-se os percentuais de acordo com o grau de repercussão: intensa – 75%; média – 50%; leve – 25%; e sequela residual – 10%.

Evidente, pois, inexistir qualquer direito de indenização integral a parte Autora, devendo ser respeitada a proporcionalidade do grau de invalidez.

² RECURSO CÍVEL. SEGURO DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO. i) EM CASO DE INVALIDEZ PARCIAL, O PAGAMENTO DO SEGURO DPVAT DEVE, POR IGUAL, OBSERVAR A RESPECTIVA PROPORCIONALIDADE. É VÁLIDA A UTILIZAÇÃO DE TABELA PARA REDUÇÃO PROPORCIONAL DA INDENIZAÇÃO A SER PAGA POR SEGURO DPVAT, EM SITUAÇÕES DE INVALIDEZ PARCIAL, AINDA QUE O ACIDENTE TENHA OCORRIDO ANTES DA LEI N.º 11.945/09. ii) INDENIZAÇÃO INDEVIDA. HIPÓTESE EM QUE A PARTE AUTORA NÃO FAZ JUS À COMPLEMENTAÇÃO DA INDENIZAÇÃO, POIS NÃO HOUE A DEMONSTRAÇÃO DE QUE A LESÃO SOFRIDA TENHA SIDO DE MAIOR GRAVIDADE DO QUE A INDENIZADA ADMINISTRATIVAMENTE. iii) APLICAÇÃO DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez. iv) RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.

³ **Súmula 474 | Superior Tribunal de Justiça** “A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”



Sendo assim, na hipótese de condenação da seguradora, o valor indenizatório deverá ser apontado após a realização de perícia médica, constatando a extensão da lesão do autor, observando-se o método de cálculo apresentado.

DOS JUROS DE MORA E DA CORREÇÃO MONETÁRIA

Em relação aos juros de mora, o Colendo Superior Tribunal de justiça editou a Súmula nº 426 pacificando a incidência dos juros a partir da citação⁴.

Com relação à correção monetária, é curial que seja analisada questão acerca a forma da Lei 6.899/1981, ou seja, a partir da propositura da ação⁵

Assim sendo, na remota hipótese de condenação, requer que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação, bem como a correção monetária seja computada a partir do ajuizamento da presente ação.

DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Observar-se que o parte autora litiga sob o pálio da Gratuidade de Justiça e, em caso de eventual condenação, os honorários advocatícios deverão ser limitados ao patamar **máximo** de 20% (vinte por cento), nos termos do art. 85, §2º do Código de Processo Civil.

Contudo, a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu um grau de zelo demasiado pelo patrono da parte autora, pelo que se amolda nos termos dos incisos I, II, III e IV do §2º art. 85, do Código de Processo Civil.

Desta feita, na remota hipótese de condenação da Ré, requer que o pagamento dos honorários advocatícios seja arbitrado na monta de 10% (dez por cento), conforme supracitado.

CONCLUSÃO

Ante o exposto, reafirma o desinteresse na audiência de conciliação, conforme amplamente demonstrado no corpo da presente peça.

Em caso de eventual condenação, pugna a Ré, pela aplicação da tabela de quantificação da extensão da invalidez permanente, conforme preconiza a Súmula 474 do STJ.

Na remota hipótese de condenação, pugna-se para que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação válida e honorários advocatícios sejam limitados ao percentual máximo de 10% (dez por cento).

Requer, outrossim, a produção de prova documental suplementar e haja vista a necessidade de elucidar aspectos que contribuam com a veracidade dos fatos alegados na exordial requer o depoimento pessoal da vítima para que esclareça:

⁴“SÚMULA N. 426: Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação.”

⁵ **art. 1º . (...)**

§2º Nos demais casos, o cálculo far-se-á a partir do ajuizamento da ação.



- Queira a vítima esclarecer a dinâmica do acidente, os veículos envolvidos e suas características, o membro ou segmento do corpo afetado e se houve encaminhamento ao hospital;
- Queira esclarecer se houve requerimento administrativo em razão do sinistro narrado na inicial ou outro sinistro;
- Se a vítima recebeu algum valor referente a este ou outro sinistro.

Requer a produção de prova pericial nos termos do Convênio de Nº015/2014 firmado entre este Egrégio Tribunal e a Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT. Assim, após a realização da perícia judicial, requer a intimação da Ré para realização do pagamento dos honorários periciais no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) em até 15 (quinze) dias.

Para fins do exposto no artigo 106, inciso I, do Código de Processo Civil, requer que todas as intimações sejam encaminhadas ao escritório de seus patronos, sito na Rua São José, nº 90, Grupo 810/812, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20010-020 e que as publicações sejam realizadas, exclusivamente, em nome do patrono **Dr. SUELIO MOREIRA TORRES** inscrito sob o nº **15477 - OAB/PB**, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

CAMPINA GRANDE, 25 de junho de 2019.

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB



QUESITOS DA RÉ

- 1 - Queira o Sr. Perito informar se há nexos de causalidade entre o acidente narrado na petição inicial e a lesão apresentada pelo autor. Caso haja, informar se da referida lesão resultou invalidez permanente ou temporária;
- 2 - Queira o Sr. Perito informar se a invalidez permanente é notória ou de fácil constatação;
- 3 - Queira o Sr. Perito esclarecer quando o vítima teve ciência de sua incapacidade com base nos documentos médicos acostados aos autos;
- 4 - Queira o Sr. Perito informar se a vítima encontra-se em tratamento ou já se esgotaram todas as possibilidades existentes na tentativa de minimizar o dano;
- 5 - Queira o Sr. Perito informar se à época do acidente o membro afetado já contava com alguma sequela oriunda de circunstância anterior;
- 6 - Queira o Sr. Perito informar se a lesão apresenta caráter parcial ou total. Sendo a invalidez parcial incompleta, queira o Ilustre Perito informar o membro afetado e se a redução proporcional da indenização corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, 10% (dez por cento) para as de sequelas residuais, consoante o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74;
- 7 - Queira o Sr. Perito esclarecer todo e qualquer outro elemento necessário ao deslinde da causa.



TABELA DE GRADAÇÃO

Danos Corporais Previstos na Lei	Total (100%)	Intensa (75%)	Média (50%)	Leve (25%)	Residual (10%)
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	R\$ 13.500,00	R\$ 10.125,00	R\$ 6.750,00	R\$ 3.375,00	R\$ 1.350,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior					
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral					
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica					
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	R\$ 9.450,00	R\$ 7.087,50	R\$ 4.725,00	R\$ 2.362,50	R\$ 945,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	R\$ 6.750,00	R\$ 5.062,50	R\$ 3.375,00	R\$ 1.687,50	R\$ 675,00
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho					
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	R\$ 3.375,00	R\$ 2.531,25	R\$ 1.687,50	R\$ 843,75	R\$ 337,50
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo					
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral					
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	R\$ 1.350,00	R\$ 1.012,50	R\$ 675,00	R\$ 337,50	R\$ 135,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé					
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço					

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



SUBSTABELECIMENTO

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/CE 27.954-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **SUELIO MOREIRA TORRES**, inscrito na **15477 - OAB/PB** os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **AUGUSTO TRIGUEIRO DOS SANTOS**, em curso perante a **2ª VARA CÍVEL** da comarca de **CAMPINA GRANDE**, nos autos do Processo nº 08007397920198150001.

Rio de Janeiro, 25 de junho de 2019.



JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/PB 4246-A

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br







PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
2ª VARA CÍVEL – COMARCA DE CAMPINA GRANDE

MANDADO DE INTIMAÇÃO

Processo nº 0800739-79.2019.8.15.0001
AUTOR: AUGUSTO TRIGUEIRO DOS SANTOS

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

Em cumprimento ao despacho ID 21621733, **INTIMO** o(a) parte **promovente** na pessoa de seu procurador(a) e advogado(a) abaixo nominado(a) para no prazo de 15 (quinze) dias impugnar a contestação.

Advogado: INACIO BRUNO SARMENTO OAB: PB21472 Endereço: desconhecido

Campina Grande-PB, 1 de julho de 2019

NILVANA FERNANDES TORRES
Técnico(a) Judiciário(a)

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]



Impugnação à Contestação em anexo.



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA
CÍVEL DA COMARCA DE CAMPINA GRANDE-PB.**

PROCESSO Nº **0800739-79.2019.8.15.0001**

Douto Julgador,

AUGUSTO TRIGUEIRO DOS SANTOS, devidamente qualificado nos autos, por seu advogado que a esta subscreve, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, nestes autos de AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE – DPVAT, que move em face da SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DE SEGURO DPVAT, apresentar sua **IMPUGNAÇÃO À CONTESTAÇÃO**, pelos motivos a seguir expostos:

Em nome do princípio constitucional do “devido processo legal”, a norma legal que rege o DPVAT, determina o pagamento da indenização até mesmo em casos de sequelas residuais, assim determina a norma legal:

A Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, In verbis:

“ **Art. 31.** Os arts. 3º e 5º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, passam a vigorar com as seguintes alterações:

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na Rua: João Sergio de Almeida, nº800-B, Bodocongo, Campina Grande - PB
(83)3334-1289/99988-5048/98769-2274
inaciobrunoadv@gmail.com



forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que **corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais.**” . Grifo nosso

Ressalte-se que foi um grande e substancial avanço da norma em que pese ao legislador abandonar o dano, passando a quantificar as lesões entendidas pelas seguradoras agora como “sequelas residuais” em grau mínimo em 10% (dez por cento).

Ao contrário do que suscita a requerida, a inicial não veio instruída com documentos imprescindíveis para o deslinde da demanda, não é verdade. O autor, segue o que determina O ART. 319 do NCPC, c/c quando esta estabelece na Lei nº 6.194/74, o pagamento da indenização, mediante a SIMPLES, ocorrência do acidente.

BREVE HISTÓRICO DO PROCESSO

O autor propôs Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório em desfavor da requerida objetivando receber o valor integral da indenização pertinente ao seguro DPVAT por invalidez, decorrente ao acidente de trânsito.

Foi deferido ao autor o benefício da assistência judiciária gratuita

Após a requerida foi citada e contestou à presente demanda.

Vieram os autos para Replica.

Breve é o Relatório.

SOBRE O MÉRITO

Com relação ao mérito propriamente dito, Excelência, a ré, como sempre, segue os argumentos infundados dos seguintes tópicos:

Do depoimento pessoal e do Boletim de Ocorrência;

Rua: João Sergio de Almeida, nº800-B, Bodocongo, Campina Grande - PB
(83)3334-1289/99988-5048/98769-2274
inaciobrunoadv@gmail.com



Da Ausência de IML;

Da ausência de Invalidez e de Cobertura;

Do ônus da prova;

Da Súmula 474 STJ;

Dos juros e da correção monetária;

Dos honorários.

Destarte, o autor passa agora a debruçar-se sobre as teses meritórias

DO DEPOIMENTO PESSOA E DA AUSÊNCIA DE NEXO DE CAUSALIDADE ANTE O LAPSO TEMPORAL PARA O REGISTRO DA OCORRÊNCIA POLICIAL E DA FICHA DE ATENDIMENTO MÉDICO

Conforme a própria requerida reconhece, que o autor desta ação sofreu acidente automobilístico, e que foi apresentada toda a documentação necessária que comprova o nexo de causalidade.

A Boletim de ocorrência anexado ao autos possui validade devido a mesma ter sido realizado junto a delegacia de acidentes de Veículos por pessoa competente para tal registro. Não havendo nenhuma ausência de nexo de causalidade devido ao tempo para lavratura da ocorrência.

Destarte, este r. Juízo não deve reconhecer os fatos indagados pela ré, devido a possui-se ainda outros meios comprobatórios do nexo de causalidade como o ato declaratório do SAMU onde confirma que o requerente foi vítima de acidente automobilístico, e prontuários médicos com ficha de primeiro atendimento descrito o motivo do atendimento “vítima de acidente de moto”.

FALTA DE LAUDO DO IML - DOCUMENTO INDISPENSÁVEL

Alega a requerida, ainda, que os documentos colacionados aos autos não são capazes de qualificar a invalidez experimentada pelo autor, bem como quantificar seu grau, sendo o único documento apto para sua comprovação o laudo expedido pelo IML.

Rua: João Sergio de Almeida, nº800-B, Bodocongo, Campina Grande - PB
(83)3334-1289/99988-5048/98769-2274
inaciobrunoadv@gmail.com



Contudo, basta a realização de prova pericial para comprovar que o autor sofreu perda da função de membro, ocasionada por acidente automobilístico, até mesmo a ré concorda haver necessidade de produzir prova pericial, ao apresentar quesitos que pretende ver respondidos.

O entendimento dos Tribunais pátrios, com efeito, não é outro senão o aqui defendido, valendo citar duas recentes ementas do Egrégio TJSP que se amoldam perfeitamente ao caso presente:

SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT COBRANÇA. INVALIDEZ PERMANENTE [...] LAUDO DO IML NÃO É DOCUMENTO INDISPENSÁVEL À PROPOSITURA DA AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO SENTENÇA ANULADA. Apelação parcialmente provida, com determinação. (TJ-SP - APL: 64937620108260152 SP 0006493-76.2010.8.26.0152, Relator: Cristina Zucchi, Data de Julgamento: 05/11/2012, 34ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 09/11/2012)

[...] SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. MORTE DO SEGURADO. PETIÇÃO INICIAL. ALEGAÇÃO DE VÍCIO PELA FALTA DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTO INDISPENSÁVEL. DESACOLHIMENTO. O laudo do IML não constitui documento de apresentação indispensável com a petição inicial, na ação de cobrança de prestação securitária (DPVAT), A prova do dano, à falta de disposição legal específica, pode ser feita pelos diversos meios probatórios, circunstância que, por si só, afasta a possibilidade de cogitar da indispensabilidade da prova documental para tal demonstração.[...] (TJ-SP - APL: 9119010072008826 SP 9119010-07.2008.8.26.0000, Relator: Antonio Rigolin, Data de Julgamento: 09/10/2012, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 09/10/2012)

Destarte, diferentemente do alegado pela ré, a documentação acompanhada da inicial faz prova constitutiva do direito do autor, requerendo, portanto, que seja rejeitada a preliminar de falta de pressuposto processual.

ÔNUS DA PROVA

Alega a ré que o autor não se desincumbiu de demonstrar seu lícito direito através de provas oficiais, porém é certo que o autor juntou aos autos vasta prova documental, consistente em:

> Boletim de Ocorrência do sinistro;

Rua: João Sergio de Almeida, nº800-B, Bodocongo, Campina Grande - PB
(83)3334-1289/99988-5048/98769-2274
inaciobrunoadv@gmail.com



> Prontuário Médico;

> Ato Declaratório do SAMU e etc.

O conjunto probatório carreado aos autos demonstra claramente que i) o autor sofreu o acidente, ii) que o autor possui danos físicos decorrentes deste.

Tais documentos mostram-se plenamente suficientes, aliados ainda à perícia médica - requerida pelo autor e que certamente será determinada por Vossa Excelência - para demonstrar o lícito direito pleiteado nestes autos.

É certo ainda que a relação havida entre as partes se caracteriza como de consumo, nos termos do que dispõe os artigos 2º e 3º, § 2º, do Código de Defesa do Consumidor, sendo igualmente certo que as atividades securitárias incluem-se na definição de relação de consumo.

Destarte, a inversão do ônus da prova em favor do autor é plenamente possível in casu, nos termos do art. 6º, VIII, do CDC, que prescreve:

"VIII - A facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente..."

Destarte, resta plenamente demonstrado, através de farta documentação (excluindo-se apenas o laudo do IML), o lícito direito do autor, sendo plenamente viável a inversão do ônus da prova para que a ré suporte as despesas do laudo que será produzido nestes autos.

DA AUSÊNCIA DE INVALIDEZ E DE COBERTURA

Aduz a requerida que ao autor desta ação não possuem lesões a indenizar, o que prova-se o contrário com as documentações médicas e acostadas aos autos, porém frisa-se que, em se tratando de seguro pessoal, não se pode investigar quanto à proporção do prejuízo sofrido, pois a vida ou a redução da capacidade produtiva não é passível de perfeita estimativa econômica, consoante estabelece o art. 789 do Código Civil, o que atentaria ao princípio da dignidade humana.

Rua: João Sergio de Almeida, nº800-B, Bodocongo, Campina Grande - PB
(83)3334-1289/99988-5048/98769-2274
inaciobrunoadv@gmail.com



Destarte, como diversas vezes vem insurgindo a requerida em determinar se o autor possui as lesões necessárias para auferir o valor devido a indenização permanente, peço que se Vossa Excelência designe ao entender que deve o Autor ter o grau de invalidez avaliado por uma perícia Judicial, para auferir as lesões referente ao acidente, devendo o autor assim receber o valor justo referente invalidez permanente.

DA SÚMULA 474 STJ

Aludi a Requerida que a presente súmula 474 do STJ foi criada em decisões baseadas no grau de invalidez dos acidentados, pois não deixa de ser necessárias as perícias médicas judiciais para comprovar o grau de invalidez do acidentado.

Ocorre que eivada de má-fé esta sua alegação, pois a referida Súmula, e seu corpo, somente esclarece que o beneficiário será pago na proporção do grau de sua invalidez.

DOS JUROS E DA CORREÇÃO MONETÁRIA

Descabida a pretensão da Requerida quanto à correção monetária ser somente o do índice de atualização vigente no mês do ajuizamento da ação, pois adotaram, como posicionamento majoritário em nosso Tribunal, que a correção monetária decorrentes de sinistros, deverão ser corrigidas pelo IGP-M desde a data do acidente.

Também com relação aos juros de mora, Excelência, atento à Súmula 426 do E. STJ, o autor não requereu, em momento algum, que sua aplicação se desse desde a data do acidente.

No entanto, em relação à correção monetária o entendimento do autor diverge antagonicamente ao da ré, ponto vista que coincide com a consolidada jurisprudência deste país, como se pode demonstrar através de alguns julgados do E. Tribunal da Cidadania:

AGRAVO REGIMENTAL. AÇÃO DE COBRANÇA. INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT. CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. 1.- Na ação de cobrança de indenização do seguro DPVAT o termo inicial da correção monetária é a data do evento danoso. 2.- Agravo Regimental improvido. (STJ - AgRg no AREsp: 46024 PR

Rua: João Sergio de Almeida, nº800-B, Bodocongo, Campina Grande - PB
(83)3334-1289/99988-5048/98769-2274
inaciobrunoadv@gmail.com



2011/0149361-7, Relator: Ministro SIDNEI BENETI, Data de Julgamento: 16/02/2012, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 12/03/2012 – grifos nossos sempre)

SEGURO. DPVAT. INDENIZAÇÃO. LEI N. 11.482/2007. CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. 1. No caso de acidente ocorrido na vigência da Lei n. 11.482/2007, a indenização relativa ao seguro DPVAT deve corresponder a R\$ 13.500,00, de acordo com os percentuais previstos na tabela de condições gerais de seguro de acidente suplementada. 2. A correção monetária sobre dívida por ato ilícito incide a partir do efetivo prejuízo (Súmula n. 43/STJ). 3. Agravo regimental provido em parte para se conhecer do recurso especial e dar-lhe parcial provimento. (AgRg no Ag 1.290.721/GO, Rel. Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, QUARTA TURMA, DJe 14.6.11);

SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). RECURSO ESPECIAL. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. INVIABILIDADE. ACIDENTE OCORRIDO ANTERIORMENTE À VIGÊNCIA DA LEI 8.441/92, QUE ALTEROU A REDAÇÃO DOS ARTIGOS 4, 5, 7 E 12 DA LEI 6.194/74. PAGAMENTO DE 50% DA INDENIZAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. CORREÇÃO MONETÁRIA. DATA DO ACIDENTE. JUROS DE MORA A CONTAR DA CITAÇÃO. [...]6. No seguro obrigatório incide correção monetária desde o evento danoso e juros de mora a partir da citação. 7. Recurso especial parcialmente provido, apenas para reconhecer que os juros de mora devem incidir a partir da citação. (REsp 875.876/PR, Rel. Min. LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 27.6.11, grifos nossos sempre).

Segue nova decisão do Tribunal de Justiça onde a incidência de juros e correção deve ocorrer a partir da data do efetivo prejuízo e não da citação.

TJ-PB - APELACAO APL 00026328320158150000 0002632-83.2015.815.0000 (TJ-PB)

Data de publicação: 14/07/2015

Ementa: EMENTA: AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT. DEBILIDADE PARCIAL PERMANENTE DECORRENTE DE ACIDENTE DE TRÂNSITO. SENTENÇA PARCIALMENTE PROCEDENTE. APELAÇÃO. LAUDO PERICIAL ATESTANDO INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL. QUANTUM INDENIZATÓRIO FIXADO EM OBSERVÂNCIA À PROPORCIONALIDADE DA LESÃO SOFRIDA. INCIDÊNCIA DA TABELA DE DANOS PESSOAIS CONTIDA NO ANEXO DA LEI FEDERAL N.º 11.945/2009. PRECEDENTES DO STJ. CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. SÚMULA 43, DO STJ. JUROS DE MORA. APLICAÇÃO DESDE A CITAÇÃO.

Rua: João Sergio de Almeida, nº800-B, Bodocongo, Campina Grande - PB
(83)3334-1289/99988-5048/98769-2274
inaciobrunoadv@gmail.com



SÚMULA 426 DO STJ. PROVIMENTO PARCIAL. 1. "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez". Súmula n.º 474 do STJ (STJ, EDcl no AREsp 309.855/SC, Rel.ª Min.ª Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, julgado em 20/02/2014, publicado no DJe de 05/03/2014). 2. Súmula n.º 43 do STJ - Incide correção monetária sobre dívida por ato ilícito a partir da data do efetivo prejuízo. 3. Súmula n.º 426 do STJ - Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação. (TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 00026328320158150000, 4ª Câmara Especializada Cível, Relator DES ROMERO MARCELO DA FONSECA OLIVEIRA, j. em 14-07-2015)

Encontrado em: 4A CIVEL Apelante: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGU, RO DPVAT S/A. Apelado: JEFFERSON

Destarte, o marco inicial para a correção monetária deverá, data vênua, observar a data do acidente, o que desde já se requer na espécie.

VERBA HONORÁRIA

Antes de finalizar esta impugnação, o autor pede vênua para tecer algumas notas sobre o pedido de diminuição da verba honorária, pois a alega a ré que o caso é de todo singelo, e que por tal motivo a verba honorária deve ser fixada no mínimo legal.

No entanto, para a defesa de seus direitos apresentou extensa (embora de refinada técnica) contestação. O feito ainda apresenta necessidade de dilação probatória, não estando excluída a atuação em nível recursal.

O autor ainda pede vênua para transcrever trecho assaz pertinente do inteiro teor do acórdão retro mencionado:

“Quando aos honorários advocatícios, verifico que estes não merecem ser reformados, seja para fixá-los em desfavor do apelado, seja para reduzi-los de 15% para 10% sobre o valor da condenação. De fato, a sucumbência do autor foi mínima, devendo ser as rés condenadas ao pagamento das despesas processuais, custas, e honorários advocatícios, não sendo o caso de serem carregados em face deste. No mais, o caso em tela também não comporta a redução pretendida para o patamar mínimo de 10% montante da condenação, eis que os honorários advocatícios foram

Rua: João Sergio de Almeida, nº800-B, Bodocongo, Campina Grande - PB
(83)3334-1289/99988-5048/98769-2274
inaciobrunoadv@gmail.com



estipulados de acordo com o trabalho desenvolvido com acuidade pelo patrono do apelado. Eventual redução importaria em aviltamento da verba.”

Por fim, saliente-se que mesmo que a condenação seja proporcional, nos termos do que apurar o r. laudo, não haverá que se falar em sucumbência recíproca, uma vez que o pedido realizado na inicial foi o seguinte:

Destarte, requer sejam os honorários advocatícios arbitrados em valor 20% da condenação, ou, na hipótese deste valor resultar irrisório, que sejam arbitrados por Vossa Excelência de maneira equânime.

DA NECESSIDADE DE PROVA PERICIAL JUDICIAL

A própria requerida reconhece a necessidade de realização de pericial judicial, para que seja apurado a incapacidade permanente da parte autora, para que a mesma tenha seu direito reconhecido nesta ação, e o devido recebimento da indenização pelo sinistro que lhe ocorreu.

PEDIDOS FINAIS

Diante do exposto, requer que Vossa Excelência rejeite as alegações levantadas pela ré, para que no mérito seja a presente ação julgada procedente, determinando-se a realização de perícia médica designando um médico especialista ortopedia que apure o grau de invalidez que acomete o autor e que sejam utilizados os quesitos anexados a parte na realização de perícia, para assim condenar-se a ré nos exatos termos da lei.

Termos em que,

Pede deferimento.

Campina Grande -PB, em 02 de Julho de 2019.

INÁCIO BRUNO SARMENTO
-Advogado-
OAB/PB-21472

GERSON LUCIANO SANTOS NETTO

Rua: João Sergio de Almeida, nº800-B, Bodocongo, Campina Grande - PB
(83)3334-1289/99988-5048/98769-2274
inaciobrunoadv@gmail.com





**-Advogado-
OAB/PB-24614**

Rua: João Sergio de Almeida, nº800-B, Bodocongo, Campina Grande - PB
(83)3334-1289/99988-5048/98769-2274
inaciobrunoadv@gmail.com



Assinado eletronicamente por: INACIO BRUNO SARMENTO - 02/07/2019 10:47:13
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19070210471328600000021720582>
Número do documento: 19070210471328600000021720582

QUESITOS PARA INFORMAÇÃO SOBRE INVALIDEZ PERMANENTE

Conforme o Código de Ética Médica nos seus artigos 59; 83; 102; 112, Para fins de perícia médico-legal e no resguardo dos interesses da Justiça e do próprio paciente, presta as seguintes informações:

PACIENTE:_____.

1) O PACIENTE FOI ATENDIDO NO DIA ____/____/____, por volta das _____horas, apresentando ferimento produzido por ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO.

2) DAS LESÕES SOFRIDAS HOUVE PERIGO DE VIDA (), de que forma?

_____.

3) DAS LESÕES SOFRIDAS HOUVE SEQÜELAS PERMANENTES, QUANTIFICAR A INVALIDEZ DO PONTO DE VISTA FUNCIONAL? (MENCIONAR O MEMBRO, SENTIDO, ÓRGÃO OU FUNÇÃO PERMANENTEMENTE DEBILITADOS):_____

_____.

4) EXISTEM SEQUELAS RESIDUAIS?

_____.

5) SE A INVALIDEZ OU DEBILIDADE DO AUTOR É EM GRAU - MÍNIMO, MÉDIO, OU, GRAVE?

_____.

Sem mais, em ____/____/_____.

(Assinatura – carimbo – CRM)

Rua: João Sergio de Almeida, nº800-B, Bodocongo, Campina Grande - PB
(83)3334-1289/99988-5048/98769-2274
inaciobrunoadv@gmail.com







PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
2ª VARA CÍVEL – COMARCA DE CAMPINA GRANDE

Processo nº 0800739-79.2019.8.15.0001

AUTOR: AUGUSTO TRIGUEIRO DOS SANTOS

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

ATO ORDINATÓRIO - MANDADO DE INTIMAÇÃO

De acordo com a nova redação do Código de Normas Judicial da Corregedoria Geral de Justiça do Estado da Paraíba contida no PROVIMENTO CGJ/PB Nº 49/2019 Capítulo VIII, que delega poderes ao Analista/Técnico Judiciário para a prática de atos ordinatórios e de administração, **INTIMO** o(a) **autor(a)** na pessoa de seu procurador(a) e advogado(a), abaixo identificado(a), para no prazo de 15 (quinze) dias especificar as provas que pretende produzir.

Advogado: INACIO BRUNO SARMENTO OAB: PB21472 Endereço: desconhecido

Campina Grande-PB, 3 de julho de 2019

De ordem, NILVANA FERNANDES TORRES
ANALISTA/TÉCNICO JUDICIÁRIO

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]







PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
2ª VARA CÍVEL – COMARCA DE CAMPINA GRANDE

Processo nº 0800739-79.2019.8.15.0001

AUTOR: AUGUSTO TRIGUEIRO DOS SANTOS

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

ATO ORDINATÓRIO - MANDADO DE INTIMAÇÃO

De acordo com a nova redação do Código de Normas Judicial da Corregedoria Geral de Justiça do Estado da Paraíba contida no PROVIMENTO CGJ/PB Nº 49/2019 Capítulo VIII, que delega poderes ao Analista/Técnico Judiciário para a prática de atos ordinatórios e de administração, **INTIMO** a parte **promovida** na pessoa de seu procurador e advogado(a) para no prazo de 15 (quinze) dias especificar as provas que pretende produzir.

Campina Grande-PB, 3 de julho de 2019



**Advogado: SUELIO MOREIRA TORRES OAB: PB15477 Endereço: AV PRESIDENTE
GETÚLIO VARGAS, 307, CENTRO, CAMPINA GRANDE - PB - CEP: 58400-052**

De ordem, NILVANA FERNANDES TORRES
ANALISTA/TÉCNICO JUDICIÁRIO
[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]



Petição em anexo.



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA
CÍVEL DA COMARCA DE CAMPINA GRANDE-PB**

PROCESSO Nº **0800739-79.2019.8.15.0001**

AUGUSTO TRIGUEIRO DOS SANTOS, já devidamente qualificado nos autos, por intermédio de seu bastante procurador que esta subscreve, com escritório profissional localizado no endereço em epígrafe, onde deverá receber as intimações, vem perante V.Exa., expor e requerer:

MM. Juiz, vem a parte autora Informar no tocante ao R. Despacho dos autos, que tem interesse na realização de prova pericial médica designando um médico ortopedista que apure o grau de invalidez que acomete o autor, que não deseja indicar assistentes técnicos, no entanto, apresenta os seguintes quesitos:

- 1) DAS LESÕES SOFRIDAS HOUVE PERIGO DE VIDA, DE QUE FORMA?**
- 2) DAS LESÕES SOFRIDAS HOUVE SEQUÊLAS PERMANENTES, QUANTIFICAR A INVALIDEZ DO PONTO DE VISTA FUNCIONAL? (MENCIONAR O MEMBRO, SENTIDO, ÓRGÃO OU FUNÇÃO PERMANENTEMENTE DEBILITADOS);**
- 3) EXISTEM SEQUELAS RESIDUAIS?**
- 4) SE A INVALIDEZ OU DEBILIDADE DO AUTOR É EM GRAU - MÍNIMO, MÉDIO OU, GRAVE? E QUAL PERCENTUAL?**

Termos em que,

Pede deferimento.

Campina Grande -PB, em 04 de Julho 2019.

INÁCIO BRUNO SARMENTO
-Advogado-
OAB/PB-21472

1

Rua: João Sergio de Almeida, nº800-B, Bodocongo, Campina Grande - PB
(83)3334-1289/99988-5048/98769-2274
inaciobrunoadv@gmail.com



CERTIDÃO

Certifico que o Aviso de Recebimento (AR) foi devolvido nesta data e anexado ao Autos.

15 de julho de 2019

SILVIA FERNANDA AIRES BENJAMIN



PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU

Ao Rep. Legal da SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

ENDERE

Rua Senador Dantas nº 74, 5º andar,

Rio de Janeiro - RJ, CEP- 20.031.201

CEP / COL

Processo nº 0800739-79.2019.8.15.0001 – Carta de Citação

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐ EMS

☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRATON

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /
SIGNATURE DE L'AGENT

O PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

FC0463 / 16

114 x 186 mm





AVISO DE
RECEBIMENTO

AR

JT 80051203 2 BR

AVIS CN07

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

05 JUN 2019

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

:

h

:

h

:

h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
FÓRUM AFFONSO CAMPOS
2ª VARA CÍVEL

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

Rua Vice Prefeito Antônio de Carvalho Souza, s/n
CEP: 58.410-050 - Estação Velha
Campina Grande - PB

CIDADE / LOCALITÉ

UF

BRASIL
BRÉSIL

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--



SEGUE ANEXO.





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAMPINA GRANDE/PB

Processo: 08007397920198150001

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **AUGUSTO TRIGUEIRO DOS SANTOS**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., em cumprimento ao despacho de fls. manifestar-se nos seguintes moldes:

A parte autora alega ser vítima de acidente de trânsito, encontrando-se supostamente inválido, razão pela qual, ajuizou a presente demanda com o fito de compelir a Ré ao pagamento do Seguro Obrigatório DPVAT no valor que entende devido.

Certo é, que todos os casos de indenização por invalidez, deverão passar por rigorosa perícia médica, para que seja verificado o GRAU de debilidade do segmento corporal afetado, em absoluta consonância com a Tabela disposta na Lei 11.945/2009, que estipula o percentual máximo para cada membro afetado, respeitando, ainda, o verbete sumular nº 474, do Superior Tribunal de Justiça.

Evidente, pois, que inexistente qualquer direito de indenização total ao autor, mormente por não haver prova pericial neste sentido, sendo incabível qualquer indenização integral, devendo ser respeitada a proporcionalidade do grau de invalidez suportado pela parte autora.

Dessa forma, **REQUERER A REALIZAÇÃO DE PROVA PERICIAL TÉCNICA**, com a determinação de pagamento de honorários periciais que se coadunem com o Convênio de Nº 015/2014 firmado entre este Egrégio Tribunal e a Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT.

Assim, após a realização da perícia judicial, requer a intimação da Ré para realização do pagamento dos honorários periciais no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) em até 15 (quinze) dias.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

CAMPINA GRANDE, 17 de julho de 2019.

JOÃO BARBOSA
OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB



Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 19/07/2019 10:53:37
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19071910533741400000022159537>
Número do documento: 19071910533741400000022159537



Poder Judiciário da Paraíba

2ª Vara Cível de Campina Grande

DECISÃO

Processo nº 0800739-79.2019.8.15.0001

AUTOR: AUGUSTO TRIGUEIRO DOS SANTOS

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

V i s t o s .

1. Defiro a prova pericial requerida pela parte promovida.

2. Nomeio o médico ortopedista **Dr. Carlos Alberto Figueiredo Filho**, para realizar o exame médico requerido, fixando os honorários em R\$ 200,00 (duzentos reais), a serem depositados pela seguradora demandada, no prazo de 15 (quinze) dias.

3. Intimem-se as partes para, em 15 (quinze) dias, querendo, indicarem assistentes técnicos, formulando quesitos pertinentes ao objeto da perícia.



4. Em seguida, intime-se o nomeado para o desempenho do seu mister, em dia, local e hora a serem comunicados às partes.







PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
2ª VARA CÍVEL – COMARCA DE CAMPINA GRANDE

MANDADO DE INTIMAÇÃO

Processo nº 0800739-79.2019.8.15.0001

AUTOR: AUGUSTO TRIGUEIRO DOS SANTOS

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Advogado: INACIO BRUNO SARMENTO OAB: PB21472 Endereço:
desconhecido

Em cumprimento a determinação proferida no processo supra indicado, **INTIMO** a parte **promovente** na pessoa de seu procurador(a) e advogado(a) acima nominado(a), do teor do despacho/decisão abaixo transcrito, e para cumpri-lo no prazo determinado.

V i s t o s .

1. Defiro a prova pericial requerida pela parte promovida.

2. Nomeio o médico ortopedista **Dr. Carlos Alberto Figueiredo Filho**, para realizar o exame médico requerido, fixando os honorários em R\$ 200,00 (duzentos reais), a serem depositados pela seguradora demandada, no prazo de 15 (quinze) dias.

3. Intimem-se as partes para, em 15 (quinze) dias, querendo, indicarem assistentes técnicos, formulando quesitos pertinentes ao objeto da perícia.



4. Em seguida, intime-se o nomeado para o desempenho do seu mister, em dia, local e hora a serem comunicados às partes.

....

Campina Grande-PB, 21 de setembro de 2019

De ordem, SILVIA FERNANDA AIRES BENJAMIN

ANALISTA/TÉCNICO JUDICIÁRIO

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]







PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
2ª VARA CÍVEL – COMARCA DE CAMPINA GRANDE

MANDADO DE INTIMAÇÃO

Processo nº 0800739-79.2019.8.15.0001

AUTOR: AUGUSTO TRIGUEIRO DOS SANTOS

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Advogado: SUELIO MOREIRA TORRES OAB: PB15477 Endereço: AV
PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS, 307, CENTRO, CAMPINA GRANDE -
PB - CEP: 58400-052

Em cumprimento a determinação proferida no processo supra indicado, **INTIMO** a parte **promovida** na pessoa de seu procurador(a) e advogado(a) acima nominado(a), do teor do despacho/decisão, abaixo transcrito, e para cumpri-lo no prazo determinado.

V i s t o s .

1. Defiro a prova pericial requerida pela parte promovida.

2. Nomeio o médico ortopedista **Dr. Carlos Alberto Figueiredo Filho**, para realizar o exame médico requerido, fixando os honorários em R\$ 200,00 (duzentos reais), a serem depositados pela seguradora demandada, no prazo de 15 (quinze) dias.

3. Intimem-se as partes para, em 15 (quinze) dias, querendo, indicarem assistentes técnicos, formulando quesitos pertinentes ao objeto da perícia.

4. Em seguida, intime-se o nomeado para o desempenho do seu mister, em dia, local e hora a serem comunicados às partes.

....



Campina Grande-PB, 21 de setembro de 2019

De ordem, SILVIA FERNANDA AIRES BENJAMIN

ANALISTA/TÉCNICO JUDICIÁRIO

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]



EM ANEXO





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAMPINA GRANDE/PB

Processo: 08007397920198150001

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **AUGUSTO TRIGUEIRO DOS SANTOS**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., em cumprimento ao despacho proferido por este Juízo, apresentar os seus quesitos.

1 - Queira o Sr. Perito informar se há nexo de causalidade entre o acidente narrado na petição inicial e a lesão apresentada pelo autor. Caso haja, informar se da referida lesão resultou invalidez permanente ou temporária;

2 - Queira o Sr. Perito informar se a invalidez permanente é notória ou de fácil constatação;

3 - Queira o Sr. Perito esclarecer quando o vítima teve ciência de sua incapacidade com base nos documentos médicos acostados aos autos;

4 - Queira o Sr. Perito informar se a vítima encontra-se em tratamento ou já se esgotaram todas as possibilidades existentes na tentativa de minimizar o dano;

5 - Queira o Sr. Perito informar se à época do acidente o membro afetado já contava com alguma sequela oriunda de circunstância anterior;

6 - Queira o Sr. Perito informar se a lesão apresenta caráter parcial ou total. Sendo a invalidez parcial incompleta, queira o Ilustre Perito informar o membro afetado e se a redução proporcional da indenização corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, 10% (dez por cento) para as de sequelas residuais, consoante o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74;

7 - Queira o Sr. Perito esclarecer todo e qualquer outro elemento necessário ao deslinde da causa.

Por fim com fulcro no artigo 5º, LV, da Constituição Federal, requer que após a produção da prova pericial, seja aberto prazo para as partes se manifestarem sobre o laudo, a fim de que não se cause na demanda o cerceamento de defesa, frente ao princípio constitucional do devido processo legal.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

CAMPINA GRANDE, 7 de outubro de 2019.

JOÃO BARBOSA

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 09/10/2019 13:07:14
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19100913071236500000024334905>
Número do documento: 19100913071236500000024334905

Num. 25156813 - Pág. 2

EM ANEXO





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAMPINA GRANDE/PB

Processo: 08007397920198150001

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **AUGUSTO TRIGUEIRO DOS SANTOS**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., requerer que seja determinada a juntada do **RECIBO DE PAGAMENTO** em anexo, com fito de **comprovar o pagamento dos honorários do perito nomeado pelo Juízo**.

Termo em que,
Pede Juntada.

CAMPINA GRANDE, 16 de outubro de 2019.

JOÃO BARBOSA
OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB





Banco do Brasil

			Nº DA CONTA JUDICIAL					
			1000112658245					
Nº DA PARCELA		DATA DO DEPÓSITO		AGÊNCIA (PREF / DV)				
0		14/10/2019		63				
DATA DA GUIA		Nº DA GUIA	Nº DO PROCESSO	TRIBUNAL				
11/10/2019		2614452	08007397920198150001	TRIBUNAL DE JUSTICA				
COMARCA		ORGÃO/VARA		DEPOSITANTE				
CAMPINA GRANDE		2 VARA CIVEL		RÉU				
NOME DO RÉU/IMPETRADO				VALOR DO DEPÓSITO (R\$)				
				200,00				
				TIPO DE PESSOA				
				Juridico				
				CPF / CNPJ				
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE								
AUGUSTO TRIGUEIRO DOS SANTOS				TIPO DE PESSOA				
				Fisica				
				CPF / CNPJ				
				13285392703				
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA								
73E8B6AC1A86081C								
CÓDIGO DE BARRAS								





ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA
2ª Vara Cível de Campina Grande

PROCESSO Nº 0800739-79.2019.8.15.0001

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
[ACIDENTE DE TRÂNSITO]

AUTOR: AUGUSTO TRIGUEIRO DOS SANTOS
RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CERTIDÃO DE JUNTADA DE DOCUMENTO

Certifico e dou fé que, nesta data, faço JUNTADA aos presentes autos do(s) documento(s) em anexo.

2ª Vara Cível de Campina Grande-Pb, 18 de outubro de 2019.

SILVIA FERNANDA AIRES BENJAMIN

Técnico Judiciário





CAMPINA GRANDE (PB), 15 de Outubro de 2019 .

Excelentíssimo(a) Senhor(a) Juiz(a)

Informamos a V.Exa. que se encontra depositado valor neste Banco, à disposição desse Juízo, na conta judicial abaixo discriminada:

Processo n.º: 08007397920198150001
Reu: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO
CPF/CNPJ: 09.248.608/0001-04
Autor: AUGUSTO TRIGUEIRO DOS SANTOS
CPF/CNPJ: 132.853.927-03
Valor original: R\$ 200,00
Agência depositária: 63 - 9 EMPRESA CAMP.GRANDE
N.º da conta judicial: 1000112658245
N.º da parcela: 1
Data do depósito: 11.10.2019
Depositante: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO

Respeitosamente,

Banco do Brasil S.A.
EMPRESA CAMP.GRANDE
R.SETE DE SETEMBRO,52
CAMPINA GRANDE - PB .

Excelentíssimo(a) Senhor(a) Juiz(a) de Direito
2 VARA CÍVEL
CAMPINA GRANDE - PB .

FÓRUM AFFONSO CAMPOS
SEÇÃO DE PROTOCOLO
RECEBIDO NO DIA:

15 OUT. 2019

às 16:00 horas.

Servidor(a) Matricula









PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
2ª VARA CÍVEL – COMARCA DE CAMPINA GRANDE

Processo nº 0800739-79.2019.8.15.0001

AUTOR: AUGUSTO TRIGUEIRO DOS SANTOS

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

MANDADO DE INTIMAÇÃO

O MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Campina Grande manda o Oficial de Justiça que em seu cumprimento, **INTIME** o **Dr. CARLOS ALBERTO FIGUEIREDO FILHO (Médico)**, Consultório Localizado na rua José de Alencar, nº 441, bairro da Prata (UNILAP), nesta cidade, para tomar ciência da sua nomeação na condição de perito judicial nos autos do processo acima nominado, e ao mesmo tempo designar **dia, hora e local** para realizar perícia médica no(a) autor(a) **AUTOR: AUGUSTO TRIGUEIRO DOS SANTOS**, informando com antecedência de 30 (trinta) dias, necessários para viabilizar as intimações das partes envolvidas no processo.

CUMPRASE. Dado e passado neste Cartório da 2ª Vara Cível da Comarca de Campina Grande, em 22 de outubro de 2019.

Campina Grande, 22 de outubro de 2019.

De ordem, SILVIA FERNANDA AIRES BENJAMIN
Técnico(a) Judiciário(a)

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]

PARA VISUALIZAR A PETIÇÃO INICIAL E DOCUMENTOS ACESSE O LINK: <https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO:

Documentos associados ao processo

Título	Tipo	Chave de aces
Petição Inicial	Petição Inicial	190118150905
	Outros	



Assinado eletronicamente por: SILVIA FERNANDA AIRES BENJAMIN - 22/10/2019 18:38:14
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19102218381364900000024694933>
Número do documento: 19102218381364900000024694933

Petição Inicial	Documentos	190118150842
Procuração	Procuração	190118150832
Doc. Pessoais e Comp. de Residência	Documento de Identificação	190118150815
BO e Negativa Administrativa	Outros Documentos	190118150753
Doc. Médica 1	Outros Documentos	190118150740
Doc. Médica 2	Outros Documentos	190118150720
Despacho	Despacho	190525153153
Mandado	Mandado	190531103855
Carta	Carta	190531103856
Contestação	Contestação	190627155048
KIT_SEGURADORA_LIDER-otimizado_1	Procuração	190627155052
KIT_SEGURADORA_LIDER-otimizado_2	Procuração	190627155053
DOCS COMPROBATORIOS-email	Documento de Comprovação	190627155054
CONTESTACAO E SUBS	Outros Documentos	190627155055
Mandado	Mandado	190701151246
Impugnação à Contestação	Petição	190702104712
Impugnação à Contestação	Outros Documentos	190702104713
Mandado	Mandado	190703113654
Mandado	Mandado	190703113656
Petição	Petição	190704092256
Petição de Provas	Outros Documentos	190704092256
AR SEG LIDER	Certidão	190715162948
AR SEG LIDER	Aviso de Recebimento	190715162949
Petição	Petição	190719105337
PETICAO_DE_PROVAS	Outros Documentos	190719105337
Mandado	Mandado	190921132513
Mandado	Mandado	190921132514
Petição	Petição	191009130709
2614452_PETICAO_DE_QUESITOS_JUR_01	Outros Documentos	191009130712
Petição	Petição	191017152109
2614452_JUNTADA_DE_HONORARIOS_PERICIAIS_JUR_01	Outros Documentos	191017152112
2614452_JUNTADA_DE_HONORARIOS_PERICIAIS_JUR_Anexo_02	Outros Documentos	191017152114
Ofício BB	Certidão	191018094938
OFÍCIO BB 0800739	OFÍCIO	191018094939





CERTIDÃO

Certifico e dou fé que em cumprimento ao mandado **intimei** o **Dr. Carlos Alberto Figueiredo Filho**, dando-lhe conhecimento de todo conteúdo do mandado e do qual ficou ciente. Dei-lhe contrafé, que aceitou, exarando sua assinatura.

O referido é verdade.

Campina grande, 24 de outubro de 2019.

João Ricardo Barbosa

Oficial de Justiça





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
2ª VARA CÍVEL – COMARCA DE CAMPINA GRANDE

Processo nº 0800739-79.2019.8.15.0001

AUTOR: AUGUSTO TRIGUEIRO DOS SANTOS

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

MANDADO DE INTIMAÇÃO

O MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Campina Grande manda o Oficial de Justiça que em seu cumprimento, **INTIME** o **Dr. CARLOS ALBERTO FIGUEIREDO FILHO (Médico)**, Consultório Localizado na rua José de Alencar, nº 441, bairro da Prata (UNILAP), nesta cidade, para tomar ciência da sua nomeação na condição de perito judicial nos autos do processo acima nominado, e ao mesmo tempo designar **dia, hora e local** para realizar perícia médica no(a) autor(a) **AUTOR: AUGUSTO TRIGUEIRO DOS SANTOS**, informando com antecedência de 30 (trinta) dias, necessários para viabilizar as intimações das partes envolvidas no processo.

CUMPRE-SE. Dado e passado neste Cartório da 2ª Vara Cível da Comarca de Campina Grande, em 22 de outubro de 2019.

Campina Grande, 22 de outubro de 2019.

De ordem, SILVIA FERNANDA AIRES BENJAMIN

Técnico(a) Judiciário(a)

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]

PARA VISUALIZAR A PETIÇÃO INICIAL E DOCUMENTOS ACESSE O LINK: <https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO:

Documentos associados ao processo

Título	Tipo	Chave de acesso**
Petição Inicial	Petição Inicial	1901181509050900000018209403
Petição Inicial	Outros Documentos	19011815084236400000018209464
Procuração	Procuração	19011815083212600000018209461
Doc. Pessoais e Comp. de Residência	Documento de Identificação	19011815081573000000018209455
BO e Negativa Administrativa	Outros Documentos	19011815075388600000018209448
Doc. Médica 1	Outros Documentos	19011815074026700000018209444
Doc. Médica 2	Outros Documentos	19011815072092200000018209437
Despacho	Despacho	19052515315399400000020854472
Mandado	Mandado	19053110385581500000021006469
Carta	Carta	19053110385614700000021006470
Contestação	Contestação	19062715504837200000021633604
KIT_SEGURADORA_LIDER-otimizado_1	Procuração	19062715505242200000021633609
KIT_SEGURADORA_LIDER-otimizado_2	Procuração	19062715505369800000021633611
DOCS COMPROBATORIOS-email	Documento de Comprovação	19062715505476700000021633615

Carlos Alberto Figueiredo Filho
Perito Médico
CRM-PB 5373

23/10/2019 12:00



Assinado eletronicamente por: JOAO RICARDO BARBOSA - 24/10/2019 17:15:19

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19102417151731200000024768418>

Número do documento: 19102417151731200000024768418

CONTESTACAO.E SUBS	Outros Documentos	19062715505582400000021633620
Mandado	Mandado	19070115124680200000021697914
Impugnação à Contestação	Petição	19070210471295700000021720580
Impugnação à Contestação	Outros Documentos	19070210471328600000021720582
Mandado	Mandado	19070311365478100000021757351
Mandado	Mandado	19070311365608300000021757352
Petição	Petição	19070409225622200000021790236
Petição de Provas	Outros Documentos	19070409225660200000021790238
AR SEG LIDER	Certidão	19071516294829100000022041575
AR SEG LIDER	Aviso de Recebimento	19071516294905400000022041577
Petição	Petição	19071910533708000000022159536
PETICAO_DE_PROVAS	Outros Documentos	19071910533741400000022159537
Mandado	Mandado	19092113251366700000023838657
Mandado	Mandado	19092113251411700000023838658
Petição	Petição	19100913070961400000024334902
2614452_PETICAO_DE_QUESITOS_JUR_01	Outros Documentos	19100913071236500000024334905
Petição	Petição	19101715210902100000024568251
2614452_JUNTADA_DE_HONORARIOS_PERICIAIS_JUR_01	Outros Documentos	19101715211205000000024568253
2614452_JUNTADA_DE_HONORARIOS_PERICIAIS_JUR_Anexo_02	Outros Documentos	19101715211457200000024568255
Ofício BB	Certidão	19101809493890200000024589357
OFÍCIO BB 0800739	OFÍCIO	19101809493907400000024589360



Assinado eletronicamente por: SILVIA FERNANDA AIRES BENJAMIN

22/10/2019 18:38:14

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: 25539298



19102218381364900000024694933

imprimir

Carlos Alberto Figueiredo Filho
Perito Médico
C.M.-PB 5379

23/10/2019 12:00



Assinado eletronicamente por: JOAO RICARDO BARBOSA - 24/10/2019 17:15:19

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19102417151731200000024768418>

Número do documento: 19102417151731200000024768418



**ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA
2ª Vara Cível de Campina Grande**

PROCESSO Nº 0800739-79.2019.8.15.0001

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
[ACIDENTE DE TRÂNSITO]

AUTOR: AUGUSTO TRIGUEIRO DOS SANTOS
RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CERTIDÃO DE JUNTADA DE DOCUMENTO

Certifico e dou fé que, nesta data, faço JUNTADA aos presentes autos do(s) documento(s) em anexo.

2ª Vara Cível de Campina Grande-Pb, 5 de novembro de 2019.

SILVIA FERNANDA AIRES BENJAMIN

Técnico Judiciário



Ofício Nº 48/2019

Campina Grande, 25 de outubro de 2019

Ao Excelentíssimo Senhor Juiz
Da 2ª Vara Cível
Da Comarca de Campina Grande - PB

Fórum Afonso Campos

Endereço: Rua Vice-Prefeito Antônio Carvalho de Souza, s/n - Liberdade - Campina Grande/PB -
CEP 58.410-050 Telefone: (83) 3310-2400

Exmo. Sr. Juiz,

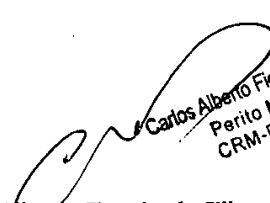
Ao cumprimentar Vossa Excelência, venho por meio deste, informar que dispomos da data 28/11/2019, às 08:30 horas da manhã, para agendamento de perícia médica em razão do processos judiciais abaixo listados, para fins de pagamento de indenização DPVAT por invalidez permanente, no Endereço: Rua José de Alencar Nº 441, no Bairro da Prata, em Campina Grande-PB (Na Gastro Clínica, que funciona dentro do Laboratório Unilap).

1. Processo: 0800739-79.2019.8.15.0001, Autor: Augusto Trigueiro dos Santos;
2. Processo: 0803302-17.2017.8.15.0001, Autor: Joel Sousa Silva.

Informo ainda que a parte autora deve comparecer a este consultório portando cópias do boletim de ocorrência e do prontuário médico.

Para esclarecimentos adicionais, estamos à disposição pelos telefones (83) 3321-3829, 3341-0001 ou 3099-5668, de segunda a sexta-feira, em horário comercial, através da secretária Paula Cristiane.

Respeitosamente,


Dr. Carlos Alberto Figueiredo Filho
Perito Médico
CRM-5379-PB

FÓRUM AFONSO CAMPOS
SEÇÃO DE PROTOCOLO
RECEBIDO Nº 1102

01 NOV. 2019

às 11h02
Servidor(a) Matrícula: 470680-2



Campina Grande, 22 de outubro de 2019

Citício Nº 48/2019

Dr. Comarca de Campina Grande - PB
Dr. J. Vitor Góes
Ao Excelentíssimo Senhor Juiz

Fórum Afonso Camargo
Endereço: Rua Vice-Prefeito Antônio Carlos de Sousa, s/n - Liberdade - Campina Grande - PB
CEP: 57.410-020 Telefone: (31) 3310-2400

Exmo. Sr. Juiz,

Apresentamos Vossa Excelência, venho, por meio deste, informar que dispomos na
data 18.10.2019, às 08:40 horas, para o andamento de pericia médica em razão do
processo judicial supra listados, para fins de pagamento de indenização DPVAT por invalidez
permanente, no endereço: Rua José de Alencar, Nº 441, no Bairro da Prata, em Campina
Grande - PB (na Gestão Clínica, que funciona dentro do Laboratório Unilab).

1. Processo: 0800739-79/2019.8.15.0001, Autor: Augusto Trigueiro dos Santos;

2. Processo: 0.008303-17/2019.8.15.0001, Autor: Joel Sousa Silva

Informo ainda que a parte autora deve comparecer a esta consultório portando cópia
do boletim de ocorrência e do prontuário médico.

Para esclarecimentos adicionais, estamos à disposição pelos telefones (31) 3311-3839,
3341-0001 ou 3099-2668, de segunda a sexta-feira, em horário comercial através da
secretaria Paula Cristina.

Respeitosamente,

Carlos Alberto Trigueiro Filho
Juiz de Direito
CRM-PB 5239

Dr. Carlos Alberto Trigueiro Filho
Juiz de Direito
CRM-PB 5239







PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
2ª VARA CÍVEL – COMARCA DE CAMPINA GRANDE

Processo nº 0800739-79.2019.8.15.0001
AUTOR: AUGUSTO TRIGUEIRO DOS SANTOS
RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

MANDADO DE INTIMAÇÃO DO(A) AUTOR(A) - PERÍCIA MÉDICA

O MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Campina Grande manda o Oficial de Justiça que em seu cumprimento, **INTIME** o autor(a) **Nome: AUGUSTO TRIGUEIRO DOS SANTOS, Endereço: Rua Gonçalves Dias, 596, monte castelo, CAMPINA GRANDE - PB - CEP: 58444-000**, para no **dia 28/11/2019 às 08:30** horas comparecer no Consultório do Dr. Carlos Alberto Figueiredo Filho (Médico), localizado na rua José de Alencar, nº 441, bairro da Prata (UNILAP), oportunidade em que será submetido a **PERÍCIA MÉDICA**.

OBS. No ato da Perícia o autor deverá apresentar o documento de identificação pessoal, bem como, cópia do boletim da ocorrência policial e prontuário médico hospitalar referente ao sinistro.

Campina Grande-PB, 7 de novembro de 2019

De ordem, SILVIA FERNANDA AIRES BENJAMIN

ANALISTA/TÉCNICO JUDICIÁRIO

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]







PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
2ª VARA CÍVEL – COMARCA DE CAMPINA GRANDE

Processo nº 0800739-79.2019.8.15.0001

AUTOR: AUGUSTO TRIGUEIRO DOS SANTOS

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

MANDADO DE INTIMAÇÃO

Em cumprimento ao despacho, **I N T I M O** a parte **promovida**, na pessoa de seu procurador(a) e advogado(a) abaixo nominado(a) para querendo, no **dia 28/11/2019 às 08:30 horas** comparecer no Consultório do Dr. Carlos Alberto Figueiredo Filho (Médico), localizado na rua José de Alencar, nº 441, bairro da Prata (UNILAP), oportunidade em que o autor será submetido a **PERÍCIA MÉDICA**.

Advogado: SUELIO MOREIRA TORRES OAB: PB15477 Endereço: AV PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS, 307, CENTRO, CAMPINA GRANDE - PB - CEP: 58400-052

Campina Grande-PB, 7 de novembro de 2019

De ordem, SILVIA FERNANDA AIRES BENJAMIN

ANALISTA/TÉCNICO JUDICIÁRIO

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]









PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
2ª VARA CÍVEL – COMARCA DE CAMPINA GRANDE

Processo nº 0800739-79.2019.8.15.0001

AUTOR: AUGUSTO TRIGUEIRO DOS SANTOS

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

MANDADO DE INTIMAÇÃO

Em cumprimento ao despacho, **I N T I M O** a parte **promovente**, na pessoa de seu procurador(a) e advogado(a) abaixo nominado(a) para querendo, no **dia 28/11/2019 às 08:30 horas** comparecer no Consultório do Dr. Carlos Alberto Figueiredo Filho (Médico), localizado na rua José de Alencar, nº 441, bairro da Prata (UNILAP), oportunidade em que o autor será submetido a **PERÍCIA MÉDICA**.

Advogado: INACIO BRUNO SARMENTO OAB: PB21472 Endereço: desconhecido

Campina Grande-PB, 7 de novembro de 2019

De ordem, SILVIA FERNANDA AIRES BENJAMIN

ANALISTA/TÉCNICO JUDICIÁRIO

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]





CERTIDÃO

Certifico e dou fé que, diligenciando por diversas vezes no endereço e sempre o encontrando fechado, deixei de cumprir o referido mandado. Cópia deste fora deixado no interior do imóvel com o número telefônico deste Oficial de Justiça, porém, até a presente data, não fora feito contado pela parte interessada /autora. Por fim, não há mais tempo hábil para outras diligências.

Campina Grande- PB, 27 de novembro, 2019.

ULISSES SOUSA TORRES

OFICIAL DE JUSTIÇA





ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA
2ª Vara Cível de Campina Grande

PROCESSO Nº 0800739-79.2019.8.15.0001

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
[ACIDENTE DE TRÂNSITO]

AUTOR: AUGUSTO TRIGUEIRO DOS SANTOS
RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CERTIDÃO DE JUNTADA DE DOCUMENTO

Certifico e dou fé que, nesta data, faço JUNTADA aos presentes autos do(s) documento(s) em anexo.

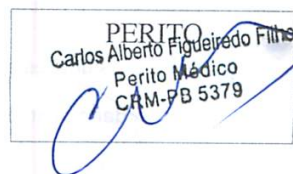
2ª Vara Cível de Campina Grande-Pb, 10 de dezembro de 2019.

SILVIA FERNANDA AIRES BENJAMIN

Técnico Judiciário



LAUDO MÉDICO PERICIAL- DPVAT



Nome completo da vítima: Augusto Trigueiro dos Santos
CPF: 132.853.927-03
Endereço completo: Rua. Paxana - 1167 - José Rinhão E. grande - PB

Informações do acidente

Local: DURIMAS
Data do Acidente: 28/10/2017

Concordância com a realização da avaliação médica

Declaro que as informações da vítima e do acidente, acima indicadas, são verdadeiras e que compareci por livre e espontânea vontade, para realização da avaliação médica para fins de pagamento de indenização DPVAT por invalidez permanente, do qual figura como autor e que tramita na 2ª Vara Cível ou JEC da Comarca de CAMPINA GRANDE.

Campina Grande/PB, 28/11/19

FÓRUM JUDICIAL CAMPINA GRANDE
SEÇÃO DE PROTOCOLO
RECEBIDO NO DIA:

Augusto Trigueiro dos Santos
Assinatura da vítima

04 DEZ. 2019

às 1310 horas.

América 47060-3
Sócio(a) Maricla

Avaliação Médica

I) Há lesão cuja etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre?

☒ Sim ☐ Não ☐ Prejudicado

Só prosseguir em caso de resposta afirmativa.

II) Descrever o quadro clínico atual informando:

a) qual (quais) região(regiões) corporal(is) encontra(m)-se acometida(s)? # OMBRO DIREITO #

b) as alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico da vítima, que sejam evolutivas e temporalmente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma.

LESÃO AO OMBRO DIREITO. TRATAMENTO EMUERGENTE.
LIMITAÇÃO AMPLO DE MOVIMENTO E FORÇA.

III) Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação?

☐ Sim ☒ Não

Se SIM, descreva a(s) medida(s) terapêutica(s) indicada(s):



IV) Segundo o exame médico legal, pode-se afirmar que o quadro clínico cursa com:

- a) ☐ disfunções apenas temporárias
b) ☒ dano anatômico e/ou funcional definitivo (sequelas)

Em caso de dano anatômico e/ou funcional definitivo informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da vítima.

LIMITAÇÃO FUNCIONAL MODERADA
DE OMBRO DIREITO.

V) Em virtude da evolução da lesão e/ou tratamento, faz-se necessário exame complementar?

☐ Sim, em que prazo:

☒ Não

Em caso de enquadramento na opção "a" do item IV ou de resposta afirmativa do item V, favor NÃO preencher os demais campos abaixo assinalados.

VI) Segundo o previsto na Lei 11.945 de 4 de junho de 2009 favor promover a quantificação da(s) lesão(ões) permanente(s) que não seja(m) mais susceptíveis a tratamento como sendo gerador(es) de dano(s) anatômico(s) e/ou funcional(is) definitivo(s), especificando, segundo o anexo constante à Lei 11.945/09, o(s) segmento(s) corporal(is) acometido(s) e ainda segundo o previsto no instrumento legal, afirmar a sua graduação:

Segmento corporal acometido:

a) ☐ Total
(Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa a íntegra do patrimônio físico e/ou mental da vítima)

b) ☒ Parcial
(Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas parte do patrimônio físico e/ou mental da vítima).
Em se tratando de dano parcial informar se o dano é:

b.1 ☐ Parcial Completo (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa de forma global algum segmento corporal da vítima).

b.2 ☒ Parcial Incompleto (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um (ou mais de um) segmento corporal da vítima).

b.2.1) Informar o grau de incapacidade definitiva da vítima, segundo o previsto na alínea II, §1º do art. 3º da Lei 6.194/74 com relação introduzida pelo artigo 31 da Lei 11.945/2009, correlacionando o percentual ao seu respectivo dano, em cada segmento corporal acometido.

Segmento anatômico

Marque aqui o percentual

1º Lesão <u>OMBO DIREITO</u>	<input type="checkbox"/> 10% Residual	<input type="checkbox"/> 25% Leve	<input type="checkbox"/> 50% Média	<input type="checkbox"/> 75% Intensa
2º Lesão _____	<input type="checkbox"/> 10% Residual	<input type="checkbox"/> 25% Leve	<input type="checkbox"/> 50% Média	<input type="checkbox"/> 75% Intensa
3º Lesão _____	<input type="checkbox"/> 10% Residual	<input type="checkbox"/> 25% Leve	<input type="checkbox"/> 50% Média	<input type="checkbox"/> 75% Intensa
4º Lesão _____	<input type="checkbox"/> 10% Residual	<input type="checkbox"/> 25% Leve	<input type="checkbox"/> 50% Média	<input type="checkbox"/> 75% Intensa

Observação: Havendo acordo mais de quatro sequelas permanentes a serem quantificadas, especifique a respectiva graduação de acordo com os critérios ao lado apresentado:

Local e data da realização do exame médico:

CAMPINA GRANDE, 28, 11, 19

Carlos Alberto Figueiredo Filho
Perito Médico
CRM-PB 5379

Dr. Carlos Alberto Figueiredo Filho
Perito Médico – CRM: 5379





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
2ª VARA CÍVEL – COMARCA DE CAMPINA GRANDE

Processo nº 0800739-79.2019.8.15.0001

AUTOR: AUGUSTO TRIGUEIRO DOS SANTOS

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

ATO ORDINATÓRIO - MANDADO DE INTIMAÇÃO

De acordo com a nova redação do Código de Normas Judicial da Corregedoria Geral de Justiça do Estado da Paraíba contida no PROVIMENTO CGJ/PB Nº 49/2019 Capítulo VIII, que delega poderes ao analista/Técnico Judiciário para a prática de atos ordinatórios e de administração, **INTIMO** o(a) autor(a) na pessoa de seu procurador(a) e advogado(a), abaixo identificado(a), para no prazo de 15 (quinze) dias se pronunciar em relação ao **LAUDO PERICIAL** juntado aos autos.

Advogado: INACIO BRUNO SARMENTO OAB: PB21472 Endereço: desconhecido

Campina Grande-PB, 10 de dezembro de 2019



De ordem, SILVIA FERNANDA AIRES BENJAMIN

ANALISTA/TÉCNICO JUDICIÁRIO

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]







PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
2ª VARA CÍVEL – COMARCA DE CAMPINA GRANDE

Processo nº 0800739-79.2019.8.15.0001

AUTOR: AUGUSTO TRIGUEIRO DOS SANTOS

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

ATO ORDINATÓRIO - MANDADO DE INTIMAÇÃO

De acordo com a nova redação do Código de Normas Judicial da Corregedoria Geral de Justiça do Estado da Paraíba contida no PROVIMENTO CGJ/PB Nº 49/2019 CAPÍTULO VIII, que delega poderes ao Analista/Técnico Judiciário para a prática de atos ordinatórios e de administração, **INTIMO** a parte **promovida** na pessoa de seu procurador e advogado(a) para no prazo de 15 (quinze) dias se pronunciar em relação ao **LAUDO PERICIAL** juntado aos autos

Advogado: SUELIO MOREIRA TORRES OAB: PB15477 Endereço: AV PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS, 307, CENTRO, CAMPINA GRANDE - PB - CEP: 58400-052

De ordem, **SILVIA FERNANDA AIRES BENJAMIN**

ANALISTA/TÉCNICO JUDICIÁRIO

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]



Petição em anexo.





**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA
DE CAMPINA GRANDE-PB**

Processo nº: 0800739-79.2019.8.15.0001

AUGUSTO TRIGUEIRO DOS SANTOS, devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, por intermédio de seu bastante procurador que esta subscreve, vem perante Vossa Excelência, expor e requerer o que segue:

MM. Juiz, em atenção ao Laudo Médico, vem a parte autora informar a esse nobre julgador, que corrobora com o laudo pericial, que atestou perda 50% DE OMBRO DIREITO.

Diante do exposto, requer o prosseguimento do feito, para condenação do promovido nos exatos termos da Lei, para que seja feita a mais Lidima Justiça.

Nestes termos,
Pede e Espera deferimento.

Campina Grande - PB, em 11 de Dezembro de 2019

INÁCIO BRUNO SARMENTO
OAB/PB 21472

Rua: João Sérgio de Almeida, nº800 –B, Severino Cabral,
Bodocongó, Campina Grande – PB. CEP: 58430-340.
Fones: (83) 3334-1289 / 99988-5048/ 987692274
E-mail: inaciobrunoadv@gmail.com

1



EM ANEXO



DECLARAÇÃO DE PREVENÇÃO A LAVAGEM DE DINHEIRO
CIRCULAR SUSEP 445/12

Para mais esclarecimentos, acesse o site <http://www.seguradoralider.com.br> ou ligue para o SAC DPVAT 0800 0221204 ou 0800 221206 (exclusivo para pessoas com deficiência auditiva)

INFORMAÇÕES IMPORTANTES:

O preenchimento deste Formulário é parte integrante do processo de liquidação de sinistro, conforme estabelece a Circular número 445/12, disponível no endereço eletrônico:

<http://www2.susep.gov.br/BIBLIOTECASWEB/DOCORIGINAL.ASPX?TIPO=1&CODIGO=29636>

A Circular SUSEP¹ nº 445/12, que trata da prevenção à lavagem de dinheiro no mercado segurador, determina que todas as Seguradoras são obrigadas a constituir cadastro das pessoas envolvidas no pagamento de indenizações. Este cadastro deve conter, além dos documentos de identificação pessoal, informações acerca da profissão e da faixa de renda mensal, além da respectiva documentação comprobatória.

A recusa em fornecer as informações de **profissão e renda**, neste formulário, não impede o pagamento da indenização do Seguro DPVAT, contudo, por determinação da referida Circular, **esta recusa é passível de comunicação ao COAF**².

¹ Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, órgão responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguro, previdência privada aberta, capitalização e resseguro.

² Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF, órgão integrante da estrutura do Ministério da Fazenda, tem por finalidade disciplinar, aplicar penas administrativas, receber, examinar e identificar as ocorrências suspeitas de atividades ilícitas previstas na Lei nº 9.613/98.

Pelo exposto, eu Inácio Bruno Sarmiento inscrito (a) no CPF 030761814 / CG na qualidade de Procurador (a) / Intermediário (a) do Beneficiário Augusto Travenço dos Santos inscrito (a) no CPF sob o Nº 132855922 / 03 do sinistro de DPVAT cobertura Dano Moral da Vítima Augusto Travenço dos Santos inscrito (a) no CPF sob o Nº 132855922 / 03, conforme determinação da Circular Susep 445/12:

☐ Declaro Profissão: _____ Renda: _____ e apresento os documentos comprobatórios:

☒ Recuso informar

Declaro ainda, sob as penas da lei e para fins de prova de residência junto a Seguradora Líder-DPVAT, residir no endereço abaixo, anexando a cópia do comprovante de residência do endereço informado.

Estou ciente de que a falsidade da presente declaração implicará na sanção penal prevista no art. 299 do Código Penal.

Endereço <u>Rua Pinheiro Alves 100</u>		Número <u>800</u>	Complemento <u>B</u>
Bairro <u>Pinheiro</u>	Cidade <u>Comodoro Grande</u>	Estado <u>GO</u>	CEP <u>75800-000</u>
Email <u>inacio.bruno.oda@gmail.com</u>		Telefone comercial(DDD) <u>8333341254</u>	Telefone celular (DDD) <u>83994885048</u>

C. Grande, 13 de julho de 2013.
Local e Data

Inácio Bruno Sarmiento
Assinatura do Declarante

DLDR1.001 V001/2017



DECLARAÇÃO DE PREVENÇÃO A LAVAGEM DE DINHEIRO
CIRCULAR SUSEP 445/12

Para mais esclarecimentos, acesse o site <http://www.seguradoralider.com.br> ou ligue para o SAC DPVAT 0800 0221204 ou 0800 221206 (exclusivo para pessoas com deficiência auditiva)

COMPREV PREVIDENCIA S/A

INFORMAÇÕES IMPORTANTES:

O preenchimento deste Formulário é parte integrante do processo de liquidação de sinistro, conforme estabelece a Circular número 445/12, disponível no endereço eletrônico:

<http://www2.SUSEP.GOV.BR/BIBLIOTECAWEB/DOCORIGINAL.ASPX?TIPO=3&CODIGO=29686>

A Circular SUSEP¹ nº 445/12, que trata da prevenção à lavagem de dinheiro no mercado segurador, determina que todas as Seguradoras são obrigadas a constituir cadastro das pessoas envolvidas no pagamento de indenizações. Este cadastro deve conter, além dos documentos de identificação pessoal, informações acerca da profissão e da faixa de renda mensal, além da respectiva documentação comprobatória.

A recusa em fornecer as informações de **profissão e renda**, neste formulário, não impede o pagamento da indenização do Seguro DPVAT, contudo, por determinação da referida Circular, **esta recusa é passível de comunicação ao COAF**².

¹ Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, órgão responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguro, previdência privada aberta, capitalização e resseguro.

² Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, órgão integrante da estrutura do Ministério da Fazenda, tem por finalidade disciplinar, aplicar penas administrativas, receber, examinar e identificar as ocorrências suspeitas de atividades ilícitas previstas na Lei nº9.613/98.

Pelo exposto, eu Moisés Bruno Sarmiento inscrito (a) no CPF 036781814 / 06, na qualidade de Procurador (a) / Intermediário (a) do Beneficiário Augusto Triguero dos Santos inscrito (a) no CPF sob o Nº 132853927 / 03, do sinistro de DPVAT cobertura Invalidiz da Vítima Augusto Triguero dos Santos, inscrito (a) no CPF sob o Nº 132853927 / 03, conforme determinação da Circular Susep 445/12:

☐ Declaro Profissão: _____ Renda: _____ e apresento os documentos comprobatórios:

☒ Recuso informar

Declaro ainda, sob as penas da lei e para fins de prova de residência junto a Seguradora Líder-DPVAT, residir no endereço abaixo, anexando a cópia do comprovante de residência do endereço informado.

Estou ciente de que a falsidade da presente declaração implicará na sanção penal prevista no art. 299 do Código Penal.

Endereço <u>Rua Dinameneo Mús Caneva</u>		Número <u>800</u>	Complemento <u>B</u>
Bairro <u>Dinameneo</u>	Cidade <u>Compiene Gnomel</u>	Estado <u>PA</u>	CEP <u>58000-000</u>
Email <u>moisesbrunowd@gmail.com</u>		Telefone comercial(DDD) <u>8333741289</u>	Telefone celular (DDD) <u>8399985548</u>

C. Gnomel, 13 de julho de 2018
Local e Data

Moisés Bruno Sarmiento
Assinatura do Declarante

DLDR1.001 V001/2017

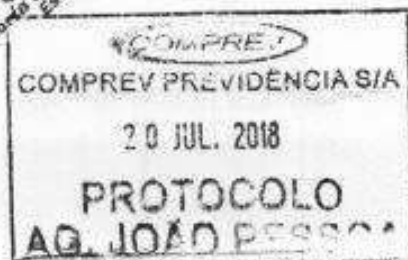


Declaração do Proprietário do Veículo

Eu, Alex Junior da Silva,
RG nº 3.449.804, data de expedição 13/05/2006,
Órgão PB, portador do CPF nº 094.301.234/6, com
domicílio na cidade de Queimadas, no Estado de
Pernambuco, onde resido na (Rua/Avenida/Estrada)
Rua Antonio Junior da Silva, nº 91N,
complemento casa, declaro, sob as penas da Lei, que o veículo abaixo
mencionado é(era) de minha propriedade na data do acidente ocorrido com a
vítima Augusta Trigueiras da Santa, cujo o condutor era
Augusta Trigueiras da Santa.
Veículo: MOTOCICLETA Honda 150 titom
Modelo: 2010
Ano: 2010
Placa: PX 2558/1PB
Chassi: 9C2KCI620 ARO48481
Data do Acidente: 28/10/2017
Local e Data: Queimadas, 15 de junho de 2018

Alex Junior da Silva
Assinatura do Declarante

Assinatura do Condutor (caso seja um terceiro que não a vítima reclamante do sinistro)



20/01/2017

GOVERNO
DO PARANÁ
SECRETARIA DE SAÚDE
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES

ATENDIMENTO URGÊNCIA
PRONT (R.E) Nº: 1532374 CLASS. DE RISCO: AMARELO
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES - CNP
Av. Mús. Portinho Palácio, 4706 - Marumbi, Cascavel Grande - PR, CEP: 84202-8
Odontol. de Emergência (R.E) - Modelo 07. Atendente: Arthur Mat

PACIENTE: AUGUSTO TRIGUEIRO
Espereçquino Alves (R.E)

Cidade: Cascavel Grande

Nome da Mãe: FRANCIEIDE TRIGUEIRO

Responsável:

Estado Civil: Casado(a)

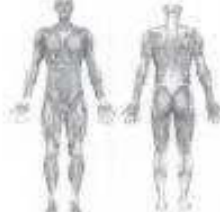
Motivo ACIDENTE DE MOTO

Médico:

ORF. FICHA:

MECANISMOS DO TRAUMA

LOCAL DA LESÃO (Identifique o local com o número correspondente)



1. Cabeça
2. Orelha
3. Olho
4. Nariz
5. Boca
6. Dente
7. Língua
8. Amalgamamento
9. Braço subscapular
10. Ombro
11. Antebraço
12. Pulso
13. Mão
14. Dedo
15. Cotovelo
16. Ombro
17. Braço
18. Torso
19. Costela
20. Estômago
21. Fígado
22. Baço
23. Rim
24. Pâncreas
25. Intestino
26. Vesícula
27. Fígado
28. Pâncreas

OBS:

QUEIMADURA:
Superfície corporal lesada: 10% 11º Grau 12º Grau 13º Grau
DIAGNÓSTICO / CID: 10.10.10.10

http://110.1.1.140/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20012011320897700000026585346

HCEG - Painel Administrativo

EXAME PRÉVIO - DADOS CLÍNICOS

GOVERNO DO PARANÁ
SECRETARIA DE SAÚDE - ESTADO
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES

REQUISIÇÃO DE EXAMES

NOME: Augusto Trigueiro

COR: Branco

PESO: 70 ALTURA: 1,70 CLÍNICA: 1 ENF: 1 LEITO: 1

DADOS:

MATERIAL A EXAMINAR:

EXAMES SOLICITADOS: Re Exame AP (D) (Euc Pe)

URGÊNCIA: ☐ DATA: 28/10/17 ROTINA: ☐ HORA DA SOLICITAÇÃO: 14:00

Carimbo e Assinatura do Médico

2. Exame AP (D) (Euc Pe)

3. Exame AP (D) (Euc Pe)

4. Exame AP (D) (Euc Pe)

5. Exame AP (D) (Euc Pe)

6. Exame AP (D) (Euc Pe)

ASSINATURA E CARIMBO DO MÉDICO:

COMPREV
COMPREV PREVIDÊNCIA S/A
20 JUL. 2018
PROTOCOLO
AG. JOÃO PESSOA





GOVERNO
DA PARAÍBA

SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO

HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES

Ficha de Acolhimento

Nome:	Augusto Viegas dos Santos		
End:	Av. Gonçalves Dias	Bairro:	M. Castelo
Data de Nascimento:	08.05.91	Documento de Identificação:	596
Queixa:	Ac/ de	Data do Atend:	28.10.17
Horário:	13:31	Documento:	
Acidente de trabalho?	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não		

Classificação de Risco

Nível de consciência: <input checked="" type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Baixo	Aspecto: <input checked="" type="checkbox"/> Calmo <input type="checkbox"/> Fútil de dor <input type="checkbox"/> Gemente
Frequência respiratória:	Frequência cardíaca:
Pressão arterial:	Temperatura axilar:
Dosagem de HGT:	Mucosas: <input checked="" type="checkbox"/> Normocorada <input type="checkbox"/> Pálida
Deambulação: <input type="checkbox"/> Livre <input checked="" type="checkbox"/> Cadeira de rodas <input type="checkbox"/> Maca	

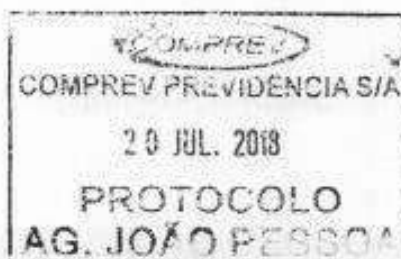
Estratificação

MOD. 110

- ☐ Vermelho - atendimento imediato
☐ Verde - atendimento até 4 horas

- ☒ Amarelo - atendimento até 1 hora
☐ Azul - atendimento ambulatorial

Assinatura e carimbo do profissional





SECRETARIA DO ESTADO DE SAÚDE
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES
CAMPINA GRANDE - PARAIBA

PACIENTE: AUGUSTO TRIGUEIRO DOS SANTOS

DATA DO EXAME: 28.10.2017

RADIOGRAFIA DE OMBRO

- Ossos de morfologia e textura normais.
- Partes moles sem alterações.
- Subluxação acrômio-clavicular.

RADIOGRAFIA DE PUNHO

- Ossos de morfologia e textura normais.
- Partes moles sem alterações.
- Relações articulares conservadas

RADIOGRAFIA DE TÓRAX

- Transparência pulmonar normal.
- Mediastino e seios costofrênicos sem alterações.
- Índice cardiotorácico aumentado.
- Subluxação acrômio-clavicular direita.

8

Dr. Arthur José Ventura
CRM/PB: 6481

Dra. Miriam Albino
CRM/PB: 6436

Dra. Marcella Farias
CRM/PB: 6660

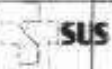
Dr. Rafael Borges
CRM/PB: 6485

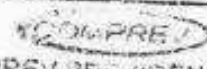
Dr. Ramoniê Miranda
CRM/PB: 8220

Dr. Roberto Maia
CRM/PB: 6101



Data da internação: 28/10/2017 Hora: 16:34:53

 Sistema Único de Saúde Ministério da Saúde	LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR
Identificação do Estabelecimento de Saúde	
1 - NOME DO ESTABELECIMENTO SOLICITANTE	2 - CNES
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUÍZ GONZAGA FERNANDES	2362856
3 - NOME DO ESTABELECIMENTO EXECUTANTE	4 - CNES
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUÍZ GONZAGA FERNANDES	2362856
Identificação do Paciente	
5 - NOME DO PACIENTE	6 - Nº DO PRONTUÁRIO
AUGUSTO TRIGUEIRO DOS SANTOS	1532479
7 - CARTÃO DO SUS	8 - DATA DE NASCIMENTO
700107912616911	08/05/1991
9 - SEXO	10 - NOME DA MÃE OU RESPONSÁVEL
Masculino <input checked="" type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/>	FRANCICLEIDE TRIGUEIRO
11 - TELEFONE DE CONTATO	12 - ENDEREÇO (RUA, Nº, BAIRRO)
83	GONCALVES DIAS, 596, MONTE CASTELO
13 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA	14 - CÓDIGO MUNICIPAL
Campina Grande	250400
15 - UF	16 - CEP
PB	58400002
JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO	
17 - PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS	
Paciente vítima de queda de moto com trauma no ombro (D)	
18 - CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO	
Necessidade de cirurgia	
19 - PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNÓSTICAS (RESULTADOS DE EXAMES REALIZADOS)	
Exame + Raios-x	
20 - DIAGNÓSTICO INICIAL	21 - CID 10 PRINCIPAL
Lesão Acromioclavicular Direita	
PROCEDIMENTO SOLICITADO	
24 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO	25 - CÓDIGO DO PROCEDIMENTO
Intervenção Hospitalar	
26 - CLÍNICA	27 - CARACTER DA INTERNAÇÃO
	02
28 - DOCUMENTO (X) CNES () CPF	29 - Nº DO DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSISTENTE
	980016296973832
30 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSISTENTE	31 - DATA DA SOLICITAÇÃO
JOSÉ RENNA GOMES DA SILVA	28/10/2017
32 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO)	
PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIAS)	
33 - () ACIDENTE DE TRÂNSITO	36 - CNPJ DA SEGURADORA
34 - () ACIDENTE TRABALHO TÍPICO	37 - Nº DO BÔNUS
35 - () ACIDENTE TRABALHO TRAJETO	38 - SÉRIE
39 - CNPJ EMPRESA	40 - CNAE DA EMPRESA
41 - CBOR	
42 - VÍNCULO COM A PREVIDÊNCIA	
() EMPREGADO () EMPREGADOR () AUTÔNOMO () DESEMPREGADO () APOSENTADO () NÃO SEGURADO	
AUTORIZAÇÃO	
43 - NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR	44 - COD. ORGÃO EMISSOR
45 - DOCUMENTO () CNES () CPF	46 - Nº DO DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR
47 - DATA DA AUTORIZAÇÃO	48 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO)
/ /	
49 - Nº DA AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR	


COMPREV PREVIDENCIA S/A
 20 JUL. 2018
PROTOCOLO
AG. JOÃO PESSOA



Diagnóstico

UNTOP 1
1244 724

FOLHA DE TRATAMENTO E EVOLUÇÃO MÉDICA

PRE OP OK

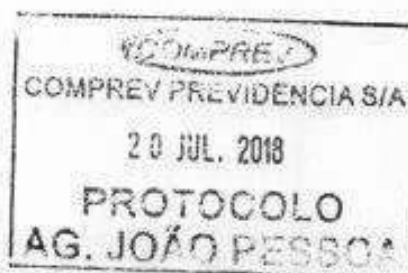
LAC D

LEITO 10-85

AUGUSTO TRIGUEIRO DOS SANTOS, 26

[illegible]

1905-06

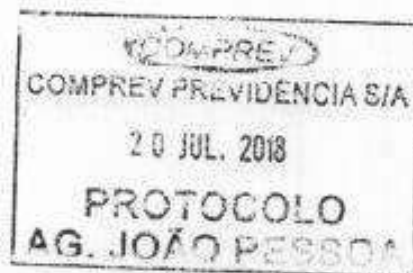


FOLHA DE TRATAMENTO E EVOLUÇÃO

DIAGNÓSTICO

LAC 0.

Paciente	Alimentação	Leito	Convênio
Augusto Triguero	10	03	
Data	Prescrição Médica	Horário	Evolução Médica
30/12	1. Dieta 2. 100mg 50/24h 3. Dipirona 02ML + AD EV 06h 4. Tramadol 20mg + AD EV 12/12h 5. Omeprazol 40mg EV/sem 6. Tylenol 100mg - 150mg SP 04h EV 24h 7. Nauseopon 03 FA + AD EV 2/12h 8. Clonazepam 40mg SC/dia 9. 30V + 050h	10h 12h 14h 16h 18h 20h 22h 24h	REG 10h Col. VPM Aprovado cirurgia
Heliomar Barros de Almeida MEDICINA INTERNA			
Heliomar Barros de Almeida MEDICINA INTERNA			



Diagnóstico

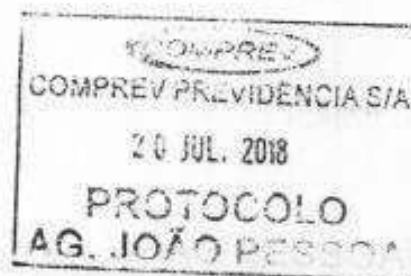
LAC da Duchessa (D)

FOLHA DE TRATAMENTO E EVOLUÇÃO

78 §

[illegible]

4. y de Pavia Cámara
J. MEDA E. TRIN. 1999-2000
CAMBIO 31/501



ENCAMINHAMENTO

ENCAMINHO O PACIENTE AUGUSTO TRIGUEIRA DOS SANTOS, 26 ANOS, VÍTIMA DE ACIDENTE DE MOTO HÁ MAIS OU MENOS 2 HRS. REFERINDO DOR EM REGIÃO DE OMBRO E HEMITORAX DIREITO. ESTAVA EM USO DE CAPACETE. NEGA VÔMITOS E PERCA DE CONSCIÊNCIA.

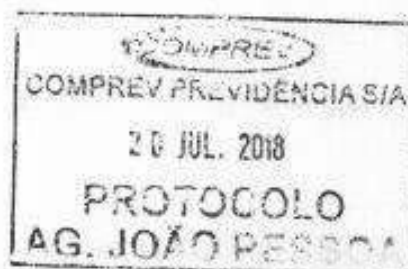
HD: LUXAÇÃO DE OMBRO DIREITO?

A ORTOPEDIA, HOSPITAL DE TRAUMA

Dr. Fernanda Luzena da Rocha
MÉDICA
CRM-PB 9916

ATENCIOSAMENTE,

CAMPINA GRANDE, 28 DE OUTUBRO DE 2017





DATA: 02/11/2017
HORA: 08:37:53




2262520*

Prontuário	Nome do Paciente	Nascimento	Idade	Sexo	Cor	Naturalidade	Religião
210778	AUGUSTO TRIGUEIRO DOS SANTOS	08/05/1991	26	M			
Estado Civil	CPF	RG	Grau de Instrução				
	132.853.927-03	3797681					
Filiação	Mãe	Fone Residencial					
	FRANCILEIDE TRIGUEIRO DOS SANTOS	Fone Trabalho					
Endereço	Complemento Endereço						
R. GONÇALVES DIAS 596 - N. BRASÍLIA, CAMPINA GRANDE-PB CEP 58103430							

Atendimento	Data	Hora	Sector	Validade	Nº Carteira	Nº CNS
2262520	02/11/2017	08:32	3009-SECRETARIA CONVENIOS			
Médico Atendente	Tipo Atendimento					
2105-RAILTON MARINHO DA COSTA	5-INTERNAÇÃO CIRURGICA					
Piano / Convênio	Motivo Atendimento					
37-PACOTE3-PACOTE	4-INTERNAÇÃO URGÊNCIA					

Posto	Acomodação	Leito
AUX. MARIA DAS NEVES 1 ANDAR	201023 APARTAMENTO O 86	AP88-1
Guia	Procedimento	
INTERNACAO	9994666 INTERNACAO	



210778

TERMO DE RESPONSABILIDADE

O paciente (ou responsável). Sr(a) AUGUSTO TRIGUEIRO DOS SANTOS, aqui designado da pleia de autorização ao seu médico assistente para fazer as investigações necessárias ao diagnóstico, e executar tratamentos, operações, anestésias, procedimentos, exames, coletas, e quaisquer outras medidas que venham de encontro às necessidades clínicas e cirúrgicas do caso, bem como comprometer-se a respeitar as instituições que lhe forem indicadas, inclusive quanto a imprevistos oriundos da eventual internação, não se abstenha de dar orientações necessárias.

Ao(a) cliente das complicações inerentes ao ato cirúrgico abaixo.

CAMPINA GRANDE, 02 de Novembro de 2017

POLLIANA SILVA DOS SANTOS
Responsável pelo Atendimento

AUGUSTO TRIGUEIRO DOS SANTOS
Responsável pelo Paciente

PROB-SANGUE

COLETA REALIZADA

COM. REV. PREVIDENCIA S/A
20 JUL. 2018
PROTOCOLO
002 PESSOA

Responsável: AUGUSTO TRIGUEIRO DOS SANTOS
Endereço: R GONÇALVES DIAS, 596 Bairro N BRASÍLIA, CAMPINA GRANDE-PB
Telefone: 98704-1422



EVOLUÇÃO DE ENFERMAGEM

NOME: Augusto T. dos Santos IDADE: 26
 SEXO: HN LEITO: 88 MEDICO: Dr. Ralton

DATA: 03/11/17

MANHÃ

Paciente melhor estável, instável emotivo, recebeu alta hospitalar às 10:30'

[Assinatura]
 NOME: Augusto T. dos Santos
 R. 88

TARDE

NOITE

COMPREV
 COMPREV PREVIDENCIA S/A
 20 JUL. 2018
 PROTOCOLO
 AG. JOÃO PESSOA



EVOLUÇÃO DE ENFERMAGEM

NOME: Augusto Targem

ALIA: MR

LEITO: 886

MÉDICO: Dr. Raiton

IDADE: 26

DATA: 02/11/17

MANHÃ

Paciente admitido, procedente da emergência, consciente e orientado, colado exames laboratoriais, nixa alergia, data zus, aguarda procedimento cirúrgico.

[Assinatura]
TÉCNICO DE ENFERMAGEM
COREN PB 846306

TARDE

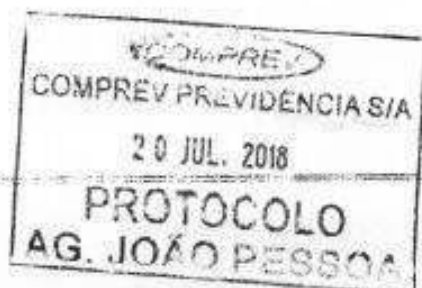
Paciente avaliado em P.O.T realizado RX de controle, medicado com dieta libera da após efeito anestésico segue consciente orientado afebre normalizado segue aos cuidados da enfermagem

[Assinatura]
Téc. de Enfermagem
COREN PB 846306

NOITE

Pac. avaliado estável acordado anulado repouso e apêndice segue aos cuidados da enfermagem.

[Assinatura]
Téc. de Enfermagem
COREN PB 846306



PRESCRIÇÃO MÉDICA

NOME: Augusto Targino dos Santos

ALA: NU

LEITO: 88.6

CONVÊNIO: Poete

DIAGNÓSTICO:

DATA: 03/11/17

MEDICAMENTOS	HORÁRIO
63/11/17	
Amor hco	
S. Kouroua 100	
Cefixima 100	
Diphen 100	
Folafel 90 010	07/30
Amor 100	07/30
CURASTYL	

EVOLUÇÃO MÉDICA

Paciente em 12 fsc 5
P.O. monitor

[Handwritten signature]

COMPRESSO PREVIDÊNCIA S/A
20 JUL. 2018
PROTOCOLO
AG. JOAO PEREIRA



PRESCRIÇÃO MÉDICA

VOME: Augusto Trigueiro dos Santos

ALA: MN

LEITO: 88-1

CONVÊNIO: Parto

DIAGNÓSTICO:

DATA: 02/11/17

MEDICAMENTOS	HORÁRIO			
<u>02/11/17</u>				
<u>Duix 200</u>				
<u>S. P. 1000</u>				
<u>Cefotaxima 1x IV 600</u>	<u>11</u>	<u>23</u>		
<u>Alumina 10610</u>	<u>11</u>	<u>24</u>	<u>1</u>	
<u>Alumina 10610</u>	<u>11</u>	<u>25</u>	<u>1</u>	
<u>Alumina 10610</u>	<u>11</u>	<u>26</u>		
<u>Duix 1000</u>				
<u>Alumina 10610</u>	<u>11</u>			
<u>Alumina 100 1x IV 818 (SN)</u>				
<u>Alumina 100 1x IV 818 (SN)</u>				
<u>Alumina 100 1x IV</u>				
<u>Alumina 100</u>				

Railton Marinho Costa
CRM-PB 3906

COMPREV PREVIDÊNCIA S/A

20 JUL 2018

PROTOCOLO

AG. JOÃO PESSOA

EVOLUÇÃO MÉDICA

Paralelo com lúmen
Alumina clareado
Alumina 100 1x IV 818 (SN)
Alumina 100 1x IV 818 (SN)
Alumina 100 1x IV
Alumina 100

02/11/17

Alumina

Alumina

Alumina



DESCRIÇÃO CIRÚRGICA

NOME DO PACIENTE: *Augusto Figueira Sales*
Nº DO PRONTUÁRIO: *21117* Nº DO ATENDIMENTO:
DATA DA OPERAÇÃO: *2 / 11 / 17* ENFERMARIA: LEITO:
OPERADOR: *Wilton*
1º AUXILIAR: 2º AUXILIAR:
3º AUXILIAR: INSTRUMENTADOR:
ANESTESISTA: *Valmir* TIPO DE ANESTESIA:
DIAGNÓSTICO PRÉ-OPERATÓRIO: *Doença de Alzheimer*
TIPO DE OPERAÇÃO: *Prost. de quadril esquerdo*
DIAGNÓSTICO PÓS-OPERATÓRIO: *Doença de Alzheimer*

RELATÓRIO IMEDIATO DA PATOLOGIA:

EXAME RADIOLÓGICO NO ATO:

ACIDENTE DURANTE A OPERAÇÃO:

COMPREV
COMPREV PREVIDENCIA S/A
20 JUL 2013
PROTOCOLO
AG JOAO PESSOA

RELATÓRIO DE OPERAÇÃO

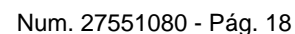
RELATÓRIO DE OPERAÇÃO

VIA DE ACESSO: TÁTICA E TÉCNICA - LIGADURAS - DRENAGEM - SUTURA - MAT. EMPREGADO - ASPECTO - VICERAS

semelhante ao corpo
sempre suco
com o H.A.C.
no H.A.C.
H.A.C.
seco sempre de H.A.C.
suco com sangue fresco
fuguetas do musculo
sempre
com o
furo de H.A.C.



COMPREV PREVIDENCIA S/A
20 JUL. 2018
PROTOCOLO
AG. JOÃO PESSOA



BOLETIM DE ANESTESIA

1^a Via Brocca - Hospital
2^a Via Amarella - Ayem-Mobila
3^a Via Roua - Fattarantala
4^a Via Amd - Chingolde

[illegible]

COMPREV
COMPREV PREVIDENCIA S/A
20 JUL. 2018
PROTOCOLO
AG. JOAO...

PACIENTE: Augusto Trigueiro dos Santos
CONVÊNIO: Particular SUS ☐ PRONTUÁRIO: 210778-2262520
DATA: 02.10.17 CIRURGIA: Fratura de clavícula
CIRURGIÃO: Dr. Raitton
AUXILIAR: _____
ANESTESISTA: Dr.ª Vagnera
CIRCULANTE: Diego N.º CARTE: Sala 09 HORÁRIO: INÍCIO: 15.30 FINAL: 16.30

COD.	MEDICAMENTO	QUANT.
1880	ÁGUA DESTILADA	04
28819	RANTIDINA	
2870	ATROPINA	
2020	DIPIRONA	0250
70181	PROSTIGMINE	
2062	METOCLOPRAMIDA	
1961	EFEDRINA	
4286	GARAMICINA	
5304	DEXAMETASONA	01
5398	HEPARINA	
1929	ARAMIN	
1899	AMINOFILINA	
70971	TRANSAMIN	
70033	NAUSEDRON	01
70572	TILATIL 40mg	
5380	HIDROCORTISONA	
5339	FENERGAN	
2038	FUROSEMIDA	
4650	CEFALOTINA 1g	02
70238	QUELICIM	
1872	ADRENALINA	
5673	DOPAMINA	
2003	CLORETO DE SÓDIO	
1910	CLORETO DE POTÁSSIO	
2046	GLICOSE 50%	
1767	CEFTRIAXONA	
70335	SOLU-MEDROL 500mg	
1902	BICARBONATO DE SÓDIO	
2454	GLUCONATO DE CÁLCIO	
403792	TORADOL	
4855	DICLOFENACO SÓDICO	
COD.	PSICOTRÓPICOS	QUANT.
73210	TRAMAL	
46050	FENOBARBITAL	
8805	DIEMPAK 10mg	
3034	DIMORF 0.2mg	
3026	DIMORF 1.0mg	
3902	DOLANTINA	
8869	HIDANTAL	
69655	DORMONID	01
9962	KETALAR	
70254	ALFENTANILA	
COD.	ANESTÉSICOS	QUANT.
126233	NIMBUM	
2216	PANCURON	
82031	PROPOFOL	01 ml
3042	PENTANIL	
79548	TRACUR	
8834	HALOTANO	
128872	SEVORANO	
2780	ISOFLURANO	
8958	TIOPENTAL	
2160	NEOCAINA 0,5% CV	
70750	NEOCAINA 0,5% SV	
9024	NILPERIDOL	
-----	TOMIDATO	

COD.	MATERIAL	QUANT.
9991	LIDOCAINA GELEIA	
2119	LIDOCAINA 2% S/V	01
2891	LIDOCAINA 2% C/V	
1996	NEOCAINA PESADA	
COD.	MATERIAL	QUANT.
	AGULHA RAQUI N°	
	DRENO PENROSE N°	
	DRENO TÓRAX N°	
	AGULHA PERIDURAL N°	
40012	AGULHA DESCARTÁVEL N°	04
	ESCOVA DESCARTÁVEL	02
25X12	COMPRESSAS 5x5	04
	CATETER PERIDURAL N°	
2356	BOLSA COLOSTOMIA	
138096	CATETER OXIGÊNIO	01
22381	COLETOR URINA FECHADO	
27880	COLETOR URINA ABERTO	
59587	ELETRODO	05
2585	EQUIPO MACROGOTAS	01
2577	EQUIPO MICROGOTAS	
69752	MICROPOR LARGO	
3379	MICROPOR FINO	
	JELCO N° 18	01
	LÂMINA BISTURI N° 24	01
	DRENO SUÇÃO N°	
2259	ALGODÃO HIDRÓFILO	06
9113	ALGODÃO ORTOPÉDICO	
	ATADURA GESSADA	
3700	SERINGA DE 03cc	
3689	SERINGA DE 10cc	03
3719	SERINGA DE 05cc	02
3697	SERINGA DE 20cc	03
341797	SERINGA DE 60cc (Bico Longo)	01
3735	SERINGA DE 01cc	
	SCALPS N° 21	02
	SONDA FOLEY N°	
4081	TORNEIRA 03 VIAS	
	SONDA NELATON	
	SONDA RETAL	
2615	ESPARADRAPO	6cm
3468	INTRA-CATH	
20117	FITA GLICEMIA	
60917	GILETE	
	TUBO ENDOTRAQUEAL N°	
	ATADURA CREPOM N° 10	02
	GNEDEL N°	
40126	LUVAS 7.5	02
3522	LUVAS 8.0	
149870	LUVAS 8.5	
	SONDA NSG	
3425	GELFOAM	
2500	GAZES 07x07cm	15P.
3549	LUVA PROCEDIMENTO	04P.
3417	GEL CONDUTOR	5cm
53937	SURGICEL	
	CÂNULA TRAQUEOSTOMIA N°	

COD.	FIOS	QUANT.
	ACIFLEX N°	
	ETHIBOND N°	
0430	MONONYLON N° 20	02
	CROMADO S/A N°	
0440	CROMADO C/A N° 1	01
0490	VICRYL N° 1	02
	MONOCRYL N°	
	PROLENE N°	
	ALGODÃO C/A N°	
	ALGODÃO S/A N°	
3360	FITA CARDIACA	
COD.	SOLUÇÕES	QUANT.
149217	ALCOOL	24ml
2631	ÉTER	24ml
3641	PVPI TÓPICO	
3003	PVPI DEGERMANTE	
2330	ÁGUA OXIGENADA	
4111	VASELINA	
304000	CLOREXIDINA Alcool 90ml	
COD.	GASES HOSPITALARES	QUANT.
	AR COMPRIMIDO	
	OXIGÊNIO	24ml
	OXÍDO NITROSO	
	VÁCUO	
	NITROGÊNIO	
	APARELHOS	
	BISTURI ELÉTRICOS	10
	CAPNOGRAFO	
	MICROSCÓPIO CIRÚRGICO	
	MONITOR CARDÍACO	10
	OXÍMETRO DE PULSO	10
	ASPIRADOR ELÉTRICO	
COD.	SOROS	QUANT.
	SORO FISIOLÓGICO 500ml	02
	SORO GLICOSADO 500ml	
	SORO RINGER 500ml	02
	HISOCAL	
	MANITOL	
COD.	OUTROS	QUANT.
	Betula	01
	agulhas de soro	02
	Fio de linchman N° 20	02
	Fio de Cefalugo	01

COMPREV PREVIDENCIA S/A
20 JUL. 2018
PROTOCOLO
AG. JOÃO PESSOA



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE HABITAÇÃO
FABRIL NACIONAL DE HABITAÇÃO

NOME: AUGUSTO TRIGUEIRO DOS SANTOS

RG: 3797661 SSP PB

CPF: 132.853.927-03 DATA NASCIMENTO: 06/05/1991

ENDEREÇO: FRANCICLEIDE TRIGUEIRO DOS SANTOS

RENHA: RENHA ACU CADRA: ALL

Nº PROTOCOLO: 05173466313 VALOR: 30/03/2021 1ª ANOTAÇÃO: 30/03/2011

OBSERVAÇÕES:

Assinatura: *Augusto Trigueiro dos Santos*

LOCAL: CAMPINA GRANDE, PB DATA EMISSÃO: 01/04/2016

48640160189
PB032376090

1169458290

COMPREV
COMPREV PREVIDENCIA S/A
20 JUL. 2018
PROTOCOLO
AG. JOÃO PESSOA



Consulte a autenticação em <http://www.digital.igp.jus.br>

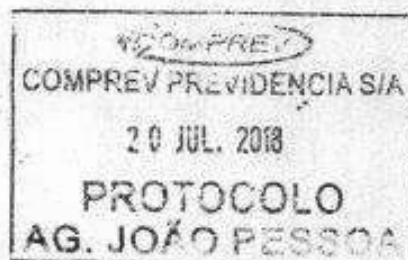
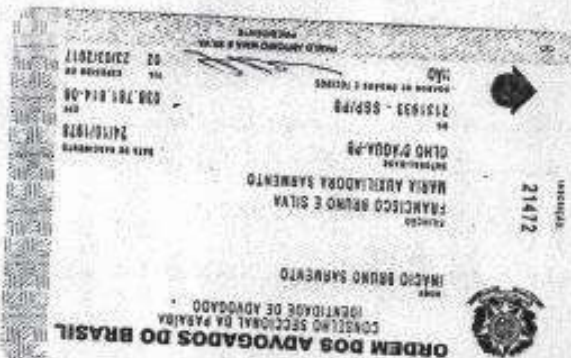
Rua Marquês do Maranhão, 33 - Centro-Fone: 3341-6035

CNPJ: 09.365.745/0001-76

Enl. Foz de Iguaçu de Luces

Certifico a autenticidade da cópia fotostática
é a Reprodução Fiel do Original que me foi exibido
Campina Grande 28.06.13

Bel. Pedro Oliveira de Lucena
Tabelião



INFORMAÇÕES SOBRE O VEÍCULO

NPX2558

2017

ALEX JUNIOR DA

Imprimir Consulta

NPX2558

PASSA / MOTOCICLET

ALCO/GASOL

HONDA/CG 150 TITAN
MIXES

2010 2010

PARTICULAR VERMELHA

31/10/2018

Último Licenciamento: 2017

Proprietário: ALEX JUNIOR DA

Placa: NPX2558

Combustível: ALCO/GASOL

Marca/Modelo: HONDA/CG 150 TITAN
MIXES

Espécie/Tipo: PASSA / MOTOCICLET

Ano de Fabricação: 2010

Ano Modelo: 2010

Categoria: PARTICULAR

Cor Predominante: VERMELHA

Vencimento Licenciamento: 31/10/2018

Observação:

Restrição:

Financeira:

Município: CAMPINA GRANDE

Situação: EM CIRCULACAO

Data da Consulta: 13/07/2018

CAMPINA GRANDE

13/07/2018



PROCURAÇÃO

OUTORGANTE

NOME:	Augusto Trigueiro dos Santos
NACIONALIDADE:	Brasileiro
PROFISSÃO:	Seguradora
IDENTIDADE:	3797687
ENDEREÇO:	gançalves diaz n: 596

OUTORGADO

NOME:	Inácio Bruno Sarmiento
NACIONALIDADE:	Brasileiro
PROFISSÃO:	Advogado OAB/PB-21472
IDENTIDADE:	2131933 CPF: 056781-814-06
ENDEREÇO:	Rua Dinâmica Afonso Costa - 1010 Top 02 - Campina Grande - PB

Pelo presente instrumento Particular de Procuração, nomeio e constituo meu bastante procurador e outorgado, acima qualificado, a quem confio poderes para representar-me perante as SEGURADORAS que constitui o CONSÓRCIO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT.

Campina Grande, 03 de julho de 2018.

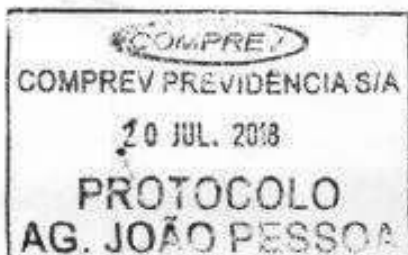
LOCAL E DATA

5º Ofício

Augusto Trigueiro dos Santos

ASSINATURA DO OUTORGANTE

(RECONHECER FIRMA POR AUTENTICIDADE)



Regina França dos Santos
SUBSTITUTA



Rio de Janeiro, 24 de Julho de 2018

Aos Cuidados de: **AUGUSTO TRIGUEIRO DOS SANTOS**

Nº Sinistro: **3180334218**
Vítima: **AUGUSTO TRIGUEIRO DOS SANTOS**
Data do Acidente: **28/10/2017**
Cobertura: **INVALIDEZ**
Procurador: **INACIO BRUNO SARMENTO**

Assunto: EXIGÊNCIA DOCUMENTAL

Senhor(a),

Após a análise dos documentos apresentados no sinistro cadastrado sob o **número 3180334218**, identificamos a necessidade de regularizar a documentação apresentada, conforme a seguir:

- Comprovante de residência não conclusivo

A documentação deve ser entregue na **COMPREV SEGURADORA S/A**, onde o aviso de sinistro foi registrado, juntamente com cópia desta correspondência.

O prazo regulamentar de 30 dias para análise do pedido da indenização do Seguro DPVAT foi **interrompido** e terá sua contagem reiniciada a partir da entrega da documentação complementar na seguradora acima indicada.

Caso a documentação não seja entregue em até 180 dias, a contar do recebimento desta correspondência, ou não haja qualquer manifestação sua por escrito neste prazo, **o seu pedido de indenização será negado por ausência de comprovação documental**. Providencie a documentação o quanto antes para comprovar o seu direito à indenização do Seguro DPVAT.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 00647/00648 - carta_03 - INVALIDEZ



Carta nº 13137168



Rio de Janeiro, 08 de Agosto de 2018

Aos Cuidados de: **AUGUSTO TRIGUEIRO DOS SANTOS**

Nº Sinistro: **3180334218**

Vítima: **AUGUSTO TRIGUEIRO DOS SANTOS**

Data do Acidente: **28/10/2017**

Cobertura: **INVALIDEZ**

Procurador **INACIO BRUNO SARMENTO**

Assunto: NEGATIVA TÉCNICA - SEM SEQUELAS

Senhor(a),

Após a análise dos documentos apresentados no seu pedido de indenização (sinistro número **3180334218**), esclarecemos que não foram identificadas sequelas permanentes em razão do acidente ocorrido em **28/10/2017**. Por esse motivo, o seu pedido de indenização foi **negado**.

Qualquer dúvida, é só ir até o nosso site **www.seguradoralider.com.br**, ou ligue através do telefone **0800 022 12 04** (ligação gratuita) ou **0800 022 12 06** que atende apenas aos deficientes auditivos e de fala. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 01057/01068 - carta_04 - INVALIDEZ



Carta nº 13210277





AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE SINISTRO - CRÉDITO EM CONTA E REGISTRO DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS PESSOA FÍSICA - CIRCULAR SUSEP 445/12

Para mais esclarecimentos, acesse o site <http://www.seguradoralider.com.br> ou ligue para o SAC DPVAT 0800 0221204 ou 0800 221206 (exclusivo para pessoas com deficiência auditiva)

INFORMAÇÕES PARA PREENCHIMENTO:

É necessário o preenchimento completo de todos os campos com os dados do **BENEFICIÁRIO** ou do **REPRESENTANTE LEGAL**, sem rasuras, para correta análise do seu pedido de indenização. Dados incompletos ou incorretos impedem o banco de creditar o pagamento.

A conta informada precisa ser de titularidade do **BENEFICIÁRIO** ou do **REPRESENTANTE LEGAL**, deve estar regularizada, ativa, desbloqueada e sem impedimento para o crédito de indenização/reembolso.

É obrigatório Representante Legal para:

Beneficiário entre 0 a 15 anos (pai, mãe, tutor) ou o Incapaz com curador. O formulário deverá ser preenchido com os dados do Representante Legal (Pai, Mãe, Tutor ou Curador). Apenas o Representante Legal precisará assinar o formulário (no campo 2 - "Assinatura do Representante Legal").

Beneficiário entre 16 e 17 anos - Necessário que o Beneficiário seja assistido por seu Representante Legal (Pai, Mãe, Tutor). O formulário deverá ser preenchido com os dados do Beneficiário. Necessário que o formulário seja assinado pelo menor de idade (no campo 1 "Assinatura do Beneficiário") e seu Representante Legal (campo 2 "Assinatura do Representante legal").

Número do Sinistro ou ASL

CPF da Vítima

132.853.927-03

Nome completo da vítima

Augusto Inguineiro dos Santos

DADOS DO RECEBEDOR DA INDENIZAÇÃO: BENEFICIÁRIO OU REPRESENTANTE LEGAL

Nome completo	CPF titular da conta	Profissão
Augusto Inguineiro dos Santos	132.853.927-03	Seguradora
Endereço	Número	Complemento
Rua Generalistas dia	546	
Bairro	Cidade	CEP
Monte Castelo	Companhia Grande	58066-000
E-mail	Estado	Telefone (DDD)
maeio.bruno.adu@gmail.com	PR	83.3334/239

Declaro, sob as penas da lei e para fins de prova de residência junto a Seguradora Líder - DPVAT, residir no endereço acima. Segue, em anexo, cópia do comprovante de residência do endereço informado.

FAIXA DE RENDA MENSAL E DADOS BANCÁRIOS

<input checked="" type="checkbox"/> RECUSO INFORMAR	<input type="checkbox"/> SEM RENDA	<input type="checkbox"/> ATÉ R\$ 1.000,00	<input type="checkbox"/> R\$ 1.001,00 ATÉ R\$ 3.000,00
<input type="checkbox"/> R\$ 3.001,00 ATÉ R\$ 5.000,00	<input type="checkbox"/> R\$ 5.001,00 ATÉ R\$ 7.000,00	<input type="checkbox"/> R\$ 7.001,00 ATÉ R\$ 10.000,00	<input type="checkbox"/> ACIMA DE R\$ 10.000,00
<input type="checkbox"/> CONTA POUPOANÇA (Somente para os bancos abaixo. Assinale uma opção)		<input checked="" type="checkbox"/> CONTA CORRENTE (todos os bancos)	
<input type="checkbox"/> BRADESCO (237) <input type="checkbox"/> BANCO DO BRASIL (001) <input type="checkbox"/> ITAÚ (341)		BANCO	
<input type="checkbox"/> CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (104)		Nome	
AGÊNCIA		Banco do Brasil	
NRQ		NRQ	
D/V		D/V	
(Informar dígito se existir)		(Informar dígito se existir)	
CONTA		CONTA	
NRQ		NRQ	
D/V		D/V	
(Informar dígito se existir)		(Informar dígito se existir)	

Declaro que os dados bancários são de minha titularidade e, comprovada a cobertura securitária para o sinistro, autorizo a Seguradora Líder a efetuar o pagamento da indenização do Seguro DPVAT, mediante o crédito na referida agência e conta. Após efetivado o crédito, reconheço e dou plena quitação do valor indenizado.

E. Grande 13 de julho de 2018

Local e Data

Augusto Inguineiro dos Santos

Campo 1 - Assinatura do Beneficiário

Campo 2 - Assinatura do Representante Legal

FAPPE.001 V001/2017





BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Nº00172.01.2018.2.00.420

OCORRÊNCIA(S)

Suposto(s) Autor(es):

Tipificação 1: LESÃO ACIDENTAL DE TRÂNSITO

Data da Ocorrência: 28/10/2017

Hora: 13:58:00

Forma da Comunicação: Verbal

Endereço: Sítio Gravatá dos Trigueiros, [Indeterminado], Queimadas, PB.

Ponto de referência: Perto das Piscinas de Mário

PARTE(S)

VITIMA

Nome: Augusto Trigueiro dos Ramos

Conhecido por: Não informado

Filiação: Francicleide Trigueiro dos Santos e Não Declarado

Idade: 27

Data de Nascimento: 08/05/1991

Identidade de Gênero: masculino

Nacionalidade: brasileira

Naturalidade: Campina Grande

Estado Civil: casado(a)

Escolaridade: Ensino médio completo

Profissão: Segurança

Cargo: Não informado

Matrícula: Não informado

Documentos(s) de Identificação: CPF nº 132.853.927-03

Endereço: Rua Gonçalves Dias, 596, Monte Castelo, Campina Grande, PB

Complemento: Não informado

Ponto de referência: Perto do Pé de Tambor

Telefone: (83) 98704-1422

TESTEMUNHA

Nome: Jair de Araújo Silva

Conhecido por: Não informado

Filiação: Josefa Alexandrina da Silva e João de Araújo Silva

Idade: 40

Data de Nascimento: 07/07/1977

Identidade de Gênero: masculino

Nacionalidade: brasileira

Naturalidade: Campina Grande

Estado Civil: casado(a)

Escolaridade: Ensino fundamental completo

Profissão: Agricultor

Matrícula: Não informado

Cargo: Não informado

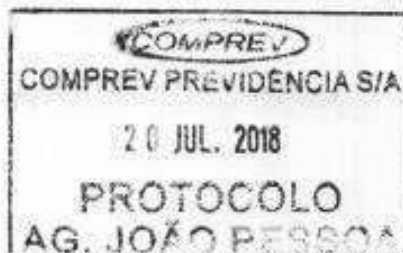
Documentos(s) de Identificação: CPF nº 007.559.804-33

Endereço: Sítio Gravatá, [Indeterminado], Queimadas, PB

Complemento: Não informado

Ponto de referência: Perto das Piscinas de Mário

Telefone: Não informado



Procedimento Policial: 00172.01.2018.2.00.420





TESTEMUNHA

Nome: Giovane de Souza Costa
Conhecido por: Não informado
Filiação: Ana Lúcia de Souza Costa e Gilberto Pereira da Costa
Idade: 21 **Data de Nascimento:** 12/11/1996 **Identidade de Gênero:** masculino
Nacionalidade: brasileira **Naturalidade:** Itabaiana
Estado Civil: casado(a)
Escolaridade: Ensino médio completo **Profissão:** Autônomo
Cargo: Não informado **Matrícula:** Não informado
Documentos(s) de Identificação: CPF nº null
Endereço: Rua Horácio de Souza Cavalcante, 389, Monte Castelo, Campina Grande, PB
Complemento: Não informado
Ponto de referência: Perto da Igreja Católica
Telefone: Não informado

OBJETO(S) ENVOLVIDO(S)

(1) Moto, marca Honda, modelo CG 150 Titan MIXES, tipo de veículo Motocicleta, cor vermelha, ano 2010, placa NPX-2558, chassi 9C2KC1620AR048481, renavam 0022777698-4

DILIGÊNCIAS ADOTADAS/EXAMES REQUISITADOS

HISTÓRICO

Informa o comunicante/vítima, que no dia, hora e local já descritos, conduzia a motocicleta Honda/CG 150 TITAN MIXES, Ano/Modelo 2010/2010, cor vermelha, Placa NPX-2558-PB, Chassi de Nº 9C2KC1620AR048481, licenciada em nome de Alex Júnior da Silva, quando trafegava no Sítio Gravatá dos Trigueiros, Município de Queimadas/PB, momento em que um animal (Cachorro), atravessou na via, tendo o comunicante tentado se desviar do mesmo, tendo perdido o controle de direção da moto, vindo a cair ao solo e sofrido fratura da Clavícula do lado direito, sendo socorrida por populares e encaminhado ao Hospital de Emergência e Trauma, nesta cidade. Na ocasião do acidente o tempo apresentava-se bom, com via seca e boa visibilidade, não se encontrando o envolvido sob a influência de bebidas alcoólicas. Não compareceram os Policiais Militares do CPTRAN, razão pela qual não foi elaborado o Boletim de Acidente de Trânsito.

ADENDOS:

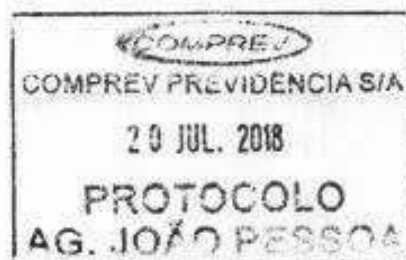
Usuário: Ademir da Costa Vilar

Data e Hora: 11/06/2018 09:07

Delegacia: Delegacia Especializada de Acidentes de Veículos de Campina Grande

Descrição: Por erro de digitação, no presente Boletim onde se ler o nome da vítima Augusto Trigueiro dos Ramos, LEIA-SE AUGUSTO TRIGUEIRO DOS SANTOS. O referido é verdade e dou fé, dato e assino.

Nada mais disse. Encerrado está o presente termo.



Procedimento Policial: 00172.01.2018.2.00.420



SECRETARIA DE ESTADO DA
SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL
Delegacia Geral da Polícia Civil
2ª Superintendência Regional de Polícia Civil
Delegacia Especializada de Acidentes de
Veículos de Campina Grande




**POLÍCIA
CIVIL**
PARAÍBA



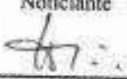
**GOVERNO
DA PARAÍBA**
Secretaria de Estado da
Segurança e da Defesa Social

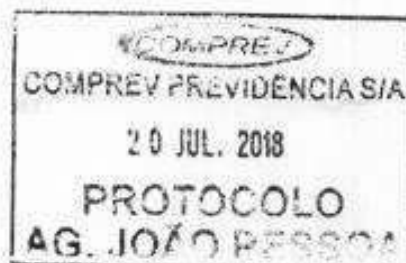


Campina Grande/PB, 06 de junho de 2018,


SEVERINO DE CARVALHO LOPES
Delegado(a) de Polícia Civil


AUGUSTO TRIGUEIRO DOS RAMOS
Noticiante


ADEMIR DA COSTA VILAR
Escrivão de Polícia



Procedimento Policial: 00172.01.2018.2.00.420

3/3



Para mais esclarecimentos, acesse o site <http://www.seguradoralider.com.br> ou ligue para o SAC DPVAT 0800 0221204 ou 0800 0221206 (exclusivo para pessoas com deficiência auditiva e de fala)

INFORMAÇÕES PARA PREENCHIMENTO:

É necessário o preenchimento completo de todos os campos com os dados da VÍTIMA e do seu REPRESENTANTE LEGAL* (caso seja aplicável) sem rasuras. O Representante Legal* é obrigatório para os seguintes casos:

Casos com vítima entre 0 a 15 anos - O Representante Legal é representado pelo pai, mãe ou tutor. Apenas o Representante deverá assinar a declaração no campo 2 ("Assinatura do Representante Legal");

Casos com vítima entre 16 e 17 anos - Neste caso, é necessário que a vítima seja assistida por um Representante Legal (pai, mãe ou tutor). O formulário deverá ser assinado pela vítima menor de idade no campo 1 ("Assinatura da Vítima") e também por seu Representante Legal no campo 2 ("Assinatura do Representante Legal").

Casos com vítima interditada com curador - Neste caso em específico, apenas o Representante Legal deverá assinar a declaração no campo 2 ("Assinatura do Representante Legal").

Nome Completo da Vítima: Augusto Trigueiro dos Santos CPF da Vítima: 13285392-03 Data do Acidente: 28/10/2017

REPRESENTANTE LEGAL DA VÍTIMA

Nome completo do Representante Legal	CPF do Representante legal
Email	Telefone (DDD)

Declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal (IML) para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT (Lei nº 6.194/74), uma vez que:

Assinilar uma das opções abaixo:

- ☐ Não há estabelecimento do IML que atenda a região do acidente ou da minha residência; ou
- ☐ O estabelecimento do IML que atende a região do acidente ou da minha residência não realiza perícias para fins de prova do Seguro DPVAT; ou
- ☒ O estabelecimento do IML que atende a região do acidente ou da minha residência realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do respectivo pedido.

Com o objetivo de permitir o exame do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, para a cobertura de invalidez permanente causada diretamente por veículo automotor de via terrestre, solicito que esta declaração permita o prosseguimento da análise da minha documentação sem a apresentação do laudo do Instituto Médico Legal-IML, concordando, desde já, em me submeter à perícia médica às custas da Seguradora Líder DPVAT para a correta avaliação da existência e aferição do grau da lesão, ou lesões, para os fins do §1º do art. 3º da Lei nº 6.194/74.

Declaro ainda estar ciente de que a autorização para a realização dessa perícia não significa prévia renúncia ao direito de contestá-la, caso discorde do seu conteúdo.

COMPREENSIVEL
COMPREENSIVEL
20 JUL. 2018
PROTOCOLO
AG. JOÃO PESSOA

C. Grande 13 de julho de 2018
Local e Data

Augusto Trigueiro dos Santos
Campo 1 - Assinatura do Beneficiário

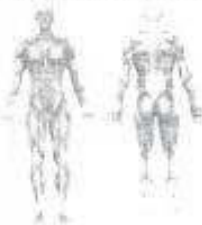
Campo 2 - Assinatura do Representante Legal



GOVERNO
DO PARANÁ SECRETARIA DE SAÚDE
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DORA LUIZ GONZAGA FILIANDINO

ATENDIMENTO URGÊNCIA	
PRONT (R.E) Nº-1532374	CLASS. DE RISCO: AMARELO
HISTÓRIA DE ADOLESCÊNCIA E TRATAMENTO COM USO DE SUBSTÂNCIAS PSICOTRÓPICAS (CHD) Av. Mal. Proença Pinheiro, 4706 - M. J. Maracá - Curitiba - Paraná - PR. CEP: 81242-900 Paciente de Curitiba (R.E) - Alameda 07 Residente - Arthur Nogueira	
PACIENTE: AUGUSTO FREIGUEIRO	CPF: 584.000.1
DOIS SANTOS	RG: 404216
PROFESSOR GONÇALVES ENZO	Matrícula: 527
C. Risco: Categoria 1 (Baixo)	RG: 404216
Nome do Aluno: AUGUSTO FREIGUEIRO	CPF: 584.000.1
Escola: Jambú	Matrícula: 527
Escola: CEF (Curitiba)	CPF: 584.000.1
Matrícula: 527 (Curitiba)	CPF: 584.000.1
Matrícula: 527 (Curitiba)	CPF: 584.000.1

1. DE ACORDO COM O QUE SE ENUNCIA, ASSINALE A RESPOSTA CORRETA.



0.005

QUIMIOTERAPIA:
Superficie corporal lesada +
DIAGNOSTICO / CIP

bioRxiv preprint doi: <https://doi.org/10.1101/154272>; this version posted May 10, 2017. The copyright holder for this preprint (which was not certified by peer review) is the author/funder, who has granted bioRxiv a license to display the preprint in perpetuity. It is made available under aCC-BY-NC-ND 4.0 International license.

HTCG Patent Administration

EXAME FISIOLÓGICO - DADOS CLÍNICOS

GOVERNO DA PARANÁ

INSTITUTO DE SAÚDE DO ESTADO

DE EMERGÊNCIA E TRAUMATISMO LUIZ GONÇALVES FERNANDES

REQUISIÇÃO DE EXAME

NOME: PEREIRA, J. S.

COR: P

PESO: 70

ALTURA: 1,70

CLÍNICA: 1

ENF: 1

LEITO: 1

DADOS: 1

MATERIAL A EXAMINAR:

EXAMES SOLICITADOS: Ex. Urina AP (D) / Ex. Pí

URGÊNCIA: ☐

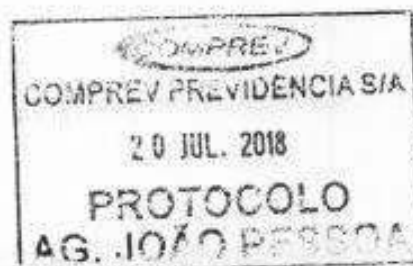
DATA: 28/11/97

ROTINA: ☐

HORA DA SOLICITAÇÃO: 14h

Assinatura do Médico

ASSINATURA E CARIMBO DO MÉDICO



MARIA ZILDA BRITO NOBREGA
RUA DONALDO DAS DAVS 185-VILAS CASTELO
CAMPO GRANDE / MS CEP: 79044-332 (Jd: 401)
Emissão: 08/11/2017 Referência: Nov/2017
Consumo: RESIDENCIAL/RESIDENCIAL 50480200410
Retorno: 3-401-210-4782 50 medidor: 0030800722

energisa
ENERGISA BORBORIMA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Campus DAVS - Residencial - Vila Imbu - Campo Grande / MS - CEP: 79042-700
CNPJ: 06.226.566/0001-95 - Ins. Est. 10.935.528-1

Não Pagar Conta de Energia Pública Nº100.000.000
Cód. para Dto. Autenticação: 8000047193

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 023 0196 Acesse: www.energisa.com.br

Conta referente a Apresentação Data prevista da próxima leitura CPF/ CNPJ/ RANI
Nov / 2017 08/11/2017 07/12/2017 50480200410
Int. Est.

UC (Unidade Consumidora): 4/47119-3

Canal de contato

RECONVOCAÇÃO DA JUSTIÇA ELEITORAL
CADASTRO ELEITORAL
A CERTIFICAÇÃO BIOMÉTRICA É OBRIGATORIA E GRATUITA
O TRIB. REGIONAL ELEITORAL DA PARANÁ ALEIXA QUARTO
AO CADASTRAMENTO. PROCURE UM CARTÃO ELEITORAL
MÁS PRÓXIMO PARA EFETUAR O CADASTRO.

Anterior	Atual	Constante	Consumo	Dias
Data	Letura	Data	Letura	
08/10/17	5717	08/11/17	5925	
Demonstrativo				
Quantidade Tarifas Valor por Consumo Valor por Consumo Valor por Consumo Valor por Consumo				
Tarifa por Consumo Valor por Consumo Valor por Consumo Valor por Consumo				
0001 Consumo em kWh	19.000.000000	72.83	72.83	21
0001 Rót. B / 2 meses	0.00	0.00	0.00	0.00
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS				
0001 CONTAS EM PÚBLICO	0.00	0.00	0.00	0.00
0002 CUSTO DE REGULAÇÃO NORMAL 10/2017	7.42	0.00	0.00	0.00
0004 JUROS DE MORA 09/2017	7.85	0.00	0.00	0.00
0004 JUROS DE MORA 10/2017	0.74	0.00	0.00	0.00
0004 JUROS DE MORA 10/2017	0.00	0.00	0.00	0.00
0005 MULTA 09/2017	7.85	0.00	0.00	0.00
0005 MULTA 10/2017	1.46	0.00	0.00	0.00
0005 MULTA 10/2017	1.27	0.00	0.00	0.00
0005 ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA 09/2017	0.44	0.00	0.00	0.00
0005 ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA 09/2017	0.04	0.00	0.00	0.00
CCH - Carga de Classificação do Rót. TOTAL				
	108.31	50.31	21.88	62.31

Média últimos meses (kWh) 22
VENCIMENTO 26/11/2017
TOTAL A PAGAR R\$ 105,31

Histórico de Consumo (kWh)											
08	108	135	95	79	94	94	9	72	112	103	124
Out/17	Set/17	Ago/17	Jul/17	Jun/17	Maio/17	Abr/17	Mar/17	Fev/17	Jan/17	Dez/16	Nov/16

RECEITA 9952.0204 ecb3 ec44.aa28.0a8a 483f a8cc

Indicadores de Qualidade			
Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)	
DC - MENINO	0.00	100V	220
DC - TRANSMISSÃO	0.00	100V	220
DC - DISTRIBUIÇÃO	0.00	100V	220
DC - ATENDIMENTO	0.00	100V	220
DC - OBRIGADO	0.00	100V	220
DC - OUTROS	0.00	100V	220

Descrição	Valor (R\$)
Serviço de Distribuição de Energia	17.44
Compra de Energia	28.80
Imposto de Transmissão	0.07
Encargos de Operação	7.06
Serviço de Distribuição de Energia	43.00
Outros Serviços	7.94
Total	105.31

ATENÇÃO: Letura confirmada. Faturas em atraso.

BORBORIMA
Retorno: 3-401-210-4782
Atendimento: 47119-2017-11-2

VENCIMENTO 26/11/2017
TOTAL A PAGAR R\$ 105,31

83620000001-3 05310147000-2 00471192017-5 11200401019-8

COMPREV PREVIDENCIA S/A
20 JUL. 2018
PROTOCOLO
AG. JUD. DE FISC. 004





Nota Fiscal/Conta de Energia Elétrica nº 000 000 000 000
Cód. para DDA, A e M: 00000000000000000000

Conta referente a	Apresentação	Data prevista da próxima leitura	CPF/ CNPJ/ RANI
Mar / 2018	23/03/2018	24/04/2018	8833589442

Canal de contato

- Continuamos em nossos arquivos jogando em duplicidade de forma de menor risco. Entretanto, não

Anterior	Atual	Condição	Qualidade
----------	-------	----------	-----------

	VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
Adição (dedução) de horas (R\$)		

Histórico de Consumo (kWh)

[illegible]

(continued)

Indicadores de Qualidade TATIANA DELAVISTA Composição do Orçamento

ATENÇÃO

COMPREV PREVIDENCIA S/A
20 JUL. 2008
PROTOCOLO
AG. JOAO PEDRO



DOCUMENTO PARA PAGAMENTO

Documento sem valor fiscal.

Documento não é segunda-via de conta.

Recibo para simples pagamento da nota fiscal/conta de energia elétrica. Nº 001.359.108



ENERGISA BORBOREMA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
BR 230 - KM 156 - Alça Sudoeste - Três Irmãs - Campina Grande / PB - CEP 58423-700
CNPJ 08.828.596/0001-85 Insc. Est. 18.003.838-1

DADOS DO CLIENTE			CDC - CÓDIGO DO CONSUMIDOR	
MARIA ZILDA BRITO NOBREGA RUA GONCALVES DIAS 595 CAMPINA GRANDE			4/47119-3	
REFERÊNCIA	APRESENTAÇÃO	CONSUMO	VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
JUL/2018	10/07/2018	116	26/07/2018	R\$ 110,20

Acesse: www.energisa.com.br

DADOS DO CLIENTE			CDC - CÓDIGO DO CONSUMIDOR	
MARIA ZILDA BRITO NOBREGA Rota: 03-401-210-4780 53800000001-5 10200147000-8 00471192018-3 07800401019-1			4/47119-3	
VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR	MATRÍCULA	BARRAS	
26/07/2018	R\$ 110,20	47119-2018-07-8		



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 20/01/2020 11:32:09

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20012011320897700000026585346>

Número do documento: 20012011320897700000026585346



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAMPINA GRANDE/PB

Processo: 08007397920198150001

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **AUGUSTO TRIGUEIRO DOS SANTOS**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

LAUDO INCONCLUSIVO

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente.

Na instrução processual, o Nobre Magistrado determinou a realização de perícia médica, a fim de apurar eventuais lesões suportadas pela parte Autora, suas respectivas extensões e o nexos de causalidade entre as supostas lesões e o acidente automobilístico narrado na exordial.

Após análise do laudo pericial de fls., realizado pelo i. *expert*, verifica-se que o **referido exame clínico é incapaz de provar o direito à indenização requerida pela parte autora, VISTO QUE NÃO GRADUA A LESÃO suportada pelo periciando, conforme demonstrado abaixo:**



VI) Segundo o previsto na Lei 11.945 de 4 de junho de 2009 favor promover a quantificação da(s) lesão(ões) permanente(s) que não seja(m) mais susceptíveis a tratamento como sendo gerador(es) de dano(s) anatômico(s) e/ou funcional(s) definitivo(s), especificando, segundo o anexo constante à Lei 11.945/09, o(s) segmento(s) corporal(s) acometido(s) e ainda segundo o previsto no instrumento legal, afirmar a sua graduação:

Segmento corporal acometido:

a) ☐ Total

(Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa a íntegra do patrimônio físico e/ou mental da vítima)

b) ☒ Parcial

(Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas parte do patrimônio físico e/ou mental da vítima).

Em se tratando de dano parcial informar se o dano é:

b.1 ☐ Parcial Completo (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa de forma global algum segmento corporal da vítima).

b.2 ☒ Parcial Incompleto (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um (ou mais de um) segmento corporal da vítima).

b.2.1) Informar o grau de incapacidade definitiva da vítima, segundo o previsto na alínea II, §1º do art. 3º da Lei 6.194/74 com relação introduzida pelo artigo 31 da Lei 11.945/2009, correlacionando o percentual ao seu respectivo dano, em cada segmento corporal acometido.

Segmento anatômico	Marque aqui o percentual			
1ª Lesão <u>ombro direito</u>	<input type="checkbox"/> 10% Residual	<input type="checkbox"/> 25% Leve	<input type="checkbox"/> 50% Média	<input type="checkbox"/> 75% Intensa
2ª Lesão _____	<input type="checkbox"/> 10% Residual	<input type="checkbox"/> 25% Leve	<input type="checkbox"/> 50% Média	<input type="checkbox"/> 75% Intensa
3ª Lesão _____	<input type="checkbox"/> 10% Residual	<input type="checkbox"/> 25% Leve	<input type="checkbox"/> 50% Média	<input type="checkbox"/> 75% Intensa
4ª Lesão _____	<input type="checkbox"/> 10% Residual	<input type="checkbox"/> 25% Leve	<input type="checkbox"/> 50% Média	<input type="checkbox"/> 75% Intensa

Observação: Havendo acordo mais de quatro sequelas permanentes a serem quantificadas, especifique a respectiva graduação de acordo com os critérios ao lado apresentado:

Local e data da realização do exame médico:

CAMPINA GRANDE, 28, 11, 19

Carlos Alberto Figueiredo Filho
Perito Médico
CRM-PB 5379

Dr. Carlos Alberto Figueiredo Filho
Perito Médico – CRM: 5379

Repita-se que o laudo pericial apresentado não deixa claro quanto à ocorrência ou não de invalidez permanente e de incapacidade laborativa decorrentes do acidente de trânsito, deixando o autor de provar que tem direito ao recebimento da indenização pleiteada.

Na hipótese, o perito **não elucida, outrossim, o percentual da redução** estabelecido na tabela anexa à Lei 6.194/74 (alteração pela Lei 11.945/09), a qual estabelece que nos casos de invalidez parcial incompleta, será realizado o enquadramento da perda anatômica ou funcional, quiçá porque o autor ainda encontra-se em tratamento ou a lesão é reversiva, incapaz de deixar sequelas.

Percebe-se, portanto, que a lesão, bem como a respectiva gradação devem ser enquadradas acertadamente, sob pena de haver enriquecimento ilícito por uma das partes que receberá além do valor previsto em lei, ou mesmo ser uma delas prejudicada com o pagamento por uma lesão menor que a de fato apresentada.

Assim, **por se tratar de ônus que cabe a parte autora**, qual seja, de comprovar que restou permanentemente inválida em decorrência do acidente noticiado, quando o autor não junta aos autos documentos capazes de comprovar a lesão decorrida do acidente automobilístico, assim como é imprestável a prova pericial realizada nos autos, outra alternativa não resta a este atendo juízo, senão julgar totalmente improcedente o pedido autoral.

A jurisprudência deste Tribunal é pacífica ao inadmitir indenização quando o autor deixa de provar o ônus que lhe compete, consoante é possível aferir do julgado a seguir listado:

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



“PELAÇÃO. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. ÔNUS DA PROVA. Deve ser julgado improcedente o pedido de cobrança de indenização advinda do seguro obrigatório quando o autor não colaciona aos autos prova hábil do grau da incapacidade advinda da lesão permanente. Incidência da regra descrita no art. 333, I, do CPC.

(TJ-MG - AC: 10116120033158001 MG, Relator: Cláudia Maia, Data de Julgamento: 12/06/2015, Câmaras Cíveis / 14ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 19/06/2015)).”

Não é outro o entendimento do Tribunal de Goiás, *in verbis*:

“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. ÔNUS DA PROVA. FATO CONSTITUTIVO DO DIREITO DO AUTOR NÃO DEMOSTRADO. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO EXORDIAL. PERÍCIA DESIGNADA. NÃO COMPARECIMENTO DO AUTOR. 1- À medida do grau de interesse das partes em comprovar seus fundamentos fáticos, o Código de Processo Civil dividiu o ônus probatório: toca ao autor o ônus de provar o fato constitutivo de seu direito; ao réu, os fatos impeditivos, modificativos e extintivos. 2- Não tendo o autor comprovado o fato constitutivo do seu direito, a improcedência do pedido exordial é medida que se impõe. 3- Regularmente designada perícia médica e, não tendo o autor diligenciado no sentido de comparecer, mesmo regularmente intimado, configura-se seu desinteresse processual na produção de prova que lhe competia. 4 APELAÇÃO CÍVEL CONHECIDA, MAS DESPROVIDA. (TJGO, Apelação Cível nº 01362644320158090011, 4ª Câmara Cível, Relatora: Des. Elizabeth Maria da Silva, Julgado em 15/09/2016).”

Portanto, não tendo a parte autora se incumbido de provar fato constitutivo de seu direito, ônus este que lhe cabe, deve a presente demanda ser julgada **IMPROCEDENTE**, com fulcro no art. 487, I, do Código de Processo Civil.

Outrossim, caso não seja este o entendimento do Douto Juízo, requer a intimação do ilustre perito para esclarecer a graduação da lesão acometida à parte autora.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

CAMPINA GRANDE, 27 de dezembro de 2019.

JOÃO BARBOSA
OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB





PODER JUDICIÁRIO

ESTADO DA PARAÍBA

COMARCA DE CAMPINA GRANDE

2ª VARA CÍVEL

Processo nº 0800739-79.2019.8.15.0001

DESPACHO

Visto etc.

Em razão da inconclusividade da perícia realizada nos autos (ID 26935059), vez que o perito nomeado não demonstrou o percentual da incapacidade, o que faz-se indispensável para a gradação do valor a título de indenização, intime-o para fins de complementação da perícia já realizada, ou ante a impossibilidade, para que seja realizada uma nova.

Cumpra-se, com urgência. Diligências necessárias.



Campina Grande, 7 de abril de 2020.

HUGO GOMES ZAHER

Juiz de Direito







PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
2ª VARA CÍVEL – COMARCA DE CAMPINA GRANDE

Processo nº 0800739-79.2019.8.15.0001

AUTOR: AUGUSTO TRIGUEIRO DOS SANTOS

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

MANDADO DE INTIMAÇÃO

O MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Campina Grande manda o Oficial de Justiça que em seu cumprimento, **INTIME** o **Dr. CARLOS ALBERTO FIGUEIREDO FILHO (Médico)**, Consultório Localizado na rua José de Alencar, nº 441, bairro da Prata (UNILAP), nesta cidade, para tomar ciência do Despacho ID 29688851 (20040711435248300000028568277), para fins de complementação da perícia já realizada, ou ante a impossibilidade, para que seja realizada uma nova.

CUMpra-SE. Dado e passado neste Cartório da 2ª Vara Cível da Comarca de Campina Grande, em 7 de abril de 2020.

Campina Grande, 7 de abril de 2020.

De ordem, SILVIA FERNANDA AIRES BENJAMIN
Técnico(a) Judiciário(a)
[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]

PARA VISUALIZAR A PETIÇÃO INICIAL E DOCUMENTOS ACESSE O LINK:<https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO:

Documentos associados ao processo

Título	Tipo	Chave de acesso
Petição Inicial	Petição Inicial	190118150905
Petição Inicial	Outros Documentos	190118150842



Procuração	Procuração	190118150832
Doc. Pessoais e Comp. de Residência	Documento de Identificação	190118150815
BO e Negativa Administrativa	Outros Documentos	190118150753
Doc. Médica 1	Outros Documentos	190118150740
Doc. Médica 2	Outros Documentos	190118150720
Despacho	Despacho	190525153153
Mandado	Mandado	190531103855
Carta	Carta	190531103856
Contestação	Contestação	190627155048
KIT_SEGURADORA_LIDER-otimizado_1	Procuração	190627155052
KIT_SEGURADORA_LIDER-otimizado_2	Procuração	190627155053
DOCS COMPROBATORIOS-email	Documento de Comprovação	190627155054
CONTESTACAO E SUBS	Outros Documentos	190627155055
Mandado	Mandado	190701151246
Impugnação à Contestação	Petição	190702104712
Impugnação à Contestação	Outros Documentos	190702104713
Mandado	Mandado	190703113654
Mandado	Mandado	190703113656
Petição	Petição	190704092256
Petição de Provas	Outros Documentos	190704092256
AR SEG LIDER	Certidão	190715162948
AR SEG LIDER	Aviso de Recebimento	190715162949
Petição	Petição	190719105337
PETICAO_DE_PROVAS	Outros Documentos	190719105337
Despacho	Despacho	190912183720
Mandado	Mandado	190921132513
Mandado	Mandado	190921132514
Petição	Petição	191009130709
2614452_PETICAO_DE_QUESITOS_JUR_01	Outros Documentos	191009130712
Petição	Petição	191017152109
2614452_JUNTADA_DE_HONORARIOS_PERICIAIS_JUR_01	Outros Documentos	191017152112
2614452_JUNTADA_DE_HONORARIOS_PERICIAIS_JUR_Anexo_02	Outros Documentos	191017152114
Ofício BB	Certidão	191018094938
OFÍCIO BB 0800739	OFÍCIO	191018094939
Mandado	Mandado	191022183813
	Certidão	



Certidão Oficial de Justiça	Oficial de Justiça	191024171514
Dr Carlos Alberto Figueiredo Filho	Devolução de Mandado	191024171517
Perícia designada 28/11	Certidão	191105145824
Ofício perito 0800739	OFÍCIO	191105145824
Mandado	Mandado	191107170542
Mandado	Mandado	191107170542
Mandado	Mandado	191107170543
Certidão Oficial de Justiça	Certidão Oficial de Justiça	191127121656
Laudo pericial	Certidão	191210143440
Laudo Pericial 0800739	Laudo Pericial	191210143441
Mandado	Mandado	191210143906
Mandado	Mandado	191210143907
Petição	Petição	191211152022
Petição de Manifestação de Laudo Pericial	Outros Documentos	191211152023
Petição	Petição	200120113207
2614452_IMPUGNACAO_AO_LAUDO_PERICIAL_JUR_Anexo_02	Outros Documentos	200120113208
2614452_IMPUGNACAO_AO_LAUDO_PERICIAL_JUR_01	Outros Documentos	200120113209
Despacho	Despacho	200407114352



CERTIDÃO

Certifico que em cumprimento ao mandado retro, dirigi-me ao local indicado, e ali sendo, deixei de intimar o Dr. Carlos Alberto F. Filho, em virtude de que fui informado que o referido medico, suspendeu o atendimento presencial.

O referido é verdade. Dou fé.

Campina Grande-PB, 20 de abril de 2020.

Gilton Farias Porto

Oficial de Justiça

Mat. 472101-2



EM ANEXO





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAMPINA GRANDE/PB

Processo: 08007397920198150001

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **AUGUSTO TRIGUEIRO DOS SANTOS**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., em cumprimento ao despacho proferido por este Juízo, apresentar os seus quesitos.

1 - Queira o Sr. Perito informar se há nexo de causalidade entre o acidente narrado na petição inicial e a lesão apresentada pelo autor. Caso haja, informar se da referida lesão resultou invalidez permanente ou temporária;

2 - Queira o Sr. Perito informar se a invalidez permanente é notória ou de fácil constatação;

3 - Queira o Sr. Perito esclarecer quando a vítima teve ciência de sua incapacidade com base nos documentos médicos acostados aos autos;

4 - Queira o Sr. Perito informar se a vítima encontra-se em tratamento ou já se esgotaram todas as possibilidades existentes na tentativa de minimizar o dano;

5 - Queira o Sr. Perito informar se à época do acidente o membro afetado já contava com alguma sequela oriunda de circunstância anterior;

6 - Queira o Sr. Perito informar se a lesão apresenta caráter parcial ou total. Sendo a invalidez parcial incompleta, queira o Ilustre Perito informar o membro afetado e se a redução proporcional da indenização corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, 10% (dez por cento) para as de sequelas residuais, consoante o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74;

7 - Considerando que a tabela inserida à Lei 11.945/09 em três casos faz distinção quando a vítima é acometida por lesão em ambos os membros, seria possível o Sr. Perito indicar adequadamente a média da lesão sofrida nos termos da tabela? Em caso positivo qual seria a gradação (10%, 25%, 50%, 75% ou 100%)?

- Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores;
- Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés;
- Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior;

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



8 - Queira o Sr. Perito esclarecer todo e qualquer outro elemento necessário ao deslinde da causa.

Por fim com fulcro no artigo 5º, LV, da Constituição Federal, requer que após a produção da prova pericial, seja aberto prazo para as partes se manifestarem sobre o laudo, a fim de que não se cause na demanda o cerceamento de defesa, frente ao princípio constitucional do devido processo legal.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

CAMPINA GRANDE, 4 de agosto de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br







PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
2ª VARA CÍVEL – COMARCA DE CAMPINA GRANDE

Processo nº 0800739-79.2019.8.15.0001
AUTOR: AUGUSTO TRIGUEIRO DOS SANTOS
REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

MANDADO DE INTIMAÇÃO - URGENTE

O MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Campina Grande manda o Oficial de Justiça que em seu cumprimento, **INTIME** o **Dr. CARLOS ALBERTO FIGUEIREDO FILHO** (Médico), Consultório Localizado na rua José de Alencar, nº 441, bairro da Prata (UNILAP), nesta cidade, para tomar ciência do Despacho ID 29688851 (20040711435248300000028568277), para fins de complementação da perícia já realizada, ou ante a impossibilidade, para que se j a r e a l i z a d a u m a n o v a .

CUMpra-SE. Dado e passado neste Cartório da 2ª Vara Cível da Comarca de Campina Grande, em 3 de novembro de 2020.

Campina Grande, 3 de novembro de 2020.

De ordem, SILVIA FERNANDA AIRES BENJAMIN
Técnico(a) Judiciário(a)
[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]

PARA VISUALIZAR A PETIÇÃO INICIAL E DOCUMENTOS ACESSE O LINK:<https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO:

Documentos associados ao processo

Título	Tipo	Chave de aces
Petição Inicial	Petição Inicial	190118150905
Petição Inicial	Outros Documentos	190118150842
Procuração	Procuração	190118150832



Doc. Pessoais e Comp. de Residência	Documento de Identificação	190118150815
BO e Negativa Administrativa	Outros Documentos	190118150753
Doc. Médica 1	Outros Documentos	190118150740
Doc. Médica 2	Outros Documentos	190118150720
Despacho	Despacho	190525153153
Mandado	Mandado	190531103855
Carta	Carta	190531103856
Contestação	Contestação	190627155048
KIT_SEGURADORA_LIDER-otimizado_1	Procuração	190627155052
KIT_SEGURADORA_LIDER-otimizado_2	Procuração	190627155053
DOCS COMPROBATORIOS-email	Documento de Comprovação	190627155054
CONTESTACAO E SUBS	Outros Documentos	190627155055
Mandado	Mandado	190701151246
Impugnação à Contestação	Petição	190702104712
Impugnação à Contestação	Outros Documentos	190702104713
Mandado	Mandado	190703113654
Mandado	Mandado	190703113656
Petição	Petição	190704092256
Petição de Provas	Outros Documentos	190704092256
AR SEG LIDER	Certidão	190715162948
AR SEG LIDER	Aviso de Recebimento	190715162949
Petição	Petição	190719105337
PETICAO_DE_PROVAS	Outros Documentos	190719105337
Despacho	Despacho	190912183720
Mandado	Mandado	190921132513
Mandado	Mandado	190921132514
Petição	Petição	191009130709
2614452_PETICAO_DE_QUESITOS_JUR_01	Outros Documentos	191009130712
Petição	Petição	191017152109
2614452_JUNTADA_DE_HONORARIOS_PERICIAIS_JUR_01	Outros Documentos	191017152112
2614452_JUNTADA_DE_HONORARIOS_PERICIAIS_JUR_Anexo_02	Outros Documentos	191017152114
Ofício BB	Certidão	191018094938
OFÍCIO BB 0800739	OFÍCIO	191018094939
Mandado	Mandado	191022183813
Certidão Oficial de Justiça	Certidão Oficial de	191024171514



	Justiça	
Dr Carlos Alberto Figueiredo Filho	Devolução de Mandado	191024171517
Perícia designada 28/11	Certidão	191105145824
Ofício perito 0800739	OFÍCIO	191105145824
Mandado	Mandado	191107170542
Mandado	Mandado	191107170542
Mandado	Mandado	191107170543
Certidão Oficial de Justiça	Certidão Oficial de Justiça	191127121656
Laudo pericial	Certidão	191210143440
Laudo Pericial 0800739	Laudo Pericial	191210143441
Mandado	Mandado	191210143906
Mandado	Mandado	191210143907
Petição	Petição	191211152022
Petição de Manifestação de Laudo Pericial	Outros Documentos	191211152023
Petição	Petição	200120113207
2614452_IMPUGNACAO_AO_LAUDO_PERICIAL_JUR_Anexo_02	Outros Documentos	200120113208
2614452_IMPUGNACAO_AO_LAUDO_PERICIAL_JUR_01	Outros Documentos	200120113209
Despacho	Despacho	200407114352
Mandado	Mandado	200407161117
Devolução de Mandado	Devolução de Mandado	200421132137
Petição	Petição	200806113903
2614452_PETICAO_DE_QUESITOS_02	Outros Documentos	200806113903



CERTIDÃO

Certifico e dou fé que, em cumprimento ao presente Mandado, me dirigi ao endereço declinado, ai sendo, efetuei a devida INTIMAÇÃO de Dr. Carlos Alberto Figueiredo Filho, que ficou ciente, exarou e recebeu a contrafé deste.

O referido é verdade.

Campina Grande, 12/11/2020

CLAYTON DANTAS DE SOUSA

Oficial de Justiça

Mat. 471.369 - 9





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
2ª VARA CÍVEL – COMARCA DE CAMPINA GRANDE



Processo nº 0800739-79.2019.8.15.0001

AUTOR: AUGUSTO TRIGUEIRO DOS SANTOS

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

MANDADO DE INTIMAÇÃO - URGENTE

O MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Campina Grande manda o Oficial de Justiça que em seu cumprimento, **INTIME** o **Dr. CARLOS ALBERTO FIGUEIREDO FILHO** (Médico), Consultório Localizado na rua José de Alencar, nº 441, bairro da Prata (UNILAP), nesta cidade, para tomar ciência do Despacho ID 29688851 (20040711435248300000028568277), para fins de complementação da perícia já realizada, ou ante a impossibilidade, para que seja realizada uma nova. - 08780-7000

CUMpra-SE. Dado e passado neste Cartório da 2ª Vara Cível da Comarca de Campina Grande, em 3 de novembro de 2020.

Campina Grande, 3 de novembro de 2020.

De ordem, **SILVIA FERNANDA AIRES BENJAMIN**

Técnico(a) Judiciário(a)

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]

PARA VISUALIZAR A PETIÇÃO INICIAL E DOCUMENTOS ACESSE O LINK: <https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO:

Documentos associados ao processo

Título	Tipo	Chave de acesso**
Petição Inicial	Petição Inicial	1901181509050900000018209403
Petição Inicial	Outros Documentos	19011815084236400000018209464
Procuração	Procuração	19011815083212600000018209461
Doc. Pessoais e Comp. de Residência	Documento de Identificação	19011815081573000000018209455
BO e Negativa Administrativa	Outros Documentos	19011815075388600000018209448
Doc. Médica 1	Outros Documentos	19011815074026700000018209444
Doc. Médica 2	Outros Documentos	19011815072092200000018209437
Despacho	Despacho	19052515315399400000020854472
Mandado	Mandado	19053110385581500000021006469
Carta	Carta	19053110385614700000021006470
Contestação	Contestação	19062715504837200000021633604
KIT_SEGURADORA_LIDER-otimizado_1	Procuração	19062715505242200000021633609
KIT_SEGURADORA_LIDER-otimizado_2	Procuração	19062715505369800000021633611
DOCS COMPROBATORIOS-email	Documento de Comprovação	19062715505476700000021633615
CONTESTACAO E SUBS	Outros Documentos	19062715505582400000021633620
dado	Mandado	19070115124680200000021697914
Intimação à Contestação	Petição	19070210471295700000021720580

Assinado eletronicamente por: CLAYTON DANTAS DE SOUSA - 12/11/2020 12:12:31

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20111212123158000000034921944>

Número do documento: 20111212123158000000034921944



Impugnação à Contestação	Outros Documentos	19070210471328600000021720582
Mandado	Mandado	19070311365478100000021757351
Mandado	Mandado	19070311365608300000021757352
Petição	Petição	19070409225622200000021790236
Petição de Provas	Outros Documentos	19070409225660200000021790238
AR SEG LIDER	Certidão	19071516294829100000022041575
AR SEG LIDER	Aviso de Recebimento	19071516294905400000022041577
Petição	Petição	19071910533708000000022159536
PETICAO_DE_PROVAS	Outros Documentos	19071910533741400000022159537
Despacho	Despacho	19091218372014300000023611186
Mandado	Mandado	19092113251366700000023838657
Mandado	Mandado	19092113251411700000023838658
Petição	Petição	19100913070961400000024334902
2614452_PETICAO_DE_QUESITOS_JUR_01	Outros Documentos	19100913071236500000024334905
Petição	Petição	19101715210902100000024568251
2614452_JUNTADA_DE_HONORARIOS_PERICIAIS_JUR_01	Outros Documentos	19101715211205000000024568253
2614452_JUNTADA_DE_HONORARIOS_PERICIAIS_JUR_Anexo_02	Outros Documentos	19101715211457200000024568255
Ofício BB	Certidão	19101809493890200000024589357
OFÍCIO BB 0800739	OFÍCIO	19101809493907400000024589360
Mandado	Mandado	19102218381364900000024694933
Certidão Oficial de Justiça	Certidão Oficial de Justiça	19102417151451800000024768070
Dr Carlos Alberto Figueiredo Filho	Devolução de Mandado	19102417151731200000024768418
Perícia designada 28/11	Certidão	19110514582437600000025061937
Ofício perito 0800739	OFÍCIO	19110514582488800000025061941
Mandado	Mandado	19110717054230300000025151812
Mandado	Mandado	19110717054299700000025151813
Mandado	Mandado	19110717054352900000025151814
Certidão Oficial de Justiça	Certidão Oficial de Justiça	19112712165693400000025660504
Laudo pericial	Certidão	19121014344086000000026002861
Laudo Pericial 0800739	Laudo Pericial	19121014344145100000026002866
Mandado	Mandado	19121014390658800000026003260
Mandado	Mandado	19121014390732600000026003261
Petição	Petição	19121115202270200000026043251
Petição de Manifestação de Laudo Pericial	Outros Documentos	19121115202386700000026043255
Petição	Petição	20012011320742900000026585344
2614452_IMPUGNACAO_AO_LAUDO_PERICIAL_JUR_Anexo_02	Outros Documentos	20012011320897700000026585346
2614452_IMPUGNACAO_AO_LAUDO_PERICIAL_JUR_01	Outros Documentos	20012011320978000000026585347
Despacho	Despacho	20040711435248300000028568277
Mandado	Mandado	20040716111723100000028582337
Devolução de Mandado	Devolução de Mandado	20042113213758900000028876376
Petição	Petição	20080611390347900000031568555
52_PETICAO_DE_QUESITOS_02	Outros Documentos	20080611390394600000031568556





Assinado eletronicamente por: **SILVIA FERNANDA AIRES BENJAMIN**

03/11/2020 15:25:18

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: **36189490**



20110315251804000000034555000

imprimir



Assinado eletronicamente por: **CLAYTON DANTAS DE SOUSA** - 12/11/2020 12:12:31

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20111212123158000000034921944>

Número do documento: 20111212123158000000034921944

CERTIDÃO

CERTIFICO que, nesta data, anexo aos autos o e-mail recebido do perito designando perícia para o dia 02/02/2021.

Bom dia!

Aos cumprimentos de praxe e em tempo, venho por meio deste retificar as informações à respeito da data de agendamento informada no e-mail anterior, e confirmar que dispomos da data **02/02/2021**, às 14:30 horas da tarde, para agendamento das perícias médicas em razão do processos judiciais abaixo citados, para fins de pagamento de indenização DPVAT por invalidez permanente, no Endereço: Rua José de Alencar Nº 441, no Bairro da Prata, em Campina Grande-PB (Na Gastro Clínica, que funciona dentro do Laboratório Unilap):

Processo: [0819383-41.2017.8.15.0001](#), **Autor:** Amanda Araújo Silva;

Processo: [0800739-79.2019.8.15.0001](#), **Autor:** Augusto Trigueiro dos Santos;

Processo: [0810683-42.2018.8.15.0001](#), **Autor:** José Erivaldo Laureano Ferreira;

Processo: [0813412-07.2019.8.15.0001](#), **Autor:** Jefferson Xavier Conrado;

Processo: [0815823-23.2019.8.15.0001](#), **Autor:** Manoel Messias Alexandre de Souza.

Informo ainda que as partes autoras deverão comparecer a este consultório portando cópias do boletim de ocorrência e do prontuário médico e, também, como medida de proteção à Pandemia da Covid-19, deverão comparecer usando máscara de proteção e sem acompanhantes (salvo as questões de necessidade).

Desde já agradeço a atenção ao mesmo tempo em que solicito que nos dê **ciência do recebimento deste e-mail assim como a confirmação da data sugerida para o acontecimento da perícia.**

Ressaltamos que em caso de novas notificações para outros agendamentos, será necessário rever outra data e horário diferente desta em virtude da PANDEMIA do COVID-19 e que se houver alguma alteração informaremos através deste canal de comunicação.

Respeitosamente,

Paula Cristiane

Assistente Administrativo

Dr. Carlos Alberto Figueiredo Filho

Perito Médico CRM 5379 PB

Fone: [\(83\) 3321-3829](tel:(83)3321-3829) / 3342-0001 / 99910-5132

Campina Grande, 20 de novembro de 2020.



Assinado eletronicamente por SILVIA FERNANDA AIRES BENJAMIN, Técnico(a)
Judiciário(a)



CERTIDÃO

CERTIFICO que, nesta data, junto aos presentes autos o e-mail recebido abaixo transcrito.

Bom dia!

Aos cumprimentos de praxe e em tempo, venho por meio deste retificar as informações à respeito da data de agendamento informada no e-mail anterior, e confirmar que dispomos da data **02/02/2021**, às 14:30 horas da tarde, para agendamento das perícias médicas em razão do processos judiciais abaixo citados, para fins de pagamento de indenização DPVAT por invalidez permanente, no Endereço: Rua José de Alencar Nº 441, no Bairro da Prata, em Campina Grande-PB (Na Gastro Clínica, que funciona dentro do Laboratório Unilap):

Processo: [0819383-41.2017.8.15.0001](#), **Autor:** Amanda Araújo Silva;

Processo: [0800739-79.2019.8.15.0001](#), **Autor:** Augusto Trigueiro dos Santos;

Processo: [0810683-42.2018.8.15.0001](#), **Autor:** José Erivaldo Laureano Ferreira;

Processo: [0813412-07.2019.8.15.0001](#), **Autor:** Jefferson Xavier Conrado;

Processo: [0815823-23.2019.8.15.0001](#), **Autor:** Manoel Messias Alexandre de Souza.

Informo ainda que as partes autoras deverão comparecer a este consultório portando cópias do boletim de ocorrência e do prontuário médico e, também, como medida de proteção à Pandemia da Covid-19, deverão comparecer usando máscara de proteção e sem acompanhantes (salvo as questões de necessidade).

Desde já agradeço a atenção ao mesmo tempo em que solicito que nos dê **ciência do recebimento deste e-mail assim como a confirmação da data sugerida para o acontecimento da perícia.**

Ressaltamos que em caso de novas notificações para outros agendamentos, será necessário rever outra data e horário diferente desta em virtude da PANDEMIA do COVID-19 e que se houver alguma alteração informaremos através deste canal de comunicação.

Respeitosamente,

Paula Cristiane

Assistente Administrativo

Dr. Carlos Alberto Figueiredo Filho

Perito Médico CRM 5379 PB

Fone: [\(83\) 3321-3829](tel:(83)3321-3829) / 3342-0001 / 99910-5132

Campina Grande, 28 de novembro de 2020.

Assinado eletronicamente por **SILVIA FERNANDA AIRES BENJAMIN**, Técnico(a)
Judiciário(a)









PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
2ª VARA CÍVEL – COMARCA DE CAMPINA GRANDE

Processo nº 0800739-79.2019.8.15.0001

AUTOR: AUGUSTO TRIGUEIRO DOS SANTOS

Advogado do(a) AUTOR: INACIO BRUNO SARMENTO - PB21472

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Advogado do(a) REU: SUELIO MOREIRA TORRES - PB15477

MANDADO DE INTIMAÇÃO

Em cumprimento a determinação proferida no processo supra indicado, **INTIMO** a parte **promovida** na pessoa de seu Procurador(a) e Advogado(a), **acima indicado**, para querendo, no **dia 02/02/2021, às 14:30 horas** comparecer no Consultório do Dr. Carlos Alberto Figueiredo Filho (Médico), localizado na rua José de Alencar, nº 441, bairro da Prata (UNILAP), oportunidade em que o autor será submetido a **PERÍCIA MÉDICA. Informo ainda que as partes deverão comparecer ao consultório, como medida de proteção à Pandemia da Covid-19, usando máscara de proteção e sem acompanhantes (salvo as questões de necessidade).**

Campina Grande-PB, 6 de dezembro de 2020

De ordem, SILVIA FERNANDA AIRES BENJAMIN

ANALISTA/TÉCNICO JUDICIÁRIO

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]









PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
2ª VARA CÍVEL – COMARCA DE CAMPINA GRANDE

Processo nº 0800739-79.2019.8.15.0001

AUTOR: AUGUSTO TRIGUEIRO DOS SANTOS

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

MANDADO DE INTIMAÇÃO DO(A) AUTOR(A) - PERÍCIA MÉDICA

O MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Campina Grande manda o Oficial de Justiça que em seu cumprimento, **INTIME** o autor(a) **Nome: AUGUSTO TRIGUEIRO DOS SANTOS, Endereço: Rua Gonçalves Dias, 596, monte castelo, CAMPINA GRANDE - PB - CEP: 58444-000,** para no **dia 02/02/2021, às 14:30** horas comparecer no Consultório do Dr. Carlos Alberto Figueiredo Filho (Médico), localizado na rua José de Alencar, nº 441, bairro da Prata (UNILAP), oportunidade em que será submetido a **PERÍCIA MÉDICA.**

Advertência: Para a Perícia Médica, o autor(a) deverá comparecer portando cópias do boletim de ocorrência e do prontuário médico e, também, como medida de proteção à Pandemia da Covid-19, deverá comparecer usando máscara de proteção e sem acompanhantes (salvo as questões de necessidade).

Campina Grande-PB, 6 de dezembro de 2020

De ordem, SILVIA FERNANDA AIRES BENJAMIN

ANALISTA/TÉCNICO JUDICIÁRIO

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]









PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
2ª VARA CÍVEL – COMARCA DE CAMPINA GRANDE

Processo nº 0800739-79.2019.8.15.0001

AUTOR: AUGUSTO TRIGUEIRO DOS SANTOS

Advogado do(a) AUTOR: INACIO BRUNO SARMENTO - PB21472

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Advogado do(a) REU: SUELIO MOREIRA TORRES - PB15477

MANDADO DE INTIMAÇÃO

Em cumprimento a determinação proferida no processo supra indicado, **INTIMO** a parte **promovente** na pessoa de seu Procurador(a) e Advogado(a), **acima indicado**, para querendo, no **dia 02/02/2021, às 14:30 horas** comparecer no Consultório do Dr. Carlos Alberto Figueiredo Filho (Médico), localizado na rua José de Alencar, nº 441, bairro da Prata (UNILAP), oportunidade em que o autor será submetido a **PERÍCIA MÉDICA**. **Informo ainda que as partes autoras deverão comparecer ao consultório portando cópias do boletim de ocorrência e do prontuário médico e, também, como medida de proteção à Pandemia da Covid-19, deverão comparecer usando máscara de proteção e sem acompanhantes (salvo as questões de necessidade).**

OBS. O(a) autor(a) deverá ser apresentado no dia e hora e local designado para a perícia médica, independente de intimação.



Campina Grande-PB, 6 de dezembro de 2020

De ordem, SILVIA FERNANDA AIRES BENJAMIN

ANALISTA/TÉCNICO JUDICIÁRIO

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]



-
- CERTIDÃO
-

- Certifico e dou fé que em cumprimento ao mandado de ID 37511374, que deixei de intimar Augusto dos Santos em razão do autor não residir no no referido endereço, conforme informações da Srª. Maria de Fatima Nascimento, que reside no referido endereço há 01 ano, que nada soube informar a respeito da parte autora a ser intimada. Diante do exposto devolvo o presente mandado para os devidos fins.

-
- Campina Grande, 21 de dezembro de 2020.
-

-
- Lúcia de Fatima F. dos Santos
- Oficial de Justiça.4720750



EM ANEXO





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAMPINA GRANDE/PB

Processo: 08007397920198150001

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **AUGUSTO TRIGUEIRO DOS SANTOS**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem, mui respeitosamente, à presença de V. Exa., requerer o prosseguimento do feito .

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

CAMPINA GRANDE, 28 de dezembro de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB



Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 15/01/2021 16:03:29
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21011516032871100000036655729>
Número do documento: 21011516032871100000036655729

CERTIDÃO

CERTIFICO à MM Juíza que, até a presente data, não houve informação nos autos acerca da realização da perícia designada para o dia 02/02/2021.

Campina Grande, 22 de março de 2021.

Assinado eletronicamente por **SILVIA FERNANDA AIRES BENJAMIN**, Técnico(a)
Judiciário(a)





Poder Judiciário da Paraíba
2ª Vara Cível de Campina Grande

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0800739-79.2019.8.15.0001

DESPACHO

Vistos.

Intime-se o advogado do autor para se pronunciar sobre a certidão ID 3806931, informando o atual endereço da parte, a fim de possibilitar a realização da perícia, sob pena de julgamento do processo com as provas existentes nos autos.

Prazo de dez dias.

Campina Grande, data e assinatura digitais.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
2ª VARA CÍVEL – COMARCA DE CAMPINA GRANDE

MANDADO DE INTIMAÇÃO

Processo nº 0800739-79.2019.8.15.0001

AUTOR: AUGUSTO TRIGUEIRO DOS SANTOS

Advogado do(a) AUTOR: INACIO BRUNO SARMENTO - PB21472

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Advogado do(a) REU: SUELIO MOREIRA TORRES - PB15477

Em cumprimento a determinação proferida no processo supra indicado, **INTIMO** a parte **promovente** na pessoa de seu Procurador e Advogado(a), **acima indicado**, do teor do despacho/decisão abaixo transcrito, e, se for o caso, cumpri-lo no prazo e na forma determinada.

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0800739-79.2019.8.15.0001

DESPACHO

Vistos.

Intime-se o advogado do autor para se pronunciar sobre a certidão ID 3806931, informando o atual endereço da parte, a fim de possibilitar a realização da perícia, sob pena de julgamento do processo com as provas existentes nos autos.

Prazo de dez dias.

Campina Grande, data e assinatura digitais.

Campina Grande-PB, 12 de abril de 2021

De ordem, SILVIA FERNANDA AIRES BENJAMIN



ANALISTA/TÉCNICO JUDICIÁRIO

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]

.....





Poder Judiciário da Paraíba
2ª Vara Cível de Campina Grande

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0800739-79.2019.8.15.0001

[Acidente de Trânsito]

AUTOR: AUGUSTO TRIGUEIRO DOS SANTOS

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

SENTENÇA

Vistos.

Tratam os presentes de ação de cobrança de seguro obrigatório DPVAT em razão de acidente motociclístico que acarretou sequelas permanentes à parte promovente. Pede-se o pagamento do seguro DPVAT, conforme preceituado pela Lei n. 6.194/1974, observadas as alterações trazidas pelas Leis n. 11.482/2007 e 11.945/2009.

Regularmente citada, a promovida apresentou contestação alegando ausência de nexo causal e de sequelas ou lesões permanentes a ensejar indenização requerida na inicial, pugnando, ao final, pela improcedência da ação, ou, em caso de procedência, pela modulação da indenização conforme tabela legal (Id 22286232 - Pág. 1).

Após a juntada do exame pericial (Id 26935059 - Pág. 1), as partes manifestaram-se nos autos, requerendo, a parte ré, designação de nova perícia, por alegar que a prova pericial produzida foi inconclusiva, o que foi deferido por este juízo (Id 29688851 - Pág. 1).

Contudo, o ato não foi realizado por ausência do autor, que, após tentativa frustrada de intimação pessoal, o seu patrono judicial, mesmo intimado sob pena de julgamento do processo com as provas existentes nos autos, não forneceu novo endereço, vindo-me os autos conclusos para apreciação.

É o breve relatório. Passo a decidir.



2. MÉRITO

A matéria em exame deve ser analisada sob a égide da Lei n. 6.194/1974 em vigência à época do sinistro, ou seja, com as alterações introduzidas pela Lei n. 11.482/2007 e pela Lei n. 11.945/2009, em estrita observância ao princípio do *tempus regit actum*, inserido no art. 6º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.^[1]

Inicialmente, é cediço analisar o **nexo causal** entre as sequelas e a ocorrência do acidente noticiado nos autos, e para tanto, a lei 6194/74, em seu art. 5º, dispõe:

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante **simples prova do acidente e do dano decorrente**, independente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. (Grifo nosso)

No caso em análise, consta nos autos, além do boletim de ocorrência, outros documentos que indicam que o autor foi vítima de acidente de moto, inclusive com atendimento no Hospital de Trauma, conforme própria documentação juntada pela seguradora (Id 22286227 - Pág. 8), o que demonstra o nexo causal entre o acidente e a invalidez alegada na inicial.

Feitas estas considerações iniciais, temos que o art. 3º, *caput* e § 1º, da Lei n. 6.194/1974, estabelecem:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de



amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais. (Grifo nosso)

Conforme se verifica do dispositivo acima transcrito, seu inciso II, combinado com o § 1º do mesmo artigo, devem ser aplicados ao caso em tela, sendo, por conseguinte, o valor da indenização limitado até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), observada a modalidade dos danos corporais sofridos, seguido de seu enquadramento no rol de debilidades que compõe o Anexo único da norma citada e o percentual de invalidez que se apurou na perícia médica.

Seguindo os parâmetros delineados na tabela acima indicada, o Laudo pericial anexado aos autos atestou “LIMITAÇÃO FUNCIONAL MODERADA DE OMBRO DIREITO” (Id 26935059 - Pág. 2).

Apesar de o perito não ter assinalado o item correspondente ao percentual da lesão, conforme as hipóteses constantes no laudo pericial (10% Residual 25% Leve 50% Média 75% Intensiva), a prova pericial não pode ser considerada inconclusiva, uma vez que a lesão diagnosticada como moderada corresponde à hipótese de 50% Média, o que resulta ao autor uma debilidade permanente de 50% (cinquenta por cento) do ombro direito, e indenização correspondente a R\$ 1.687,50 (um mil, seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), sendo resultado de 50% de 25% de R\$ 13.500,00.

- DISPOSITIVO

Diante do exposto, **julgo parcialmente procedente o pedido**, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I, do Novo Código de Processo Civil, para condenar o promovido a pagar à parte promotora, a título de indenização securitária, o valor de R\$ 1.687,50 (um mil, seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), corrigido monetariamente pelo INPC a partir da data do evento danoso (Súmula 43 do STJ) [2] e com juros de mora de 1% ao mês a partir da citação (Súmula 426 do STJ).



As custas e honorários, ora fixados em 10% (dez) sobre o valor da condenação, deverão ser arcados pelas partes na proporção de 50% (cinquenta por cento) para cada, à vista da sucumbência recíproca patenteada na espécie. Ao autor, por sua vez, assiste a gratuidade judiciária, com suspensão da exigibilidade dos valores.

Liberem-se os honorários do perito, através de alvará.

Em caso de recurso de apelação, intime-se a parte contrária para querendo apresentar contrarrazões no prazo de 15 dias (art. 1.010 §1º do CPC). Ato contínuo, decorrido o prazo assinalado, com ou sem resposta da parte apelada, remetam-se os presentes autos eletrônicos ao Tribunal de Justiça da Paraíba, independentemente de nova conclusão (art. 1.010, § 3º, CPC/2015).

Não havendo a interposição de recurso nos autos, certifique o trânsito em julgado e, na sequência, intime-se o autor para requerer o cumprimento da sentença no prazo de trinta dias, sob pena de arquivamento.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Campina Grande , 17 de maio de 2021.

Renata Barros de Assunção Paiva

Juiz(a) de Direito

[1] *Nesse sentido: APELAÇÃO CÍVEL. COBRANÇA DO SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. Acidente de trânsito ocorrido em 1986, com vítima fatal. Segundo o princípio tempus regit actum a lei aplicável ao caso é a da época em que se deu o sinistro, ou seja, a Lei 6.194/74, no seu texto original. Desnecessidade de comprovação da realização do seguro DPVAT para o recebimento da indenização. Implementação de todos os requisitos legais na época do sinistro. Direito adquirido.*

[...]

(Apelação Cível Nº 70006726574, Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Ney Wiedemann Neto, Julgado em 30/06/2004) (Grifo nosso)

[2] *Nesse sentido, se orienta a jurisprudência pacífica do STJ: CIVIL E PROCESSUAL. ACÓRDÃO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EFEITO INFRINGENTE. NULIDADE NÃO VERIFICADA. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). INDENIZAÇÃO LEGAL. VALOR QUANTIFICADO EM SALÁRIOS MÍNIMOS. LEI N. 6.194/1974, ART. 5º, § 1º. DATA DE APURAÇÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO A QUO. EVENTO DANOSO.*

I. Não viola o art. 535 do CPC o acórdão que enfrenta a controvérsia, porém com resultado desfavorável à pretensão da recorrente.

II. A indenização decorrente do seguro obrigatório (DPVAT) deve ser apurada com base no valor do salário mínimo vigente na data do evento danoso, monetariamente atualizado até o efetivo pagamento.



III. Recurso especial não conhecido.

(REsp 788.712/RS, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, julgado em 29/09/2009, DJe 09/11/2009)
(Grifo nosso)





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
2ª VARA CÍVEL – COMARCA DE CAMPINA GRANDE

MANDADO DE INTIMAÇÃO

Processo nº 0800739-79.2019.8.15.0001

AUTOR: AUGUSTO TRIGUEIRO DOS SANTOS

Advogado do(a) AUTOR: INACIO BRUNO SARMENTO - PB21472

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

De ordem da Excelentíssima Senhora Doutora Renata Barros de Assunção Paiva, MM Juíza de Direito desta 2ª Vara Cível da Comarca de Campina Grande, PB, nos autos do processo acima indicado, **INTIMO** a parte **promovente** na pessoa de seu Procurador e Advogado(a), de todo teor da sentença prolatada, conforme abaixo transcrita:

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0800739-79.2019.8.15.0001

[Acidente de Trânsito]

AUTOR: AUGUSTO TRIGUEIRO DOS SANTOS

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

SENTENÇA

Vistos.

Tratam os presentes de ação de cobrança de seguro obrigatório DPVAT em razão de acidente motociclístico que acarretou sequelas permanentes à parte promovente. Pede-se o pagamento do seguro DPVAT, conforme preceituado pela Lei n. 6.194/1974, observadas as alterações trazidas pelas Leis n. 11.482/2007 e 11.945/2009.

Regularmente citada, a promovida apresentou contestação alegando ausência de nexo causal e de sequelas ou lesões permanentes a ensejar indenização requerida na inicial, pugnando, ao final, pela improcedência da ação, ou, em caso de procedência, pela modulação da indenização conforme tabela legal (Id 22286232 - Pág. 1).



Após a juntada do exame pericial (Id 26935059 - Pág. 1), as partes manifestaram-se nos autos, requerendo, a parte ré, designação de nova perícia, por alegar que a prova pericial produzida foi inconclusiva, o que foi deferido por este juízo (Id 29688851 - Pág. 1).

Contudo, o ato não foi realizado por ausência do autor, que, após tentativa frustrada de intimação pessoal, o seu patrono judicial, mesmo intimado sob pena de julgamento do processo com as provas existentes nos autos, não forneceu novo endereço, vindo-me os autos conclusos para apreciação.

É o breve relatório. Passo a decidir.

2. MÉRITO

A matéria em exame deve ser analisada sob a égide da Lei n. 6.194/1974 em vigência à época do sinistro, ou seja, com as alterações introduzidas pela Lei n. 11.482/2007 e pela Lei n. 11.945/2009, em estrita observância ao princípio do *tempus regit actum*, inserido no art. 6º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.[\[1\]](#)

Inicialmente, é cediço analisar o **nexo causal** entre as sequelas e a ocorrência do acidente noticiado nos autos, e para tanto, a lei 6194/74, em seu art. 5º, dispõe:

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante **simples prova do acidente e do dano decorrente**, independente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. (Grifo nosso)

No caso em análise, consta nos autos, além do boletim de ocorrência, outros documentos que indicam que o autor foi vítima de acidente de moto, inclusive com atendimento no Hospital de Trauma, conforme própria documentação juntada pela seguradora (Id 22286227 - Pág. 8), o que demonstra o nexo causal entre o acidente e a invalidez alegada na inicial.

Feitas estas considerações iniciais, temos que o art. 3º, *caput* e § 1º, da Lei n. 6.194/1974, estabelecem:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:



I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais. (Grifo nosso)

Conforme se verifica do dispositivo acima transcrito, seu inciso II, combinado com o § 1º do mesmo artigo, devem ser aplicados ao caso em tela, sendo, por conseguinte, o valor da indenização limitado até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), observada a modalidade dos danos corporais sofridos, seguido de seu enquadramento no rol de debilidades que compõe o Anexo único da norma citada e o percentual de invalidez que se apurou na perícia médica.

Seguindo os parâmetros delineados na tabela acima indicada, o Laudo pericial anexado aos autos atestou “LIMITAÇÃO FUNCIONAL MODERADA DE OMBRO DIREITO” (Id 26935059 - Pág. 2).

Apesar de o perito não ter assinalado o item correspondente ao percentual da lesão, conforme as hipóteses constantes no laudo pericial (10% Residual 25% Leve 50% Média 75% Intensiva), a prova pericial não pode ser considerada inconclusiva, uma vez que a lesão diagnosticada como moderada corresponde à hipótese de 50% Média, o que resulta ao autor uma debilidade permanente de 50% (cinquenta por cento)



do ombro direito, e indenização correspondente a R\$ 1.687,50 (um mil, seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), sendo resultado de 50% de 25% de R\$ 13.500,00.

- DISPOSITIVO

Diante do exposto, **julgo parcialmente procedente o pedido**, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I, do Novo Código de Processo Civil, para condenar o promovido a pagar à parte promotora, a título de indenização securitária, o valor de R\$ 1.687,50 (um mil, seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), corrigido monetariamente pelo INPC a partir da data do evento danoso (Súmula 43 do STJ) [\[2\]](#) e com juros de mora de 1% ao mês a partir da citação (Súmula 426 do STJ).

As custas e honorários, ora fixados em 10% (dez) sobre o valor da condenação, deverão ser arcados pelas partes na proporção de 50% (cinquenta por cento) para cada, à vista da sucumbência recíproca patenteada na espécie. Ao autor, por sua vez, assiste a gratuidade judiciária, com suspensão da exigibilidade dos valores.

Liberem-se os honorários do perito, através de alvará.

Em caso de recurso de apelação, intime-se a parte contrária para querendo apresentar contrarrazões no prazo de 15 dias (art. 1.010 §1º do CPC). Ato contínuo, decorrido o prazo assinalado, com ou sem resposta da parte apelada, remetam-se os presentes autos eletrônicos ao Tribunal de Justiça da Paraíba, independentemente de nova conclusão (art. 1.010, § 3º, CPC/2015).

Não havendo a interposição de recurso nos autos, certifique o trânsito em julgado e, na sequência, intime-se o autor para requerer o cumprimento da sentença no prazo de trinta dias, sob pena de arquivamento.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Campina Grande , 17 de maio de 2021.

Renata Barros de Assunção Paiva

Juiz(a) de Direito



Campina Grande-PB, 18 de maio de 2021

De ordem, SILVIA FERNANDA AIRES BENJAMIN

ANALISTA/TÉCNICO JUDICIÁRIO

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
2ª VARA CÍVEL – COMARCA DE CAMPINA GRANDE

MANDADO DE INTIMAÇÃO

Processo nº 0800739-79.2019.8.15.0001

AUTOR: AUGUSTO TRIGUEIRO DOS SANTOS

Advogado do(a) AUTOR: INACIO BRUNO SARMENTO - PB21472

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Advogado do(a) REU: SUELIO MOREIRA TORRES - PB15477

De ordem da Excelentíssima Senhora Doutora Renata Barros de Assunção Paiva, MM Juíza de Direito desta 2ª Vara Cível da Comarca de Campina Grande, PB, nos autos do processo acima indicado, **INTI MO** a parte **promovida** na pessoa de seu Procurador e Advogado(a), de todo teor da sentença prolatada, conforme abaixo transcrita:

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0800739-79.2019.8.15.0001

[Acidente de Trânsito]

AUTOR: AUGUSTO TRIGUEIRO DOS SANTOS

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

SENTENÇA

Vistos.

Tratam os presentes de ação de cobrança de seguro obrigatório DPVAT em razão de acidente motociclístico que acarretou sequelas permanentes à parte promovente. Pede-se o pagamento do seguro DPVAT, conforme preceituado pela Lei n. 6.194/1974, observadas as alterações trazidas pelas Leis n. 11.482/2007 e 11.945/2009.

Regularmente citada, a promovida apresentou contestação alegando ausência de nexo causal e de sequelas ou lesões permanentes a ensejar indenização requerida na inicial, pugnando, ao final, pela improcedência da ação, ou, em caso de procedência, pela modulação da indenização conforme tabela legal (Id 22286232 - Pág. 1).



Após a juntada do exame pericial (Id 26935059 - Pág. 1), as partes manifestaram-se nos autos, requerendo, a parte ré, designação de nova perícia, por alegar que a prova pericial produzida foi inconclusiva, o que foi deferido por este juízo (Id 29688851 - Pág. 1).

Contudo, o ato não foi realizado por ausência do autor, que, após tentativa frustrada de intimação pessoal, o seu patrono judicial, mesmo intimado sob pena de julgamento do processo com as provas existentes nos autos, não forneceu novo endereço, vindo-me os autos conclusos para apreciação.

É o breve relatório. Passo a decidir.

2. MÉRITO

A matéria em exame deve ser analisada sob a égide da Lei n. 6.194/1974 em vigência à época do sinistro, ou seja, com as alterações introduzidas pela Lei n. 11.482/2007 e pela Lei n. 11.945/2009, em estrita observância ao princípio do *tempus regit actum*, inserido no art. 6º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.[\[1\]](#)

Inicialmente, é cediço analisar o **nexo causal** entre as sequelas e a ocorrência do acidente noticiado nos autos, e para tanto, a lei 6194/74, em seu art. 5º, dispõe:

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante **simples prova do acidente e do dano decorrente**, independente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. (Grifo nosso)

No caso em análise, consta nos autos, além do boletim de ocorrência, outros documentos que indicam que o autor foi vítima de acidente de moto, inclusive com atendimento no Hospital de Trauma, conforme própria documentação juntada pela seguradora (Id 22286227 - Pág. 8), o que demonstra o nexo causal entre o acidente e a invalidez alegada na inicial.

Feitas estas considerações iniciais, temos que o art. 3º, *caput* e § 1º, da Lei n. 6.194/1974, estabelecem:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:



I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais. (Grifo nosso)

Conforme se verifica do dispositivo acima transcrito, seu inciso II, combinado com o § 1º do mesmo artigo, devem ser aplicados ao caso em tela, sendo, por conseguinte, o valor da indenização limitado até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), observada a modalidade dos danos corporais sofridos, seguido de seu enquadramento no rol de debilidades que compõe o Anexo único da norma citada e o percentual de invalidez que se apurou na perícia médica.

Seguindo os parâmetros delineados na tabela acima indicada, o Laudo pericial anexado aos autos atestou “LIMITAÇÃO FUNCIONAL MODERADA DE OMBRO DIREITO” (Id 26935059 - Pág. 2).

Apesar de o perito não ter assinalado o item correspondente ao percentual da lesão, conforme as hipóteses constantes no laudo pericial (10% Residual 25% Leve 50% Média 75% Intensiva), a prova pericial não pode ser considerada inconclusiva, uma vez que a lesão diagnosticada como moderada corresponde à hipótese de 50% Média, o que resulta ao autor uma debilidade permanente de 50% (cinquenta por cento)



do ombro direito, e indenização correspondente a R\$ 1.687,50 (um mil, seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), sendo resultado de 50% de 25% de R\$ 13.500,00.

- DISPOSITIVO

Diante do exposto, **julgo parcialmente procedente o pedido**, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I, do Novo Código de Processo Civil, para condenar o promovido a pagar à parte promotente, a título de indenização securitária, o valor de R\$ 1.687,50 (um mil, seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), corrigido monetariamente pelo INPC a partir da data do evento danoso (Súmula 43 do STJ) [\[2\]](#) e com juros de mora de 1% ao mês a partir da citação (Súmula 426 do STJ).

As custas e honorários, ora fixados em 10% (dez) sobre o valor da condenação, deverão ser arcados pelas partes na proporção de 50% (cinquenta por cento) para cada, à vista da sucumbência recíproca patenteada na espécie. Ao autor, por sua vez, assiste a gratuidade judiciária, com suspensão da exigibilidade dos valores.

Liberem-se os honorários do perito, através de alvará.

Em caso de recurso de apelação, intime-se a parte contrária para querendo apresentar contrarrazões no prazo de 15 dias (art. 1.010 §1º do CPC). Ato contínuo, decorrido o prazo assinalado, com ou sem resposta da parte apelada, remetam-se os presentes autos eletrônicos ao Tribunal de Justiça da Paraíba, independentemente de nova conclusão (art. 1.010, § 3º, CPC/2015).

Não havendo a interposição de recurso nos autos, certifique o trânsito em julgado e, na sequência, intime-se o autor para requerer o cumprimento da sentença no prazo de trinta dias, sob pena de arquivamento.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Campina Grande , 17 de maio de 2021.

Renata Barros de Assunção Paiva

Juiz(a) de Direito



Campina Grande-PB, 18 de maio de 2021

De ordem, SILVIA FERNANDA AIRES BENJAMIN

ANALISTA/TÉCNICO JUDICIÁRIO

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]







PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
2ª VARA CÍVEL – COMARCA DE CAMPINA GRANDE

Processo nº 0800739-79.2019.8.15.0001

AUTOR: AUGUSTO TRIGUEIRO DOS SANTOS

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Ofício nº 128/2021.
2021.

Campina Grande, 26 de maio de

Ao Senhor
Gerente do **BANCO DO BRASIL S/A**
Rua Sete de Setembro, nº 52, Centro
Campina Grande – PB

Senhor Gerente:

Pelo presente, expedido nos autos do processo supra mencionado, solicito a Vossa Senhoria, transferir a quantia de **R\$ 200,00 (DUZENTOS REAIS)** com eventuais correções à partir do depósito, da **conta judicial nº 1000112658245**, vinculada ao processo em referência, para a conta informada a seguir:

BANCO DO BRASIL
AGÊNCIA 1885-6
CONTA CORRENTE Nº 7620-1
TITULAR: CARLOS ALBERTO FIGUEIREDO FILHO
CPF 028064534-10



Em ato contínuo, informar a este Juízo o cumprimento da operação financeira em referência.

Atenciosamente,

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]

Juiz(a) de Direito

PARA VISUALIZAR O DESPACHO ACESSE O LINK:<https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO informado: 21051718532200100000041101519; 19101809493907400000024589360.

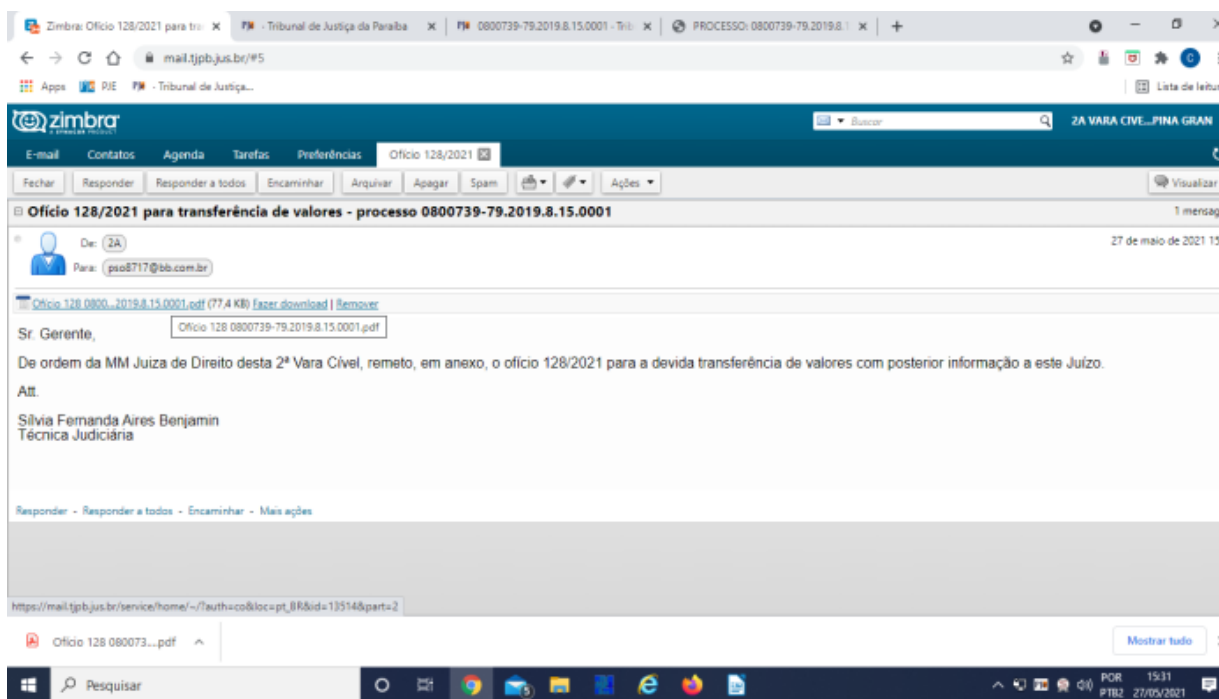




PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
2ª VARA CÍVEL – COMARCA DE CAMPINA GRANDE

CERTIDÃO

CERTIFICO que nesta data, ANEXO aos presentes autos, o "*print de tela*", comprovando a remessa do ofício 128/2021, via e-mail institucional, para o Banco do Brasil, para o devido pagamento mediante a transferência de valores conforme determinado.



Campina Grande-PB, 27 de maio de 2021

De ordem, SILVIA FERNANDA AIRES BENJAMIN

ANALISTA/TÉCNICO JUDICIÁRIO

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei

11.419/2006]



Assinado eletronicamente por: SILVIA FERNANDA AIRES BENJAMIN - 27/05/2021 15:34:32
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21052715343189300000041586319>
Número do documento: 21052715343189300000041586319

Num. 43730895 - Pág. 1



CERTIDÃO

CERTIFICO que, nesta data, junto aos presentes autos o documento que segue adiante.

Campina Grande, 1 de junho de 2021.

Assinado eletronicamente por SILVIA FERNANDA AIRES BENJAMIN, Técnico(a)
Judiciário(a)



Comprovante de Resgate Justiça Estadual

Numero de Protocolo : 0000000052573534
Processo : 08007397920198150001
Numero do Alvará : OF 128 2 VC
Data do Alvará : 26/05/2021
Data do Levantamento : 27/05/2021
Beneficiário : CARLOS ALBERTO FIGUEIREDO
CPF/CNPJ : 028.064.534-10
Agência do Resgate : 8717 PSO CAMPINA GRANDE

DADOS DO RESGATE

Valor do Capital : R\$ 200,00
Valor dos Rendimentos: R\$ 7,15
Valor Bruto Resgate : R\$ 207,15
Valor do IR : R\$ 0,00
Valor Líquido Resgate: R\$ 207,15

DADOS DO CRÉDITO

Finalidade : Crédito em C/C BB
Banco : Banco do Brasil S.A.
Agência : 1885
Conta : 00000007620-1
Titular da Conta : CARLOS ALBERTO FIGUEIREDO
CPF/CNPJ : 028.064.534-10
Valor Líq. Pagamento : R\$ 207,15
Data do Pagamento : 27/05/2021

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Conta Resgatada : 1000112658245
=====

Autenticação Eletrônica: F077064AAFCF1455
Acesse seus comprovantes diretamente no site
www.bb.com.br, no menu Judiciário > Serviços
Exclusivos > Depósito Judicial > Comprovantes.
Clientes BB também podem acessar no Autoatendi-
mento Pessoa Física e Gerenciador Financeiro.



CERTIDÃO DE TRANSITO EM JULGADO

CERTIFICO o **transitou em julgado** da sentença sem interposição de recurso.

O referido é verdade, dou fé.

Campina Grande, 10 de junho de 2021.

Assinado eletronicamente por SILVIA FERNANDA AIRES BENJAMIN, Técnico(a) Judiciário(a)





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
2ª VARA CÍVEL – COMARCA DE CAMPINA GRANDE

MANDADO DE INTIMAÇÃO

Processo nº 0800739-79.2019.8.15.0001

AUTOR: AUGUSTO TRIGUEIRO DOS SANTOS

Advogado do(a) AUTOR: INACIO BRUNO SARMENTO - PB21472

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Advogado do(a) REU: SUELIO MOREIRA TORRES - PB15477

Em cumprimento a determinação proferida no processo supra indicado, intime-se o autor para requerer o cumprimento da sentença no prazo de trinta dias, sob pena de arquivamento.

Campina Grande-PB, 10 de junho de 2021

De ordem, SILVIA FERNANDA AIRES BENJAMIN

ANALISTA/TÉCNICO JUDICIÁRIO

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]

.....



Cumprimento de Sentença



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DA 2ª VARA CÍVEL DA
COMARCA DE CAMPINA GRANDE-PB**

Processo nº: 0800739-79.2019.8.15.0001

AUGUSTO TRIGUEIRO DOS SANTOS, já qualificado nos autos da presente Ação, sob o número em epígrafe, vêm respeitosamente à presença de Vossa Excelência, requerer que tenha início a fase de

CUMPRIMENTO DE SENTENÇA

de modo que **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A**, já devidamente qualificada nos autos do processo, venha adimplir a obrigação fixada em sentença/acórdão.

Em processo que tramitou perante este juízo deu-se parcial provimento aos pedidos formulados na ação, condenando a Requerida ao pagamento do valor de **R\$ 2.436,65 (dois mi, quatrocentos e trinta e seis reais e sessenta e cinco centavos)** a parte autora e **R\$ 121,83 (cento e vinte e um reais e oitenta e três centavos)** referente aos honorários sucumbenciais, valores já corrigidos, conforme cálculos em anexo.

A decisão foi homologada transitando em julgado, sem interposição do Recurso.

Tendo em vista que a Requerida não cumpriu a Sentença prolatada por Vossa Excelência, se faz necessário o início da fase de cumprimento de sentença.

Diante do exposto requer a Vossa Excelência que tenha início a fase de Cumprimento de Sentença:

- a) Com a intimação da Requerida, para que em quinze dias pague o valor restante da condenação de **R\$ 2.558,48 (dois mi, quinhentos e cinquenta e oito reais e quarenta e oito centavos)** referente ao valor total da condenação.
- b) Ainda, se não ocorrer o pagamento voluntário no prazo de 15 dias, deverá ser acrescida multa de 10% e, também, de honorários de advogado de dez por cento, nos termos do art. 523, § 1º do NCPC, devendo Vossa Excelência proceder com a penhora on line do valor devido a ser atualizado até o momento do bloqueio, nos termos do artigo 835, I e 854 ambos do NCPC de 2015;
- c) Requer ainda que seja arbitrado, honorários de sucumbência na Fase de Cumprimento de Sentença em 20% do valor a ser pago, isso em caso de não haver o pagamento espontâneo;



d) Desde já requer que se houver bloqueio de valores BACENJUD, seja expedido alvará automatizado para pagamento à parte promovente.

Nestes termos,

Pede e Espera Deferimento.

Campina Grande - PB, em 11 de Junho de 2021.

Inácio Bruno Sarmiento
-Advogado-
OAB/PB 21.472



Dados básicos informados para cálculo	
Descrição do cálculo	
Valor Nominal	R\$ 1.687,50
Indexador e metodologia de cálculo	INPC-IBGE - Calculado pro-rata die.
Período da correção	28/10/2017 a 01/05/2021
Taxa de juros (%)	1 % a.m. simples
Período dos juros	15/07/2019 a 10/06/2021
Honorários (%)	5 %

Dados calculados	
Fator de correção do período	1281 dias 1,172028
Percentual correspondente	1281 dias 17,202806 %
Valor corrigido para 01/05/2021	(=) R\$ 1.977,80
Juros(696 dias-23,20000%)	(+) R\$ 458,85
Sub Total	(=) R\$ 2.436,65
Honorários (5%)	(+) R\$ 121,83
Valor total	(=) R\$ 2.558,48

